

Doc. 05

**Demonstrações contábeis
compostas pelo balanço
patrimonial, demonstrações
de resultados e relatórios
de fluxo de caixa**

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES

Doc. 05 – A

(i) demonstrações
contábeis relativas aos 3
(três) últimos exercícios
sociais



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR) e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal.

As demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A EMPRESA

Somos uma empresa especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada principalmente aos setores de energia elétrica, óleo & gás, mineração & siderurgia e transporte ferroviário.

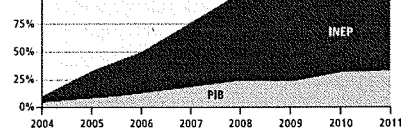
Contamos com um dos maiores e mais bem equipados parques fabris da América Latina, localizado em Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, onde são fabricados nossos equipamentos pela controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

O setor de energia elétrica continua demandando grandes investimentos em infraestrutura, pois as taxas de consumo de energia elétrica apresentam índices de crescimento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, o que faz a controlada IESA, em conjunto com a joint-venture AHI - Andrítz Hydro INEPAR, vislumbrar a continuidade de grandes oportunidades de novos negócios, principalmente na área de hidrogeração.

No setor de Óleo & Gás, o cenário mercadológico mostra-se também muito promissor, devido ao plano de investimento já anunciado pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização na descoberta de novos campos de petróleo na área do pré-sal, bem como o aumento do preço internacional do barril de petróleo, que viabilizarão investimentos em plataformas de exploração e de produção de petróleo, novas refinarias e novas plantas de processamento de gás que demandarão a fabricação de equipamentos, sendo da até 70% de conteúdo produzido no Brasil, conforme orientação da ANP (Agência Nacional de Petróleo).

Destacamos a consolidação no mercado da THIISA (Triunfo IESA Infraestrutura S.A.), joint-venture criada pelas empresas IESA e Triunfo que uniram seus conhecimentos tecnológicos e de gestão para atender as áreas de infraestrutura nos segmentos ferroviário, metroviário, saneamento básico entre outros.

A receita da Companhia nos últimos 10 anos tem crescido constantemente superando em termos relativos aproximadamente 2,7 vezes o crescimento do PIB brasileiro. Nos últimos 6 anos (2006-2011) esta proporção foi ainda mais acentuada chegando a 3,7 vezes, quando a Companhia registrou um crescimento médio anual de 15,4%, versus um crescimento de 4,2% do PIB. Para fins de ilustração, comparamos no gráfico abaixo as variações cumulativas de crescimento do PIB e as variações do crescimento da receita da INEPAR.



Importante fator para manutenção do crescimento é o aumento da carteira e o foco em infraestrutura. Por se tratar de bens de capital com característica de longo prazo e com ciclo produtivo dos projetos geralmente de 2 a 4 anos, nossa companhia é de uso de capital-intensivo. Baseado na divulgação dos investimentos públicos federais para 2012, que poderão ultrapassar 20% do PIB, bem como no Plano de Investimentos de grandes companhias brasileiras como a Petrobras, Vale do Rio Doce, CSN, Usiminas e outras, vislumbramos anos de continuidade de crescimento, uma vez que as nossas empresas estão focadas e preparadas para aproveitar o desenvolvimento em infraestrutura do País, contribuindo também para isso os eventos da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

MERCADOS DE ATUAÇÃO

Segmento de Geração & Equipamentos
As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m² de terreno e área coberta superior a 140.000 m², são as seguintes:

- ✦ **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida uma das maiores retomadoras de minério tipo portal do mundo.
- ✦ **Divisão de Equipamentos de Processo:** Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras, cujo mercado movimentará grandes investimentos nos próximos anos.
- ✦ **Divisão de Geração de Energia:** A IESA/INEPAR é fabricante exclusiva da Andrítz Hydro INEPAR para geradores e turbinas. Este mercado apresenta previsão de grandes investimentos conforme PAC 2 até 2014, sendo que já estamos participando ativamente nos projetos do Rio Madeira (usina hidrelétrica Jirau e usina hidrelétrica Santo Antônio) e assinamos, já no início de 2011, contrato para o fornecimento de equipamentos para a usina hidrelétrica Belo Monte, empreendimento este que se trata da terceira maior usina hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Itaipu e da chinesa Três Gargantas.
- ✦ **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramentos blindados e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração da energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.
- ✦ **Joint-Venture Andrítz Hydro INEPAR:** A partir do ano de 2008, foi iniciada uma nova fase em nossa joint-venture na área de hidrogeração, agora denominada AHI - Andrítz Hydro INEPAR, onde a participação da INEPAR é de 50% do capital. O setor de geração de energia elétrica continua adquirindo principalmente pelos projetos em andamento de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Outro fato relevante deste setor é a usina hidrelétrica de Belo Monte, a terceira maior usina hidrelétrica do mundo

com geração de 11.181 MW, e a maior do mundo em implantação, o que nos permitirá um crescimento significativo até 2013. Contribui para isso a construção pela Andrítz Hydro INEPAR do 1º laboratório de Ensaios de Modelos Reduzidos para Turbinas Hidráulicas do Brasil. O laboratório foi estrategicamente construído dentro do parque industrial da IESA/INEPAR. O empreendimento é, sem dúvida, um marco importante da engenharia nacional, pois apresenta a capacidade para testar os principais tipos de turbinas hidráulicas, cobrindo desde baixa até altas quedas. O projeto do laboratório e os equipamentos mecânicos foram desenvolvidos e fabricados no Brasil, mas englobam os conceitos dos principais laboratórios instalados ao redor do mundo e a experiência de seis décadas de engenharia da INEPAR S.A., além de contemplar o "estado da arte" em instrumentação e sistemas de aquisição de dados. O sistema de comando e controle do laboratório é repleto de recursos que permitem a automação de testes a níveis superiores dos demais laboratórios no mundo. A carteira total de encomendas da AHI - Andrítz Hydro INEPAR em dezembro de 2011, apresenta um montante de R\$ 976 milhões em fornecimentos de equipamentos.

✦ **Divisão de Compensação Reativa:** A área de Compensação Reativa atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos. Proprietária de toda a tradição e competência da marca INEPAR CAPACITORES, possui um portfólio que integra os maiores fornecimentos de bancos de capacitores e filtros de harmônicos do sistema elétrico nacional. A fábrica de capacitores, situada em Araraquara, é uma das instalações mais modernas na América Latina, e mantém convênio para suporte tecnológico com a empresa General Electric Americana, líder tecnológica mundial no segmento.

Segmento de Construção & Montagem

Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta grande potencial de crescimento principalmente em função dos eventos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas 2016. Com previsão de investimentos de grande vulto entre 2011 e 2014 por conta do PAC 2, a IESA/INEPAR está diretamente inserida neste nicho de mercado com as seguintes divisões:

- ✦ **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performado contratos para a CPTM (SP), Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ e Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fabrica com infraestrutura de saída direta para trilhos. Este segmento apresenta, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de carteira e encomendas de R\$ 246 milhões.
- ✦ **Divisão de Infraestrutura e Saneamento:** Através da nossa joint-venture THIISA - Triunfo IESA Infraestrutura S.A., atuamos nas áreas metroviária, ferroviária, saneamento e outros. Em virtude da grande necessidade de investimentos em mobilidade urbana e transportes sobre trilhos, além da retomada dos investimentos nas ferrovias, esta divisão teve crescimento expressivo, conquistando em pouco tempo grandes contratos com os clientes Metrô-SP, CPTM, EBUTU, SABESP, DAEE, CBTU, Transnordestina (TISA), VALEC e DNIT. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de encomendas atingiu R\$ 778 milhões.

Segmento de Óleo & Gás

No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações. A IESA Óleo & Gás apresenta, em 31 de dezembro de 2011, um saldo de carteira de encomendas de R\$ 1,9 bilhões, que lhe possibilitará nos próximos exercícios um desempenho superior aos anteriores. Destacamos importantes projetos da nossa carteira em execução, como o contrato para implantação da unidade de hidrocarbonetos (HDT) do Comperj, através do consórcio entre a IESA Óleo & Gás, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia, e do contrato para fornecimento da plataforma de produção de petróleo P63 em consórcio com a Construtora Camargo Corrêa. O cenário mercadológico mostra-se sólido, devido aos investimentos já anunciados pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização e descoberta das reservas da camada do pré-sal, associado à cláusula da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, a qual estabelece a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos para exploração e produção. Além da base de operações off-shore de Macaé - RJ, para atendimento às plataformas que operam na Bacia de Campos, a IESA Óleo & Gás concluiu em 2011 uma nova base de operações off-shore na Baixada Santista no município de São Vicente com o objetivo de atender as plataformas que operam na Bacia de Santos e também as necessidades de manutenção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatambá (UTGGA).

A empresa possui todas as classificações e certificações exigidas pela Petrobras que a qualificam como fornecedora classe A, permitindo a participação nas mais importantes licitações de engenharia, fornecimento, serviços e montagem para Petrobras. Destacamos em 2011 a obtenção de licenças para a implantação de uma unidade de produção de módulos para plataformas de petróleo, no município de Charqueadas, Rio Grande do Sul, visando nossa participação do expressivo incremento deste mercado com as licitações para a camada do Pré-Sal. Nesta unidade, investiremos aproximadamente R\$ 80 milhões de reais de forma a dotá-la de capacidade para produção de até 20 módulos simultâneos. A unidade será construída em uma área de 300 mil m² e a expectativa é de geração de 1.200 empregos diretos e indiretos. A Companhia também está atenta às oportunidades de construção de usinas termelétricas, principalmente a gás natural, existindo boas perspectivas de negócios nesta área a curto e médio prazo.

OUTRAS PARCERIAS

- A Companhia continua na busca de parceiros tecnológicos e ou comerciais para maximizar participações e resultados nas diversas divisões de negócios em que atua.
 - Neste sentido, em agosto de 2011 a INEPAR assinou um Memorando de Entendimento com a Hitachi S.A., visando a formação de uma nova joint-venture para construção de carros novos de Trens, Metrô e Monorails para transporte urbano de massa.
 - Assim, em 10 de Setembro de 2010, com a Innovia Factories Ltda, instrumento para a constituição de uma joint-venture com tecnologia inovadora e pioneira na construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis. Posteriormente em 2011, a INEPAR S.A. adquiriu 100% da Innovia conforme detalhado mais adiante.
- CERTIFICAÇÕES**
Para atender às exigências de qualidade, a INEPAR e as suas empresas controladas e coligadas estão qualificadas com as seguintes certificações:
- Certificação na área nuclear
 - Certificação ISO 9000
 - Certificado Selo Asme
 - Certificado Onip
 - Certificado ISO 14001 - Gestão ambiental
 - Certificado OHSAS 18.001 - Gestão de segurança e saúde no trabalho
 - Certificado ISO 29001

REESTRUTURAÇÃO

A Companhia vem ao longo dos últimos anos reestruturando suas operações visando criação de maior valor aos acionistas e focando recursos em seu "core business". Nos exercícios de 2009 à 2011 a Companhia elevou o seu capital em aproximadamente R\$ 224 milhões, obtendo recursos ao capital de giro das controladas, bem como a eliminação de passivos decorrentes das debêntures em circulação, resultando em melhoria da situação econômico-financeira.

A Administração vem avançando nas negociações junto ao BNDES, visando à reestruturação total das dívidas, com alongamentos dos prazos de pagamentos e novas condições contratuais, visando como resultado diminuir o custo financeiro e melhorar a proporção dívida/patrimônio líquido.

Em continuidade às negociações junto ao BNDES com o objetivo de efetivarmos a última etapa da reestruturação total da dívida, em 2011 houve a incorporação pela INEPAR S.A. da INEPAR Energia S.A., o que permitirá o repasse da participação de 16,00% na CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.). Continuamos avançando na conclusão desta reestruturação junto ao BNDES que esperamos finalizar ainda no primeiro semestre de 2012.

Em 2011 foram repactuados cerca de R\$ 346 milhões com o BNDES, a saber:

- i) Em agosto foi concluída a negociação para rescalonamento da dívida da INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., decorrente das debêntures de sua emissão, com prazo para pagamento em 120 parcelas mensais.
- ii) Em 22 de março de 2011, a INEPAR assinou com o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 28/02/2011, contrato para pagamento em 120 parcelas relativo ao contrato celebrado em 16/06/1999. A quitação da dívida poderá ser, a critério do BNDESPAR, realizada com futuro aumento de capital e/ou com lançamento de bônus de subscrição de ações da INEPAR S.A., desde que propostos em termos aceitáveis e condizentes com a política de recuperação de crédito do Sistema BNDES.

Com a repactuação das dívidas acima citadas, com a incorporação da INEPAR Energia e com a conclusão da transferência da participação na CEMAT haverá uma redução de cerca de 70% na dívida junto ao BNDES. Por conta das negociações junto ao BNDES, aliado à boa situação creditícia que a Companhia goza atualmente junto ao mercado financeiro, a Administração está convencida de que a INEPAR, após o término das negociações junto ao BNDES, terá acesso a financiamentos ainda mais adequados que permitirão seu crescimento e aumento de rentabilidade. Com referência ao equipacionamento das nossas divisões tributárias, a INEPAR e suas controladas e coligadas estão incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses.

Em obediência ao Plano Geral de Reestruturação os fundadores e controladores da INEPAR S.A., aprovaram por unanimidade que todas as atividades operacionais das empresas coligadas estarão vinculadas à própria INEPAR S.A.. Dessa forma estarão sendo transferidos para INEPAR S.A., as participações em empresas hoje ligadas a Holding IAP (INEPAR Administração e Participações), como a THIISA Triunfo-IESA Infraestrutura S.A., a C.B.D. Companhia Brasileira de Diques (Estaleiro Inhaúma) e a Inovatec System (Tecnologia Innovia inédita no segmento de construção civil com diversas aplicações e ênfase inicial no mercado de habitação). Este processo já foi iniciado em 2011, com a transferência para IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A. da participação de 20% que a IAP (INEPAR Administração e Participações) detinha na THIISA Triunfo-IESA Infraestrutura S.A.. Desta forma se consolida a participação da IESA Projetos na THIISA em 50%.

Um evento altamente significativo para a Companhia será aquisição de 50% de participação no estaleiro da C.B.D. (Companhia Brasileira de Diques) localizado no Rio de Janeiro, cujo processo se iniciou em fins de 2011 e está para ser concluído já no primeiro trimestre de 2012. Como acionista majoritária, a IAP (INEPAR Administração e Participações) venderá sua participação para a INEPAR S.A. que estará pagando pela aquisição com Títulos da Dívida Pública Federal Esterna (TDPs) hoje em sua carteira. Essa aquisição é muito positiva para a Companhia pois o Estaleiro além dos ativos propriamente ditos possui um contrato de locação de longo prazo para a Petrobras, o que demandará investimentos significativos no estaleiro a serem feitos pela INEPAR e pela Petrobras conforme previsto no contrato, valorizando ainda mais o imóvel e o negócio. Cumpre frisar que todos os investimentos ali realizados passam a incorporar os ativos da C.B.D. (Companhia Brasileira de Diques) por exigência de cláusula contratual. A Petrobras contratou e está por contratar cerca de R\$ 450 milhões em obras e equipamentos para o Estaleiro. Alguns contratos de construção de plataformas já foram alocados pela Petrobras para serem realizados no Estaleiro Inhaúma. A IAP (INEPAR Administração e Participações) estará aceitando como pagamento os Títulos da Dívida Pública da carteira da INEPAR S.A., aos mesmos valores corrigidos quando aportados na Companhia. Com a nossa recente vitória judicial nos EUA, todo o investimento inicial originalmente feito na Innovia passou a ser propriedade da INEPAR S.A.. Desta forma, a INEPAR S.A. deixou de ser sócia da operação sul americana da Innovia para assumir a condição de proprietária única de todo o acervo técnico, desenvolvimento tecnológico e propriedade industrial relacionados com o sistema construtivo.

A inédita tecnologia construtiva baseada em polímeros compostos estruturais estará oferecendo ao mercado uma nova modalidade construtiva altamente competitiva, reduz custos e prazos de construção, aumenta a qualidade dos projetos, possui diversos segmentos de aplicação, além de promover uma saudável economia energética em vista de seu formato isolante térmico-acústico. Independentemente dos vários certificados internacionais do produto, desenvolvemos um trabalho conjunto com o IFBB - Instituto Falcão Bauer da Qualidade e o IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo para realização de todos os ensaios necessários a certificação no Brasil, notadamente ao SINAT - Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores, que é vinculado ao Ministério das Cidades. Os resultados tem superado as expectativas iniciais. O protótipo de um modelo de casa projetada dentro das especificações do programa "Minha Casa minha Vida" do Governo Federal já está disponível em nossas instalações na C.I.C. Cidade Industrial de Curitiba, sendo visitada por várias instituições relacionadas a mercado habitacional. Estaremos utilizando para esta nova atividade a nossa fábrica localizada na C.I.C. - Cidade Industrial de Curitiba onde estamos realizando algumas adaptações nas instalações para abrigar a primeira fábrica automatizada do produto Inovatec. Prevemos o início de produção experimental até o final do ano. Todo o equipamento principal de origem alemã já está definido e encomendado.

A decisão judicial nos EUA incluiu a incorporação da unidade de montagem e fabricação primária dos painéis existente em Miami, que foi transferida para uma instalação mais adequada à atividade. O nosso projeto prevê a manutenção desta unidade nos EUA para pesquisa e desenvolvimento tecnológico e para atender o mercado da América Central. Para atuação no mercado da América do Norte haverá a necessidade de uma unidade automatizada nos moldes da que estamos implementando em Curitiba. Para maiores detalhes sobre o método construtivo e tecnologia superiores visitar a página <http://www.inovatecsystem.com/> ainda somente no idioma Inglês.

CVM - EXIGÊNCIAS FORMULADAS
A Companhia tem discutido divergências junto à CVM e nesse sentido fez pronunciamento ao mercado, através de fato relevante no dia 16 de janeiro de 2012, cuja íntegra reproduzimos abaixo como clarificação da posição da Companhia.

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.004/0001-06
Companhia Aberta



"COMUNICADO AO MERCADO Nº 003/2012"

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES ("IIC") vem, em complementação aos Comunicados ao Mercado revelados no decorrer da semana passada, esclarecer que:
Em 17.01.2011, a IIC recebeu Ofício da Superintendência de Relações com Empresas – SEP da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, determinando que a Companhia contemplasse os ajustes constantes naquele ofício quando das demonstrações financeiras de 31.12.2010. À vista da decisão da SEP, a Companhia protocolizou tempestivamente, em 09.02.2011, o recurso, tendo obtido o efeito suspensivo em 22.02.2011. Atente-se para o fato de que, apenas no final do exercício, em 29.12.2011, a Companhia foi informada da decisão a que chegou o Colegiado, em reunião realizada em 16.11.2011, na qual foi indeferido o recurso da Companhia recomendando maior conservadorismo nos lançamentos contábeis relacionados a "Contas a Receber de Cliente e Faturar" e dos Títulos da Dívida Pública Externa ("TDPs"), não indicando valores.

Em embargos de declaração proposto contra aquela decisão, a Companhia argumenta que há mais de 20 exercícios a confirmação do decurso do colegiado da CVM no ano de 2001, adota o conservadorismo nos lançamentos contábeis dos créditos junto aos seus clientes. Da mesma forma, buscou o princípio da prudência e conservadorismo na mensuração dos TDPs com base em laudos de avaliação por empresas especializadas, de forma consistente, exigência que se encontra presente na Lei nº 6.404/76.

Cabe, ainda, esclarecer que no decorrer do curso do exercício de 2011, diversos atos e eventos foram realizados, como por exemplo, a declaração dos dividendos e a incorporação da controlada INEPAR Energia S.A., o que, poderá implicar em uma série de consequências em decorrência daquela decisão do Colegiado.

Por fim, a Companhia esclarece que está estudando medidas necessárias que permitam a solução definitiva dos temas objeto das determinações da CVM, buscando manter uma relação saudável e transparente junto aos seus acionistas, conforme comunicado que está sendo disponibilizado nesta data.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2011 foi marcado por importantes realizações, notadamente na área de relacionamento com investidores. Desde Março após a assinatura do Contrato de Adesão, as ações da Companhia passaram a ser listadas no segmento de Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. As ações passaram a compor os seguintes índices:

- IGCC: Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada
- SMLL: Índice Small Cap
- ITAG: Índice de ações com Tag Along Diferenciado

Visando melhor atender a acionistas e estreitar relacionamento com o mercado, em Assembleia realizada em 11 de Maio foi eleito o Diretor de Relação com Investidores, cargo até então acumulado com a Diretoria Administrativa-Financeira, demonstrando claramente a disposição da Companhia em adotar as regras de transparência e respeito aos acionistas e investidores.

Reconhecendo ainda a necessidade de uma relação mais efetiva e eficiente com o Mercado de Capitais, em janeiro de 2012 foi criado o Comitê de Relações com o Mercado de Capitais com autonomia para elaborar e implementar um plano de reestruturação abrangente que envolva todas as atividades de relacionamento da Companhia com o citado mercado.

Dentro desta nova perspectiva, por decisão unânime dos acionistas controladores, foi definida a indicação de um novo membro para o Conselho de Administração referendado pelos acionistas minoritários, indicação esta já homologada por unanimidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro do ano corrente.

Passo importante no caminho da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, foi a conclusão do processo de profissionalização da gestão da Companhia, passando os principais acionistas controladores a exercerem somente as funções de Conselheiros de Administração. Estas decisões foram objeto dos Comunicados de 30.03.2011, 23.01.2012 e 31.01.2012.

Em novembro de 2011 a Companhia tinha a seguinte situação acionária:

	Composição do Capital	Ações detidas pelo controlador	Ações em circulação
Ações Ordinárias	37.164.791	22.824.235	14.340.556
Ações Preferenciais	58.495.139	942	58.494.197
Total	95.659.930	22.825.177	72.834.753

Em 2012, com a incorporação da INEPAR Energia, a Companhia passou a ter a seguinte situação acionária:

	Composição do Capital	Ações detidas pelo controlador	Ações em circulação
Ações Ordinárias	39.892.065	22.824.235	17.067.830
Ações Preferenciais	63.136.159	942	63.135.217
Total	103.028.224	22.825.177	80.203.047

Obs.: A composição acionária ainda está pendente de ajustes em face da dissidência realizada pelos minoritários e paga pela INEPAR Energia, que será objeto de adequações na próxima Assembleia Geral a ser realizada.

DIVIDENDOS DECLARADOS

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2011, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos para acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, no valor total de R\$10.492.620,07 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscientos e vinte reais e sete centavos).

Em virtude de uma emissão de debêntures ainda inadimplente, a justiça deferiu, em 30/06/2011, a penhora do valor integral dos proventos. Nesta execução, os debenturistas pleiteiam aproximadamente R\$41 milhões, na data base de julho de 2011, sendo que em contrapartida, a ação revisional proposta pela Companhia, demonstra que o crédito dos debenturistas é de aproximadamente R\$20 milhões na mesma data base. A Companhia está buscando, desde então, suspender a decisão judicial da penhora destes valores, e para tanto interps agravos de instrumento, que teve mantida a decisão anterior. Diante disso, foi interposto Recurso Especial no dia 08/02/2012, que aguarda análise de admissibilidade perante o Tribunal.

Independentemente dos trâmites das ações, a Companhia continua buscando um acordo administrativo e amigável com os debenturistas. Vale destacar que no último aumento de capital deliberado pela Companhia, em reunião do Conselho de Administração realizada 23 de julho de 2011, os debenturistas da 2ª emissão, BNDES Participações S.A. – BNDESPar, Fundação dos Empregados da Cia Energética da Bahia – FACEB e Banco FATOR S.A., estes equivalentes à 47% das debêntures em execução, utilizaram seus créditos decorrentes destas debêntures para o aumento de capital da Companhia, com base no valor reconhecido pela INEPAR S.A.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

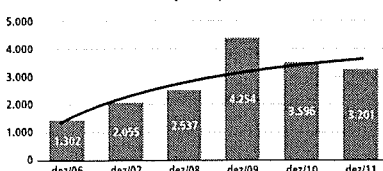
Em 2011 a Companhia realizou "Investimentos de Capital" num total de R\$ 42,4 milhões em potencialização, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade fabril e a produtividade. Grande parte destes investimentos foi aplicada em projetos da IESA Óleo

e Gás visando expandir e incrementar novos negócios relacionados a Petróbras. Destacamos também que em 2011 foram investidos recursos na área de tecnologia de informação para a implantação do SAP na IESA Projetos Equipamentos e Montagens e na IESA Óleo e Gás. Para 2012, além dos investimentos previstos na Unidade de Charqueadas - RJ já descritos no capítulo sobre a IESA Óleo e Gás, planejamos o investimento em diversas áreas destacando-se na unidade de Araraquara a fabricação de uma nova ponte rolante com capacidade para 300 toneladas de levantamento e uma nova cabine de jateamento, os quais permitirão a continuidade do aumento da nossa produtividade e capacidade fabril para atender a carteira atual e ao mercado em expansão.

DESEMPENHO COMERCIAL

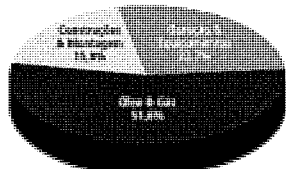
Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas e pedidos desde o ano de 2006, onde podemos verificar a evolução dos saldos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da INEPAR e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.

Carteira de Encomendas (000 R\$)



No exercício de 2011 o projeto de fornecimento de equipamentos e serviços para a usina hidrelétrica de Belo Monte contribuiu para a manutenção dos níveis de 2010 da nossa carteira num ano que tivemos um faturamento recorde de R\$ 1,65 bilhões.

Nos últimos anos conseguimos alcançar um novo patamar de carteira em virtude da reorganização que a Companhia vem realizando desde o ano de 2003, com profundas e significativas mudanças no modelo de gestão, linhas de negócios e atualização tecnológica do nosso parque fabril, bem como joint-ventures, participações consorciais, acordos mercadológicos e tecnológicos. O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou a Companhia e demonstra que ela está preparada para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado. A carteira de encomendas ao final de 2011 estava assim distribuída, por segmento de atuação:

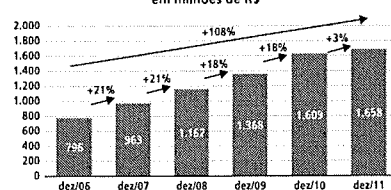


DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A receita operacional bruta neste exercício atingiu o montante recorde de R\$1.657,7 milhões no consolidado contra R\$1.609,1 milhões no exercício de 2010, representando um crescimento de 3,0%, apesar da diminuição do nível de atividade industrial no Brasil ocorrida em 2011.

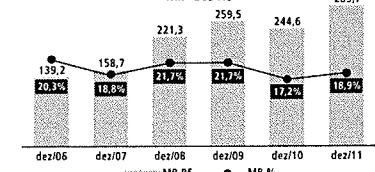
Apresentamos abaixo a evolução dos valores da receita bruta desde o ano de 2006, onde podemos comprovar o crescimento de 108% obtido pela Companhia em consequência das reestruturações que vem sendo efetuadas desde 2003, bem como das reorganizações efetuadas nas áreas industriais, de serviços e administrativas.

Receita Bruta em 31 de Dezembro em milhões de R\$



Um dos fatores que tem contribuído para o aumento da margem bruta nominal nos últimos anos, conforme demonstrado no quadro abaixo, são os constantes acréscimos da receita bruta operacional obtidos em função principalmente de: i) manutenção da carteira em níveis médios acima de R\$ 3,5 bilhões; ii) pelo fato de estarmos focados em segmentos de infraestrutura que tem demandado investimentos; iii) melhora da produtividade e da pontualidade no atendimento dos nossos contratos.

Margem Bruta milhões R\$



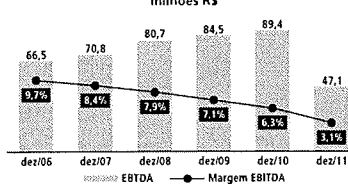
A estabilidade econômica brasileira alcançada nos últimos anos e a valorização do Real em relação às moedas fortes, aliados à crise dos mercados desenvolvidos tem provocado um aumento significativo na competitividade do mercado brasileiro provocando uma diminuição nas margens percentuais o que vem sendo combatido pela Companhia com o aumento no volume das operações.

A geração de caixa operacional consolidado, medida pelo EBITDA, produziu R\$ 47,1 milhões com uma margem de 3,0% em relação ao faturamento líquido, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segundo o critério conservador e as regras do IFRS, além da recente recomendação da CVM lançamos para perdas no exercício recebíveis contabilizados referentes a pleitos em discussão judicial ora classificados como possíveis de recebimento, o que afetou negativamente o EBITDA

que, caso contrário teria permanecido nos níveis dos exercícios anteriores.

EBITDA milhões R\$



As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 16,8% no consolidado em relação a 2010, devido principalmente a: i) aumento do volume das operações onde temos obtido acréscimos sucessivos de receitas; ii) pelos investimentos na criação da área de Global Source destinada a busca de oportunidades em fornecedores internacionais, principalmente no mercado asiático; iii) pelo aumento no dimensionamento de pessoal voltado à elaboração de propostas, principalmente nas divisões de óleo & gás necessárias para atender ao grande volume de licitações colocadas no mercado; iv) e finalmente pelo aumento expressivo nos recursos destinados a treinamento e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2011 o saldo líquido acumulado das despesas e receitas financeiras no consolidado ficou em R\$ 69,2 milhões, embora assim uma variação positiva comparada com a despesa líquida de (R\$ 81,2) milhões em 2010, principalmente em função das renegociações com o BNDES onde efetuamos uma reversão de juros sobre a dívida, lançados a maior em exercícios anteriores.

O lucro líquido do exercício foi de (R\$ 6,0) milhões comparados com R\$44,1 milhões de 2010, tendo sofrido variação negativa em grande parte por conta do resultado da Equivalência Patrimonial cujo valor foi de (R\$77,6) milhões.

Esclarecemos que a equivalência patrimonial negativa deveu-se à incorporação da INEPAR Energia pela INEPAR S.A. e que, não fosse este fato o resultado das operações teria sido positivo. Entretanto tal incorporação foi de extrema importância para a continuidade do plano de reestruturação das dívidas com o BNDES conforme já explicado.

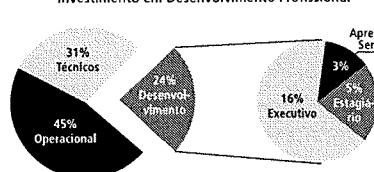
RECURSOS HUMANOS

A valorização e os constantes investimentos em treinamento nas equipes de trabalho, alinhados à visão estratégica da empresa, garantem um retorno financeiro e formam uma grande alavanca para atingir e superar as metas estabelecidas.

Na gestão de Recursos Humanos, a empresa tem adotado políticas de incentivo ao treinamento e ao desenvolvimento de carreira, principalmente junto ao seu pessoal de produção, facilitando o atendimento à forte demanda da produção, garantindo elevados padrões de qualidade e melhorando seus índices de produtividade. Ao final do exercício de 2011, a Companhia contava com 7.093 colaboradores diretos e indiretos, alocados na unidade fabril de Araraquara, nos escritórios, canteiros de obras e nas empresas coligadas e controladas. O corpo funcional da Companhia é altamente qualificado e atende plenamente as mais exigentes normas e especificações de qualidade.

Considerando os investimentos diretos com instrutores, hora/homem dos treinandos e mais os custos da estrutura da área de treinamento da Companhia, o investimento em 2011 foi superior a R\$ 3,0 milhões, distribuídos conforme mostra o gráfico abaixo:

Investimento em Desenvolvimento Profissional



Do total investido em treinamento, 76% foram destinados ao desenvolvimento das atividades relacionadas à unidade fabril e em QSMS. Um total de 8% foi destinado ao treinamento e desenvolvimento de estagiários e aprendizes do SENAI. Como destaque, a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., foi eleita em 2011 como a 8ª melhor empresa para se estagiar no Estado de São Paulo, de acordo com pesquisa feita pelo CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, sendo a única indústria metalúrgica classificada entre os 10 primeiros.

Em treinamento executivo, a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A. contratou em 2011 a Escola de Negócios "BI International", para conduzir curso de MBA voltado à capacitação de diretores e gerentes na Gestão da Inovação. Foram investidas mais de 3.500 horas sendo que no final do curso foi montado um Comitê Permanente de Inovação para avaliação e implementação de projetos inovadores.

De grande importância também foi a implantação do sistema SAP tanto na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., como na IESA Óleo e Gás, que exigiu um número elevado de treinamento de toda a base operacional e administrativa para a conversão do sistema e operacionalizações das transações rotineiras.

Diversos Prêmios foram conquistados pela IESA Óleo e Gás ao longo dos últimos anos, com destaque para o Prêmio de "Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil" e "Melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro" em 2008, 2009 e 2011, prêmio este promovido pela Great Place to Work.

Destaque também para os Prêmios conquistados pela IESA Óleo e Gás em Qualidade e Segurança fornecidos pela Petróbras.

Programas e Ações Sociais

Destacamos abaixo algumas ações sociais e programas internos desenvolvidos e implantados nas empresas controladas e coligadas:

- PROBEIN - Programa de bolsa de estudos aos dependentes dos colaboradores;
- DTI - Desenvolvimento de talentos da empresa;
- Programa de estágio para filhos de funcionários ou terceiros;
- Pense - Programa desenvolvido para atender filhos de funcionários que sejam portadores de necessidades especiais;
- Doações a entidades assistenciais;
- Convênios com escolas profissionais;
- Doações a entidades que estimulam o desenvolvimento do esporte;
- Campanhas de doações de sangue, em convênio com diversos hospitais;
- Programa Sol - Criado para ser referência em segurança, organização e limpeza.

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



Índice de Sustentabilidade Ambiental IGC

Índice de Sustentabilidade Social SMLL

Índice de Sustentabilidade Econômica ITAG

Apresentamos abaixo o balanço social de 2010 da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:

Balanço Social Anual / 2010

Empresa: IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

Table with columns for 2010 and 2009 values and percentages for various social indicators.

6-Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Table with columns for 2010 Valor (Mil reais) and Metas 2011, containing descriptive text and numerical data.

5- Indicadores do Corpo Funcional

Table showing employee statistics such as number of employees, admissions, and turnover.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no exercício social encerrado em 31/12/2011 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Martinelli Auditores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

Large financial statement table with columns for ATIVO, PASSIVO, and PATRIMÔNIO LÍQUIDO for 2011 and 2010.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continuação

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta

NÍVEL 1
BVMFBOVESPAÍndice de Governança
Corporativa Diferenciada
IGCÍndice de Sustentabilidade
SMLL

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	6.058	-	1.536.493	1.425.600
Custos dos produtos e serviços	(2.713)	-	(1.246.821)	(1.181.000)
Lucro bruto	3.345	-	289.672	244.600
Recargas (despesas) operacionais	(68.896)	83.349	(318.106)	(108.446)
Despesas com vendas	(1.419)	(1.472)	(30.173)	(19.951)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	(1.024)	(21)	(1.039)	(155)
Administrativas e gerais	(27.377)	(23.914)	(163.328)	(144.359)
Provisões de futuras perdas operacionais	(15.552)	7.089	(16.596)	12.145
Outras recargas e despesas operacionais	(31.228)	18.356	(29.347)	9.170
Provisões de perdas sobre investimentos	-	33.940	-	33.940
Resultado da equivalência patrimonial	7.704	49.371	(77.623)	(236)
Resultado operacional	(65.551)	83.349	(28.434)	135.154
Despesas financeiras	28 (136.607)	(77.055)	(292.441)	(256.020)
Receitas financeiras	28 190.947	41.857	361.611	174.802
Resultado antes do imposto de renda	(11.211)	48.151	40.736	53.936
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2 3.993	-	(17.426)	(8.965)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2 1.225	(1.290)	(9.929)	2.759
Participações administradores/funccionários	-	-	(14.795)	(12.163)
Participações acionistas minoritários	-	-	(4.579)	8.612
Reversão juros capital próprio	-	(2.682)	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(5.993)	44.179	(5.993)	44.179
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	37.164.791	37.164.791		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	58.495.139	58.495.139		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(59,04)	435,23		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	(64,95)	478,75		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
RECEITAS	17.033	12.761	1.678.034	1.622.320
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.450	-	1.632.899	1.609.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.024)	(21)	(1.031)	(1.781)
Outras Receitas / Despesas	11.607	12.782	46.166	14.138
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.485)	23.760	(1.162.463)	(1.026.146)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.714)	(185)	(680.550)	(700.564)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(72.140)	23.945	(481.913)	(325.582)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(57.821)	36.521	515.571	586.174
Depreciação e Amortização	(4.844)	(1.504)	(20.293)	(12.619)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(62.665)	35.017	495.278	583.555
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	198.651	91.228	283.988	174.521
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.704	49.371	(77.623)	(236)
Receitas Financeiras	190.947	41.857	361.611	173.727
Outros Créditos	-	-	-	1.030
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	135.986	126.245	779.266	758.076
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	4.586	2.413	318.385	310.985
Salários e encargos	3.709	2.079	252.907	266.857
Benefícios	705	278	47.193	26.311
FGTS	172	56	18.285	17.817
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	679	2.565	150.110	151.630
Federais	670	2.565	113.924	105.008
Estaduais	9	-	19.866	21.915
Municipais	-	-	16.320	24.707
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	136.714	77.088	312.185	259.894
Juros	136.607	77.055	292.441	251.927
Alugueiros	107	33	19.744	7.967
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(5.993)	44.179	(1.414)	35.567
Lucros Retidos	-	2.209	-	2.209
Dividendos	-	10.493	-	10.493
Lucros à Disposição da Assembleia	(5.993)	31.477	(5.993)	31.477
Participação de acionistas minoritários	-	-	4.579	(8.612)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	135.986	126.245	779.266	758.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)															
	Capital Social		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes			Participação dos Não Controladores	Participação do mônio Líquido	Total			
	Subscrito	A integralizar	(-) Gastos com criação de ações	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros a Dispo- sição (Prejuízos) ou Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Reser- vas de Reava- Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial				Patrimônio Acionistas de Controladora		
Em 31 de dezembro de 2009	679.243	(4.024)	(2.476)	4.621	-	-	(402.304)	-	67.185	94.509	(1.093)	435.661	90.601	526.262	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	44.179	-	-	-	-	44.179	(8.612)	35.567	
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.111)	(4.111)	(631)	(4.742)	
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.273	2.273	-	2.273	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	(1.838)	(631)	(2.469)	
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.341	42.341	(9.243)	33.098	
Aumento de Capital - 72º AGE de 12/11/2009	-	4.024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.024	
Aumento de Capital - 276º RCA de 23/07/2010	-	-	866	-	-	-	-	126.226	(1.463)	-	-	126.226	-	126.226	
Gasto com subscrição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(597)	-	(597)	
Redução de Capital - 75º AGE de 19/05/2010	(415.963)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	415.963	-	-	-	-	-	-	-	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	(10.493)	-	-	-	-	(10.493)	-	(10.493)	
Reserva Legal	-	-	-	-	2.209	-	-	-	-	-	-	2.209	-	2.209	
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	54.022	(2.209)	-	-	-	-	54.022	-	54.022	
Realização da Reserva Reavaliada	-	-	-	-	-	-	3.892	(3.892)	-	-	-	-	-	-	
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	4.994	(4.994)	-	-	-	-	-	-	
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	735	-	-	-	735	-	735	
Em 31 de dezembro de 2010	263.280	-	(1.610)	4.621	2.209	54.022	-	-	124.763	63.293	90.250	(2.931)	597.897	81.358	679.255
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(5.993)	-	-	-	-	(5.993)	4.579	(1.414)	
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.894)	(4.894)	-	(4.894)	
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.257)	(1.257)	-	(1.257)	
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30	-	30	
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.227)	(1.227)	4	(1.223)	
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.114)	(12.114)	4,583	(7.531)	
Devolução de AFAC - 280º RCA de 08/02/2011	-	-	-	-	-	-	-	(452)	-	-	-	(452)	-	(452)	
Aumento de Capital - 280º RCA de 08/02/2011	125.774	-	-	-	-	-	-	(125.774)	-	-	-	-	-	-	
Gasto com subscrição de ações	-	-	(1.463)	-	-	-	-	1.463	-	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital - 78º AGE de 21/11/2011	9.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.923	-	9.923	
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.700)	(1.700)	
Efeito da Incorporação da Inepar Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.315)	(66.315)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.471	(68.015)	(58.544)	
Realização da Reserva Reavaliada	-	-	-	-	-	-	3.049	(3.049)	16.862	-	-	19.911	-	19.911	
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	4.117	(4.117)	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2011	398.977	-	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(3.721)	-	80.155	86.133	(4.158)	615.165	17.926	633.091	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

<p>continuação</p>  <p>INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES</p> <p>CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 Companhia Aberta</p> <p>NÍVEL 1 BIM&FROEVSPA</p> <p>IGC Instituto Brasileiro de Gerenciamento em Contas</p> <p>SMLL Sociedade de Membros Limitada</p> <p>ITAG Instituto Brasileiro de Contabilidade</p> <p>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</p> <p>NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL A Empresa INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35.3.0035492.3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Itaquera, CEP 04088-001. A Empresa tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens da elétrica, equipamentos e serviços destinados a: geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela empresa ou através de empresas controladas ou ligadas.</p> <p>NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras da Companhia de suas controladas compreendem: a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo. b) Demonstrações Financeiras Consolidadas As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.</p> <p>NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS 3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES e suas controladas apresentadas abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="159 784 430 907"> <thead> <tr> <th>Empresas</th> <th colspan="2">Participação - %</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (*)</td> <td>50,00</td> <td>50,00</td> </tr> <tr> <td>IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.</td> <td>74,60</td> <td>74,60</td> </tr> <tr> <td>Inepar Energia S.A. - sociedade incorporada (**)</td> <td>-</td> <td>42,12</td> </tr> <tr> <td>Inepar Equipamentos e Montagens S.A.</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Penta Participações e Investimentos Ltda.</td> <td>100,00</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Empresa onde o controle é compartilhado, sendo a consolidação proporcional à participação no capital. (**) Sociedade incorporada em 21 de novembro de 2011, conforme nota explicativa n.º 13.1</p> <p>Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com a empresa incluída na consolidação; d) Destaque dos valores da participação dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.</p> <p>Informações adicionais sobre Empresa controlada em conjunto Na Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o controle acionário é compartilhado com outros acionistas. Portanto, os componentes do balanço patrimonial e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Inepar.</p> <p>De acordo com o estabelecido no acordo de acionistas, não há preponderância nas deliberações sociais por nenhum dos acionistas da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., tendo em vista que decisões envolvendo aspectos estratégicos para a empresa precisam ser tomadas com a aprovação do Conselho de Administração mediante votos favoráveis de conselheiros que representem, pelo menos, 70% da participação societária no capital da controlada. Estas decisões estão relacionadas, principalmente, a alterações estatutárias, alterações na política de dividendos, associações e fusões, emissão de novas ações, transações não relacionadas à atividade operacional, emissão de títulos com prazo superior a 2 anos, dentre outras.</p> <p>Conforme requerido pelo artigo 33 da Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, estão apresentados na nota explicativa nº 13.1 o balanço patrimonial e a demonstração de resultados da controlada em conjunto, para permitir melhor análise da situação econômica financeira dessa empresa.</p> <p>3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.</p> <p>3.3 Compensação Entre Contas Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.</p> <p>3.4 Conversão em Moeda Estrangeira Os itens nas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.</p> <p>Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.</p> <p>3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.</p> <p>3.6 Ativos Financeiros A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) empréstimos e recebíveis; c) disponíveis para venda, e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.</p> <p>(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.</p> <p>(b) Empréstimos e recebíveis Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "taxas e equivalentes de caixa".</p> <p>(c) Ativos financeiros disponíveis para venda Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.</p> <p>Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.</p> <p>Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.</p> <p>Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.</p> <p>A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").</p> <p>(d) Outros Ativos Financeiros Neste valor estão incluídos os Títulos da Dívida Pública Federal Externa, recebidos da controladora para</p>	Empresas	Participação - %			31/12/2011	31/12/2010	Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (*)	50,00	50,00	IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	74,60	74,60	Inepar Energia S.A. - sociedade incorporada (**)	-	42,12	Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	100,00	100,00	Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	-	<p>utilização na liquidação de impostos e tributos federais.</p> <p>3.7 Contas a Receber de Clientes As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.</p> <p>As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva a menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor futuro ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária.</p> <p>3.8 Estoques Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.</p> <p>3.9 Investimentos Nos demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>3.10 Imobilizado A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.</p> <p>3.11 Intangível Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.</p> <p>3.12 "Impairment" de Ativos Não Financeiros Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.</p> <p>3.13 Contas a Pagar a Fornecedores As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.</p> <p>3.14 Empréstimos e Financiamentos Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração de resultados durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.</p> <p>3.15 Provisões As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.</p> <p>3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O efeito do imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos e lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do valor real de contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.</p> <p>3.17 Participação nos Lucros Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação dos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.</p> <p>3.18 Apuração do Resultado O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado da execução dos projetos por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios de execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) número 17 do IBRACON.</p> <p>3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.</p> <p>A empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona – CPC 17.</p> <p>3.20 Dividendos A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.</p> <p>3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas operações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.</p> <p>As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis; d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;</p>
Empresas	Participação - %																					
	31/12/2011	31/12/2010																				
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (*)	50,00	50,00																				
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	74,60	74,60																				
Inepar Energia S.A. - sociedade incorporada (**)	-	42,12																				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	100,00	100,00																				
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	-																				

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
c) Disponível para venda: Os títulos e valores mobiliários (FIDC), são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício.

d) Derivativos: A empresa não mantém operações em derivativos, existem contratos com instrumentos derivativos na sociedade controlada indiretamente IESA Óleo & Gás, denominados 'Contratos de Swap de Fluxo de Caixa', e operações com derivativos na sociedade controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar para proteção de riscos relativos a moedas estrangeiras. Todos os ganhos ou perdas decorrentes destes instrumentos financeiros derivativos estão registrados no resultado financeiro como componente das receitas e despesas financeiras.

e) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
f) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

g) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de crédito
A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagas na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros
O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nº 475/08 e 550/08 apresentamos e seguimos, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2011 R\$ mil, Cenário I R\$ mil, Cenário II R\$ mil, Cenário III R\$ mil. Rows include Divida bancária, Exposição Líquida - R\$ mil, Exposição Líquida - US\$ mil, Taxa Dólar, and Variação Cambial.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispõem a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº 475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Main balance sheet table with columns: Mensurado pelo valor justo por meio do resultado, Empréstimos e Recebíveis, Disponíveis para Venda, Outros ativos financeiros, Total, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010, Total. Rows are categorized into Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010, Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011, and Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010.

(a) Caixa e equivalentes de caixa
As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial 'pro rata die', desde a data origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.
(b) Contas a receber
As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço. As contas a receber classificadas no ativo não circulante referem-se, em sua maior parte, a cobranças junto a clientes fundamentadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (vide nota explicativa nº 6).
(c) Títulos e Valores Mobiliários-FIDC
Refere-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, descritas na nota explicativa nº 7, que a Companhia mantém classificado como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referentes ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, portanto o valor contábil já está mensurado pelo valor de mercado.
(d) Títulos e Valores Mobiliários
Os valores lançados como Outros Ativos Financeiros referem-se, principalmente, aos títulos vencidos da Dívida

Extrema Brasileira que estão registrados pelo valor de face atualizado com base em Laudo de Especialistas, sendo que o valor de mercado não foi como determinar, podendo ser igual ao valor contábil, se houver decisão favorável à controladora para utilização na compensação de impostos e contribuições federais (vide nota explicativa nº 7a), e os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. e da Ibratem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 7 itens 'c' e 'd'.
(e) Títulos a receber
Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.
(f) Outros Créditos
O saldo no consolidado de R\$ 96.985, lançado em outros ativos financeiros no ativo circulante refere-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trem Metropolitanos (CPTM), e a pagamentos efetuados pela Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. por conta e ordem da Sadefem aos fornecedores dos projetos em que a Andritz tinha a Sadefem como consorciada ou parceiro

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2011, 31/12/2010. Rows include Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a), ICMS a recolher/Parcelamentos, INSS a recolher/Parcelamentos, PIS/COFINS Diferido, ISS a recolher/Parcelamentos, PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos, Impostos e Contribuições retidos na fonte, IRPJ e CSLL Parcelamento, (-) Adto. s/Parcelamento, Outros.

Parcela de curto prazo
Parcela de longo prazo
(a) Atendimento os benefícios estabelecidos pelo Parcelamento Especial de Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 a Inepar S.A. Indústria e Construções, a Inepar Equipamentos e Montagens S.A., a IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., e a IESA Óleo & Gás S.A. efetuaram a consolidação parcial dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFN nº02/2011.

O valor de RS 483.679, referente ao total dos débitos consolidados está composto pelas empresas:
EMPRESAS
Inepar S.A. Indústria e Construções 355.393
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. 35.687
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. 92.023
IESA Óleo & Gás S.A. 578
Total 483.679

O valor de RS 483.679, refere-se ao total dos impostos e contribuições solicitados pela Inepar para serem incluídos no Refis, porém por problemas técnicos do programa da Receita Federal, alguns processos não constaram da consolidação. A Empresa para salvaguardar os seus direitos ingressou com recursos judiciais contra a Receita Federal e a Procuradoria Geral, obtendo pareceres favoráveis quanto à inclusão destes processos no Refis e está no momento aguardando a liberação do programa para efetuar estas inclusões. No período de junho a dezembro de 2011, a Inepar efetuou os pagamentos das parcelas correspondentes aos débitos consolidados no montante de RS 8.077.

Apesar do pedido de parcelamento conforme a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Empresa continua com "Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Obrigacional Tributária" para quitação de débitos através da compensação com direitos sobre títulos da dívida pública federal externa, recebidos da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções, através de Contrato de Mútuo de Ativo Financeiro, conforme mencionado na nota explicativa nº 23.

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTO E ENCARGOS
Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2011, 31/12/2010. Rows include ICMS s/Receitas, ISS s/Receitas, Custos a Incurrir.

Refere-se a materiais recebidos ou conclusão de etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos fornecedores, bem como provisão de impostos sobre as receitas.

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS
Adiantamentos ou serviços recebidos por conta de venda de produtos ou serviços deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR
Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2011, 31/12/2010. Rows include Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a), Cia. Siderúrgica Nacional (b), ZF Hurr (c), IESA Projetos, Equipam. e Montagens S.A. (d), Penla Participações e Investimentos Ltda., IESA Proj. Equipam. e Montagens S.A., Inepar Administração e Participações S.A., MDC Assessoria, Outros.

Parcela Circulante
Parcela não Circulante
a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta de subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo a parcela inicial liquidada em 31/12/2008. Estes valores deverão ser liquidados com a prestação de serviços através do contrato existente e com o incremento de atividades que a nova fase da joint-venture irá proporcionar com o atendimento do mercado mundial de Hidro-geração, o que representará um aumento considerável de horas contratadas na planta-fábrica de Araraquara.
b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN, o passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos.
c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.. A empresa está negociando novas condições de pagamento, uma vez que os recebimentos dos eventos vinculados a estes equipamentos encontram-se paralisados (pelo Metrô) temporariamente.
d) Refere-se aos valores devidos a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. em função de assunção de créditos.
e) O valor de RS 55.980, refere-se a assunção da dívida da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. pela compra da participação na TISA - Triunfo lesa Infraestruturas S.A..

NOTA 22 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
22.1 Tributos Diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Table with columns: Controladora, Prejuízos Fiscais e Base Negativa Lei 11.941/09, Diferenças Base Negativa Lei 11.941/09, Diferenças Temporárias, Custos Impos. s/ Reserva de Reavaliação, Tributos Diferidos Passivos Atribuído e Reserva de Reavaliação, Custo Atribuído e Reserva de Reavaliação, Total. Rows include Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos, Em 31 de dezembro de 2010, Constituição dos Tributos, Em 31 de dezembro de 2011, Consolidado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Tributos Diferidos Ativos, Tributos Diferidos Passivos. Rows include Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos, Em 31 de dezembro de 2010, Constituição dos Tributos, Em 31 de dezembro de 2011, Consolidado.

22.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2011, 31/12/2010. Rows include Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro, IRPJ / CSLL Alíquota Nominal, Total Tributos, Ajustes Apuração Alíquota Efetiva, Adições/Exclusões, Incentivos Fiscais, Resultado de Equivalência Patrimonial, Outros ajustes, IRPJ / CSLL no Resultado, Tributos Correntes, Tributos Diferidos, Alíquota Efetiva.

NOTA 23 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2011:

Table with columns: Ativo Circulante, Contas a Receber de Clientes, Ativo Não Circulante, Mútuos. Rows include Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., Penla Participações Ltda., Inepar Equip. e Mont. S.A., Iesa Proj. Equip. Mont. S.A., Inepar Trading S.A., Afac Inepar Inovada, Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão.

Table with columns: Dividendos, Títulos a Receber, Inepar Equip. e Mont. S.A., Iesa Proj. Equip. Mont. S.A., Inepar Administração e Participações S.A., Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Table with columns: Passivo Circulante, Títulos a Pagar, Mútuo. Rows include Iesa Proj. Equip. Mont. S.A., Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., Inepar Energia S.A., Inepar Administração e Participações S.A., Demais Empresas.

Table with columns: Resultado (Receitas), Receita de Aluguéis, Resultado (Despesas), Despesas Financeiras. Rows include Iesa Proj. Equip. Mont. S.A., Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Table with columns: Resultado (Receitas), Receitas Financeiras, Resultado (Despesas), Outras despesas. Rows include Inepar Trading S.A., Inepar Administração e Participações S.A., Demais Empresas.

Mútuos: A tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pós-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as empresas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

Table with columns: ATIVO, Saldo 2010, Adições/Baixas, Variação Monetária, Saldo 2011. Rows include Empresas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A., IESA - Proj. Equip. Montag. S.A., Inepar Trading Ltda., Penla Participações, Afac.

Table with columns: PASSIVO, Saldo 2010, Adições/Baixas, Variação Monetária, Saldo 2011. Rows include Inepar Energia S.A., Inepar Administração e Participações S.A., Demais Empresas.

Mútuos decorrentes dos títulos da dívida pública federal externa:
A controladora Inepar Administração e Participações S.A. transfere ativos financeiros no montante de R\$ 1.421.324 (títulos lançados no exterior, da dívida pública federal externa), para a Inepar, pelo valor de face corrigido, que foram utilizados para garantia de liquidação de débitos de impostos federais (nota explicativa nº 18).

Conforme nota explicativa nº 7(a), a Inepar S.A. Indústria e Construções e suas controladas possuem em seus ativos o montante de R\$ 853.596 que está registrado no Ativo não circulante na rubrica de Direitos sobre títulos da Dívida Pública Federal Externa.

O saldo remanescente de (R\$ 1.421.324) deduzido do valor de R\$ 853.596, perfaz o montante de R\$ 567.728 (muitado junto à controladora que poderá ser liquidado após a decisão judicial favorável sobre a compensação dos passivos tributários, ou com autorização em Assembleia Geral Extraordinária. Caso a decisão judicial da ação de compensação de tributos tenha uma sentença desfavorável ao plano da empresa, este valor será devolvido à Inepar Administração e Participações S.A., não representando desembolso financeiro. O montante de R\$ 489.030 foi transferido para a controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em operação de aumento de capital.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA)
A empresa está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos a empresa apresentou defesa administrativa e judicial e as providões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Trabalhistas, Tributárias, Cíveis, Total. Rows include Trabalhistas, Tributárias, Cíveis.

A seguir a movimentação das contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

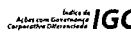
 INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 Companhia Aberta		   																																																																																																																																																																																																																		
<p>Processos em Discussão Judicial</p> <p>a) A empresa foi parte em um processo arbitral instaurado contra terceiros, em um contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em razão de surpresas topográficas e geológicas em que pretendia o ressarcimento pelos custos extra incorridos e adicional de prazo para execução, por circunstâncias imprevisíveis surgidas no curso da execução das obras civis de engenharia. Porém, ao invés de aduzir referida pretenção, o proprietário da usina rescindiu unilateralmente o contrato e tomou conta do canteiro de obras, apesar de que 95% das obras já se encontravam concluídas, pela própria Inepar, de acordo com relatório da ANEEL, sendo que os principais equipamentos estavam 100% atendidos e instalados, restando apenas uma pequena parte de montagem de alguns itens, juntamente com pequena parte de obras civis. Por iniciativa da Inepar foi instaurado procedimento arbitral, sendo que a proprietária da usina apresentou reconvenção, na qual pretendia receber as multas contratuais e ressarcimentos dos custos pagos a terceiros para a conclusão das obras. Com um voto (dos três votos) divergente (favorável à Inepar), mesmo com um extenso, sólido e consistente fundamento, reconhecendo o direito da Inepar, o resultado da arbitragem (2 X 1) previu sem nenhum conteúdo consistente, o ressarcimento à proprietária da usina por conta das multas contratuais e principalmente despesas que supostamente teriam sido gastas com terceiros para conclusão das obras. A alegação de que teriam sido suportados pela proprietária da usina para concluir 6,55% das obras, é superior aos valores pagos em favor da Inepar ou de seu direito da receber, na ordem de R\$ 130 milhões para executar 95% do contrato.</p> <p>Diante de uma flagrante série de vícios identificados na sentença arbitral, e pelo próprio voto divergente citado acima, ingressou-se com ação de nulidade da sentença arbitral junto ao Poder Judiciário, e que na opinião dos assessores jurídicos da Inepar, estes entendem pelo êxito possível na mencionada ação judicial e com base nesta opinião, a Inepar não contabilizou uma provisão específica para esta demanda.</p> <p>A Inepar obteve o reconhecimento da nulidade da decisão da arbitragem junto à 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio de recurso apresentado em execução da parte contrária. Esta decisão é ainda sujeita a recursos judiciais.</p> <p>b) Em 1996, a empresa adquiriu o controle societário da Sade Vigessa Industrial e Serviços, a qual foi incorporada pela Inepar no ano de 2000, entidade que antes da aquisição era subsidiária integral da empresa Sade Vigessa S.A., empresa sem vínculo à Inepar.</p> <p>A empresa Sade Vigessa S.A. maninha uma demanda em um processo de arbitragem, junto à empresa Spier Enefrans S.A. relativa a um empreendimento realizado em consórcio com a mesma, no ano de 1995. Houve a publicação de sentença imputando indevidamente à Inepar a responsabilidade por tal fato, atribuindo um valor de sete milhões de dólares ao pleito.</p> <p>A Inepar interpsó recursos tão logo tomou conhecimento do equívoco cometido; porém de acordo com informações atualizadas de nossos advogados, a Administração autorizou a efetuar o registro contábil na conta de provisão para contingência do valor de R\$ 24.483.</p>																																																																																																																																																																																																																				
<p>NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p> <p>a) Capital Social e Destinação dos Resultados</p> <p>O Capital Social integralizado é de R\$ 389.054, formado por 37.164.791 ações ordinárias e 58.495.139 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76. Nos exercícios de 2010 e no 1º trimestre de 2011, ocorreram as seguintes movimentações na conta do Capital Social:</p> <p>27º Reunião do Conselho de Administração de 31/01/2011</p> <p>Foi deliberado pelo Conselho de Administração a realização do 1º leilão das sobras de subscrição das ações, conforme aumento de capital autorizado pela 27ª Reunião do Conselho de Administração de 23/07/2010.</p> <p>28º Reunião do Conselho de Administração de 08/02/2011</p> <p>Foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 125.774.014,03, com a emissão de 6.034.695 ações ordinárias e de 20.782.792 ações preferenciais.</p> <p>b) Reserva de Reavaliação</p> <p>Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.</p> <p>Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento nas empresas Panta Participações e Investimentos Ltda. e Guscador do Brasil Ltda., e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.</p> <p>A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.</p> <p>A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.</p> <p>c) Destinação do Lucro</p> <p>Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.</p> <p>d) Ajuste de Exercícios Anteriores</p> <p>Tais ajustes referem-se aos efeitos da aplicação do CPC 17 na coligada Triunfo Iesa Infraestrutura S.A.. Na Companhia foi efetuado lançamento a débito do patrimônio líquido e a crédito de investimentos no valor de R\$ 4.894.</p>																																																																																																																																																																																																																				
<p>NOTA 26 – RESULTADO POR AÇÃO</p> <p>O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resultado por Ação</th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Numerador</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo/Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas preferenciais</td> <td>(3.799)</td> <td>28.004</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas ordinários</td> <td>(2.194)</td> <td>16.175</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(5.993)</td> <td>44.179</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Denominador (em milhares de ações)</th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade de ações preferenciais emitidas</td> <td>58.495</td> <td>58.495</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de ações ordinárias emitidas</td> <td>37.165</td> <td>37.165</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>95.660</td> <td>95.660</td> </tr> </tbody> </table> <p>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação preferencial</th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ação ordinária</td> <td>(0,065)</td> <td>0,479</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(0,059)</td> <td>0,435</td> </tr> </tbody> </table>				Resultado por Ação	31/12/2011	31/12/2010	Numerador			Prejuízo/Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas preferenciais	(3.799)	28.004	Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas ordinários	(2.194)	16.175		(5.993)	44.179	Denominador (em milhares de ações)	31/12/2011	31/12/2010	Quantidade de ações preferenciais emitidas	58.495	58.495	Quantidade de ações ordinárias emitidas	37.165	37.165	Total	95.660	95.660	Ação preferencial	31/12/2011	31/12/2010	Ação ordinária	(0,065)	0,479		(0,059)	0,435																																																																																																																																																																										
Resultado por Ação	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Numerador																																																																																																																																																																																																																				
Prejuízo/Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia																																																																																																																																																																																																																				
Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas preferenciais	(3.799)	28.004																																																																																																																																																																																																																		
Prejuízo/Lucro disponível aos acionistas ordinários	(2.194)	16.175																																																																																																																																																																																																																		
	(5.993)	44.179																																																																																																																																																																																																																		
Denominador (em milhares de ações)	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	58.495	58.495																																																																																																																																																																																																																		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	37.165	37.165																																																																																																																																																																																																																		
Total	95.660	95.660																																																																																																																																																																																																																		
Ação preferencial	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Ação ordinária	(0,065)	0,479																																																																																																																																																																																																																		
	(0,059)	0,435																																																																																																																																																																																																																		
<p>NOTA 27 - RECEITAS DE VENDAS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Vendas Mercado Interno</td> <td>6.449</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Vendas Mercado Externo</td> <td>–</td> <td>327.055</td> </tr> <tr> <td>(-) Devoluções e Abatimentos</td> <td>–</td> <td>(27.480)</td> </tr> <tr> <td>(-) Impostos sobre as Vendas</td> <td>(391)</td> <td>(93.779)</td> </tr> <tr> <td>Receita de Vendas</td> <td>6.058</td> <td>1.425.600</td> </tr> </tbody> </table>					31/12/2011	31/12/2010	Vendas Mercado Interno	6.449	–	Vendas Mercado Externo	–	327.055	(-) Devoluções e Abatimentos	–	(27.480)	(-) Impostos sobre as Vendas	(391)	(93.779)	Receita de Vendas	6.058	1.425.600																																																																																																																																																																																															
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Vendas Mercado Interno	6.449	–																																																																																																																																																																																																																		
Vendas Mercado Externo	–	327.055																																																																																																																																																																																																																		
(-) Devoluções e Abatimentos	–	(27.480)																																																																																																																																																																																																																		
(-) Impostos sobre as Vendas	(391)	(93.779)																																																																																																																																																																																																																		
Receita de Vendas	6.058	1.425.600																																																																																																																																																																																																																		
<p>NOTA 28 - RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas Financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros símpostos e contribuições</td> <td>(45.706)</td> <td>(26.912)</td> </tr> <tr> <td>Juros/Despesas bancárias</td> <td>(71.722)</td> <td>(40.323)</td> </tr> <tr> <td>Fianças bancárias</td> <td>(1.064)</td> <td>(1.643)</td> </tr> <tr> <td>Varição monetária passiva</td> <td>(680)</td> <td>(1.746)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(76)</td> <td>(986)</td> </tr> <tr> <td>Varições cambiais</td> <td>(17.359)</td> <td>(6.445)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(136.607)</td> <td>(77.055)</td> </tr> <tr> <td>Receitas Financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas de aplicações financeiras</td> <td>1.158</td> <td>319</td> </tr> <tr> <td>Receitas de aplicações de debêntures</td> <td>7.051</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Juros auferidos</td> <td>42.249</td> <td>2.858</td> </tr> <tr> <td>Varições monetárias ativas</td> <td>17.763</td> <td>4.668</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas financeiras</td> <td>116.923</td> <td>29.718</td> </tr> <tr> <td>Varições cambiais</td> <td>5.803</td> <td>4.294</td> </tr> <tr> <td></td> <td>190.947</td> <td>41.857</td> </tr> <tr> <td></td> <td>54.340</td> <td>(35.198)</td> </tr> </tbody> </table>					31/12/2011	31/12/2010	Despesas Financeiras			Juros símpostos e contribuições	(45.706)	(26.912)	Juros/Despesas bancárias	(71.722)	(40.323)	Fianças bancárias	(1.064)	(1.643)	Varição monetária passiva	(680)	(1.746)	Outras despesas financeiras	(76)	(986)	Varições cambiais	(17.359)	(6.445)		(136.607)	(77.055)	Receitas Financeiras			Receitas de aplicações financeiras	1.158	319	Receitas de aplicações de debêntures	7.051	–	Juros auferidos	42.249	2.858	Varições monetárias ativas	17.763	4.668	Outras receitas financeiras	116.923	29.718	Varições cambiais	5.803	4.294		190.947	41.857		54.340	(35.198)																																																																																																																																																											
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Despesas Financeiras																																																																																																																																																																																																																				
Juros símpostos e contribuições	(45.706)	(26.912)																																																																																																																																																																																																																		
Juros/Despesas bancárias	(71.722)	(40.323)																																																																																																																																																																																																																		
Fianças bancárias	(1.064)	(1.643)																																																																																																																																																																																																																		
Varição monetária passiva	(680)	(1.746)																																																																																																																																																																																																																		
Outras despesas financeiras	(76)	(986)																																																																																																																																																																																																																		
Varições cambiais	(17.359)	(6.445)																																																																																																																																																																																																																		
	(136.607)	(77.055)																																																																																																																																																																																																																		
Receitas Financeiras																																																																																																																																																																																																																				
Receitas de aplicações financeiras	1.158	319																																																																																																																																																																																																																		
Receitas de aplicações de debêntures	7.051	–																																																																																																																																																																																																																		
Juros auferidos	42.249	2.858																																																																																																																																																																																																																		
Varições monetárias ativas	17.763	4.668																																																																																																																																																																																																																		
Outras receitas financeiras	116.923	29.718																																																																																																																																																																																																																		
Varições cambiais	5.803	4.294																																																																																																																																																																																																																		
	190.947	41.857																																																																																																																																																																																																																		
	54.340	(35.198)																																																																																																																																																																																																																		
<p>Estão incluídos nas despesas financeiras os valores referentes, principalmente a:</p> <p>a) Atualização dos empréstimos e financiamentos;</p> <p>b) Atualização dos debêntures;</p> <p>c) Atualização monetária dos impostos e contribuições vencidos, bem como sobre os valores dos impostos parcelados;</p> <p>d) Reconhecimento de juros e multas aplicadas na Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada), no valor de R\$ 5.460.</p> <p>Os valores de outras receitas financeiras referem-se às atualizações sobre títulos e valores mobiliários, resultando sobre aplicação financeira, descontos obtidos e reconhecimento dos ajustes nos cálculos de</p>																																																																																																																																																																																																																				
<p>correção no contrato de financiamento de aquisição da participação acionária na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.</p> <p>NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS</p> <p>Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com o ativo permanente e dos estoques.</p> <p>As máquinas, equipamentos e demais ativos da empresa estão segurados através da apólice de seguro compreensiva empresarial contratado junto a Seguradora.</p> <p>A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.</p> <p>Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a empresa adquiriu "seguros performance", que garantem o ressarcimento de até R\$ 146.735 de eventuais multas contratuais.</p> <p>Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Objeto</th> <th>Cobertura</th> <th>Vigência</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Seguro Compreensivo</td> <td>Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas</td> <td>126.500</td> <td>De 05/10/2011 a 05/10/2012</td> </tr> </tbody> </table> <p>Limite máximo de garantia da apólice R\$ 126.500</p> <p>NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários</td> <td>1.877</td> <td>84.195</td> </tr> <tr> <td>Gastos Previdenciários</td> <td>371</td> <td>30.741</td> </tr> <tr> <td>Participação nos resultados</td> <td>197</td> <td>1.534</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.445</td> <td>116.470</td> </tr> </tbody> </table> <p>Número de Empregados</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>40</td> <td>20</td> </tr> </tbody> </table> <p>NOTA 31 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para 2010 foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Remuneração Conselho</td> <td>209</td> <td>159</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de Diretores</td> <td>3.146</td> <td>2.014</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.355</td> <td>2.173</td> </tr> </tbody> </table> <p>NOTA 32 - VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – "IMPAIRMENT"</p> <p>Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".</p> <p>Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).</p> <p>Em 31 de dezembro de 2011, a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida e imobilizado, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment".</p> <p>NOTA 33 – INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)</p> <p>Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Ofício Circular CVM nº 001/2007.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Operacional Líquida</td> <td>1.536,4</td> <td>1.425,6</td> </tr> <tr> <td>Custo de bens e/ou Serviços Vendidos</td> <td>(1.246,8)</td> <td>(1.181,0)</td> </tr> <tr> <td>Lucro Operacional Bruto</td> <td>289,6</td> <td>244,6</td> </tr> <tr> <td>(-) Despesas com Vendas</td> <td>(30,1)</td> <td>(20,1)</td> </tr> <tr> <td>(-) Despesas Gerais</td> <td>(163,3)</td> <td>(144,4)</td> </tr> <tr> <td>(+) Depreciação/ Amortização</td> <td>16,3</td> <td>14,1</td> </tr> <tr> <td>(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais</td> <td>(65,5)</td> <td>(4,8)</td> </tr> <tr> <td>EBITDA</td> <td>47,0</td> <td>89,4</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3,06%</td> <td>6,27%</td> </tr> </tbody> </table> <p>% s/ Receita Operacional Líquida</p> <p>NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO</p> <p>As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Constr. & Eqts</th> <th>Geração & Mon. tagens</th> <th>Outros</th> <th>Comp. Óleo & Infraestr.</th> <th>Corpo- lesa - Gás & Saneam.</th> <th>Corpo- rativo</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Operacional Líquida</td> <td>271.751</td> <td>5.029</td> <td>255.089</td> <td>19.009</td> <td>915.602</td> <td>70.013</td> <td>- 1.536.493</td> </tr> <tr> <td>Receita entre Segmentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>- 1.536.493</td> </tr> <tr> <td>Receita de Clientes</td> <td>271.751</td> <td>5.029</td> <td>255.089</td> <td>19.009</td> <td>915.602</td> <td>70.013</td> <td>(109.781)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e Amortização</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>361.611</td> </tr> <tr> <td>Receitas Financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(292.441)</td> </tr> <tr> <td>Despesas Financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(27.355)</td> </tr> <tr> <td>Provisão IRPJ e CSLL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(5.993)</td> </tr> <tr> <td>Lucro Líquido do Período</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(5.993)</td> </tr> </tbody> </table> <p>NOTA 35 – AJUSTE A VALOR PRESENTE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td>58.495</td> <td>58.495</td> </tr> <tr> <td>Clientes</td> <td>124.834</td> <td>144.089</td> </tr> <tr> <td>AVP s/Clientes</td> <td>(31)</td> <td>(18)</td> </tr> <tr> <td>Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber</td> <td>124.803</td> <td>144.071</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>5.383</td> <td>4.686</td> </tr> <tr> <td>AVP s/Fornecedores</td> <td>(112)</td> <td>(24)</td> </tr> <tr> <td>Saldo de Fornecedores</td> <td>5.271</td> <td>4.662</td> </tr> </tbody> </table> <p>Demonstração do Resultado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2011</th> <th>31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente</td> <td>(5.993)</td> <td>44.179</td> </tr> <tr> <td>Receita Bruta – Ajuste</td> <td>(31)</td> <td>(18)</td> </tr> <tr> <td>Custo dos Produtos Vendidos – Ajuste</td> <td>112</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>Receitas Financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>AVP Clientes</td> <td>23</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>AVP Outros Créditos</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Despesas Financeiras</td> <td>(86)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>AVP Fornecedores</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>AVP Outras Contas a Pagar</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Ajuste dos Impostos Diferidos</td> <td>(75)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Constituição do Ajuste</td> <td>21</td> <td>(5)</td> </tr> <tr> <td>Realização do Ajuste</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(6.029)</td> <td>44.192</td> </tr> </tbody> </table> <p>Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente</p> <p>NOTA 36 - OUTRAS INFORMAÇÕES</p> <p>Reestruturação</p> <p>A Inepar continua reestruturando seus passivos financeiros buscando alongar o perfil de sua dívida concomitantemente a uma política de desmobilização de diversos ativos e investimentos. Os passivos financeiros da Empresa estão garantidos, em sua maioria, pelos investimentos em coligadas.</p> <p>Atendimento Ofício CVM</p> <p>Em atendimento aos Ofícios/CVM/SEP/GEA-1/Nº 432/2011 e 433/2011, de 26 de dezembro de 2011, enviados pela CVM à Inepar S.A. Indústria e Construções e para a Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada), sobre os ajustes nas rubricas de contas a receber de clientes a faturar, Títulos da Dívida Pública Federal Externa e Bens destinados a venda, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento à decisão da CVM, através de seus assessores jurídicos conforme correspondências enviadas em 13 de janeiro de 2012, e aguarda no momento as análises pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.</p> <p>Evento Subsequente (AQUISIÇÃO COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES)</p> <p>No primeiro trimestre de 2012 será concluída a aquisição da participação no estaleiro da CBD (Companhia Brasileira de Diques) de propriedade da Inepar Administração e Participações S.A. (IAP), cujo processo se iniciou em fins de 2011. O pagamento pela aquisição se dará com títulos da dívida pública federal externa (TDP's) existentes em carteira. Esta aquisição é parte do Plano Geral de Reestruturação onde os controladores e fundadores da Inepar S.A. aprovaram por unanimidade transferir empresas com atividade operacionais que hoje estão ligadas a Holding IAP para a Inepar S.A. Ind. Construções.</p>				Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência	Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	126.500	De 05/10/2011 a 05/10/2012		31/12/2011	31/12/2010	Salários	1.877	84.195	Gastos Previdenciários	371	30.741	Participação nos resultados	197	1.534	Total	2.445	116.470		31/12/2011	31/12/2010		40	20		31/12/2011	31/12/2010	Remuneração Conselho	209	159	Remuneração de Diretores	3.146	2.014	Total	3.355	2.173		31/12/2011	31/12/2010	Receita Operacional Líquida	1.536,4	1.425,6	Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(1.246,8)	(1.181,0)	Lucro Operacional Bruto	289,6	244,6	(-) Despesas com Vendas	(30,1)	(20,1)	(-) Despesas Gerais	(163,3)	(144,4)	(+) Depreciação/ Amortização	16,3	14,1	(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(65,5)	(4,8)	EBITDA	47,0	89,4		3,06%	6,27%		Constr. & Eqts	Geração & Mon. tagens	Outros	Comp. Óleo & Infraestr.	Corpo- lesa - Gás & Saneam.	Corpo- rativo	Total	Receita Operacional Líquida	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	- 1.536.493	Receita entre Segmentos							- 1.536.493	Receita de Clientes	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	(109.781)	Depreciação e Amortização							361.611	Receitas Financeiras							(292.441)	Despesas Financeiras							(27.355)	Provisão IRPJ e CSLL							(5.993)	Lucro Líquido do Período							(5.993)		31/12/2011	31/12/2010	Circulante	58.495	58.495	Clientes	124.834	144.089	AVP s/Clientes	(31)	(18)	Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	124.803	144.071	Fornecedores	5.383	4.686	AVP s/Fornecedores	(112)	(24)	Saldo de Fornecedores	5.271	4.662		31/12/2011	31/12/2010	Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	(5.993)	44.179	Receita Bruta – Ajuste	(31)	(18)	Custo dos Produtos Vendidos – Ajuste	112	24	Receitas Financeiras			AVP Clientes	23	17	AVP Outros Créditos	–	–	Despesas Financeiras	(86)	(3)	AVP Fornecedores	–	–	AVP Outras Contas a Pagar	–	–	Ajuste dos Impostos Diferidos	(75)	(2)	Constituição do Ajuste	21	(5)	Realização do Ajuste				(6.029)	44.192
Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência																																																																																																																																																																																																																	
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	126.500	De 05/10/2011 a 05/10/2012																																																																																																																																																																																																																	
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Salários	1.877	84.195																																																																																																																																																																																																																		
Gastos Previdenciários	371	30.741																																																																																																																																																																																																																		
Participação nos resultados	197	1.534																																																																																																																																																																																																																		
Total	2.445	116.470																																																																																																																																																																																																																		
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
	40	20																																																																																																																																																																																																																		
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Remuneração Conselho	209	159																																																																																																																																																																																																																		
Remuneração de Diretores	3.146	2.014																																																																																																																																																																																																																		
Total	3.355	2.173																																																																																																																																																																																																																		
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Receita Operacional Líquida	1.536,4	1.425,6																																																																																																																																																																																																																		
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(1.246,8)	(1.181,0)																																																																																																																																																																																																																		
Lucro Operacional Bruto	289,6	244,6																																																																																																																																																																																																																		
(-) Despesas com Vendas	(30,1)	(20,1)																																																																																																																																																																																																																		
(-) Despesas Gerais	(163,3)	(144,4)																																																																																																																																																																																																																		
(+) Depreciação/ Amortização	16,3	14,1																																																																																																																																																																																																																		
(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(65,5)	(4,8)																																																																																																																																																																																																																		
EBITDA	47,0	89,4																																																																																																																																																																																																																		
	3,06%	6,27%																																																																																																																																																																																																																		
	Constr. & Eqts	Geração & Mon. tagens	Outros	Comp. Óleo & Infraestr.	Corpo- lesa - Gás & Saneam.	Corpo- rativo	Total																																																																																																																																																																																																													
Receita Operacional Líquida	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	- 1.536.493																																																																																																																																																																																																													
Receita entre Segmentos							- 1.536.493																																																																																																																																																																																																													
Receita de Clientes	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	(109.781)																																																																																																																																																																																																													
Depreciação e Amortização							361.611																																																																																																																																																																																																													
Receitas Financeiras							(292.441)																																																																																																																																																																																																													
Despesas Financeiras							(27.355)																																																																																																																																																																																																													
Provisão IRPJ e CSLL							(5.993)																																																																																																																																																																																																													
Lucro Líquido do Período							(5.993)																																																																																																																																																																																																													
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Circulante	58.495	58.495																																																																																																																																																																																																																		
Clientes	124.834	144.089																																																																																																																																																																																																																		
AVP s/Clientes	(31)	(18)																																																																																																																																																																																																																		
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	124.803	144.071																																																																																																																																																																																																																		
Fornecedores	5.383	4.686																																																																																																																																																																																																																		
AVP s/Fornecedores	(112)	(24)																																																																																																																																																																																																																		
Saldo de Fornecedores	5.271	4.662																																																																																																																																																																																																																		
	31/12/2011	31/12/2010																																																																																																																																																																																																																		
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	(5.993)	44.179																																																																																																																																																																																																																		
Receita Bruta – Ajuste	(31)	(18)																																																																																																																																																																																																																		
Custo dos Produtos Vendidos – Ajuste	112	24																																																																																																																																																																																																																		
Receitas Financeiras																																																																																																																																																																																																																				
AVP Clientes	23	17																																																																																																																																																																																																																		
AVP Outros Créditos	–	–																																																																																																																																																																																																																		
Despesas Financeiras	(86)	(3)																																																																																																																																																																																																																		
AVP Fornecedores	–	–																																																																																																																																																																																																																		
AVP Outras Contas a Pagar	–	–																																																																																																																																																																																																																		
Ajuste dos Impostos Diferidos	(75)	(2)																																																																																																																																																																																																																		
Constituição do Ajuste	21	(5)																																																																																																																																																																																																																		
Realização do Ajuste																																																																																																																																																																																																																				
	(6.029)	44.192																																																																																																																																																																																																																		
<p>DIRETORIA EXECUTIVA:</p> <table border="1"> <tr> <td>Cesar Romeu Fiedler Diretor Presidente</td> <td>Marco Antonio Bernardi Diretor Adm.-Financeiro</td> <td>Ricardo Woitowicz Diretor Comercial</td> <td>Dionísio Leles da Silva Filho Diretor de Relações com Investidores</td> </tr> </table>				Cesar Romeu Fiedler Diretor Presidente	Marco Antonio Bernardi Diretor Adm.-Financeiro	Ricardo Woitowicz Diretor Comercial	Dionísio Leles da Silva Filho Diretor de Relações com Investidores																																																																																																																																																																																																													
Cesar Romeu Fiedler Diretor Presidente	Marco Antonio Bernardi Diretor Adm.-Financeiro	Ricardo Woitowicz Diretor Comercial	Dionísio Leles da Silva Filho Diretor de Relações com Investidores																																																																																																																																																																																																																	
<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td>Atlânio de Oms Sobrinho - PRESIDENTE</td> <td>Di Marco Pozzo</td> <td>Valdir Lima Carreiro</td> <td>Cesar Romeu Fiedler</td> </tr> <tr> <td>Irajá Galliano Andre</td> <td>Jauneval de Oms</td> <td>Carlos Alberto Del Claro Gloger</td> <td>José Joaquim Paifer</td> </tr> </table>				Atlânio de Oms Sobrinho - PRESIDENTE	Di Marco Pozzo	Valdir Lima Carreiro	Cesar Romeu Fiedler	Irajá Galliano Andre	Jauneval de Oms	Carlos Alberto Del Claro Gloger	José Joaquim Paifer																																																																																																																																																																																																									
Atlânio de Oms Sobrinho - PRESIDENTE	Di Marco Pozzo	Valdir Lima Carreiro	Cesar Romeu Fiedler																																																																																																																																																																																																																	
Irajá Galliano Andre	Jauneval de Oms	Carlos Alberto Del Claro Gloger	José Joaquim Paifer																																																																																																																																																																																																																	
<p>CONTADOR: Jair Matuca – CPF 667.583.788-53 – CRC-15P100417/O-6</p> <p style="text-align: right;">continua</p>																																																																																																																																																																																																																				

continuação



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretores e Acionistas da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação, os riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras
Conforme mencionado nas notas explicativas 7, 18 e 23, a Empresa recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre títulos de dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 1.642.885 mil. Está sendo pleiteado em via judicial o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso. Nas demonstrações financeiras, a Empresa, do montante atualizado reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 238.277 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 853.595 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme descrito na nota explicativa 6, estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 107.587 mil na controladora e de R\$ 158.794 mil no consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso. Conforme descrito na nota explicativa 13, a empresa mantém saldo de ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada) no montante de R\$ 162.374 mil (controladora e consolidado). O laudo técnico apresentado para fundamentação da manutenção deste ativo foi elaborado, baseado em informações fornecidas pela empresa Inepar S.A., por projeções de longo prazo elaboradas pelo Grupo Rede e por fontes públicas e disponíveis para acesso, não se responsabilizando a empresa responsável pela elaboração do laudo, pela precisão e acurácia das informações recebidas. Adicionalmente, em verificação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da empresa originária deste ágio (CEMAT), constatamos negativa de opinião no relatório dos auditores independentes. Dessa forma, em função das informações apresentadas no laudo e das demonstrações financeiras da CEMAT, concluímos pela incerteza da realização deste ativo.

Conforme descrito na nota explicativa 16.1, a empresa vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Em decorrência do sucesso na negociação de parte deste passivo, sem que houvesse a aplicação de multa e mora, procedeu ao registro da redução no montante da R\$ 110.195 mil de sua dívida em 31 de dezembro de 2011 relativo ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Quando de nossos exames não foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES que respaldem a formalização da operação.

A controladora INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. recebeu de sua controladora nos exercícios de 2001, 2002 e 2008, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 556.974 mil (499.072 mil em 2010), sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 67.944 mil. Estão sendo pleiteados em via judicial o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a este ativo financeiro dependem de decisões judiciais que estão em curso.

A controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal nos montantes atualizados de R\$178.796 mil (R\$93.830 mil em 2010) nas demonstrações financeiras individuais e R\$192.906 mil (R\$105.692 mil em 2010) nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$66.610 mil. Estão sendo pleiteados em via judicial o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso.

Na controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes e pleitos fundamentados na manutenção

do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$50.332 mil (R\$51.932 mil em 2010) na controladora e consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso.

A controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. mantém investimentos com controle compartilhado na empresa TIISA - TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S.A., cujas demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram disponibilizadas para nossos exames até esta data. Dessa forma, nossa opinião não abrange os valores dos investimentos e resultado líquido de equivalência patrimonial nessa empresa nos valores de R\$ 50.794 mil e R\$ 8.965 mil, respectivamente.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
Em nossa opinião, exceto pela nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13(i), a Empresa, em 2003, integrou capital na controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados no valor de R\$ 33.042 mil e avaliação de acervo técnico em R\$ 20.610 mil.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13(i), a Empresa, no primeiro trimestre de 2008, subscreu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo em discussão judicial, e que diante de uma série de vícios no ato, impetrou ação de nulidade da sentença arbitral, obtendo decisão favorável na 1ª. Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Paraná.

O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2011 contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em coligada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) a Inepar Equipamentos e Montagens S.A., em 2003, integrou capital na coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., detendo e participação de 23,5%. A integralização de capital foi efetuada mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados (R\$ 13.564 mil) e avaliação de acervo técnico (R\$6.568 mil), representado por pessoal técnico transferido à coligada em 2004. Em 31.12.2011 a participação é de 25,40%.

O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. de 31 de dezembro de 2011, contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) no exercício de 2005, foi constituída a empresa Controlada IESA Óleo & Gás S.A., cujo objetivo é a preparação da divisão de óleo e gás para busca de nova parceria/sócio tecnológica. A integralização de capital nessa controlada, ocorreu mediante a transferência de acervo técnico e aproveitamento de crédito de conta corrente de saldo de mútuo.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 36, a Empresa está negociando com as instituições financeiras e debenturistas a reestruturação de sua dívida objetivando o alongamento do perfil do seu endividamento, a redução de taxas de juros e a obtenção de carência para amortização. Está contemplada nestas negociações, a liquidação de dívidas por meio da cessão de ativos e investimentos de empresas controladas. Dependendo do êxito dessas negociações e da geração de recursos adicionais das operações, a Empresa poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, revertendo o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional.

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2012

CARLOS A. FELISBERTO
Contador CRC(PR) nº 037293/0-9
MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/0-9

Adrian Monge Jara
Camille Curi
José Higino Buzzenko
Marcelo Alves Varejão
Pedro Adolpho Luiz Caldeira

PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos MARTINELLI AUDITORES INDEPENDENTES datado de 30 de março de 2012, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral

ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos, ênfases e ressalvas apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 30 de março de 2012

Adrian Monge Jara
Camille Curi
José Higino Buzzenko
Marcelo Alves Varejão
Pedro Adolpho Luiz Caldeira

OPTIGERA S.A.

CNPJ/MF nº 08.290.636/0001-27 - NIRE 35.300.330.838

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em Reais)

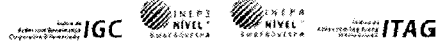
Ativo	Balanço Patrimonial		Ativo	Demonstração do Fluxo de Caixa	
	2011	2010		2011	2010
Circulante	54.163,62	145.035,64	Circulante	25.710,36	33.244,65
Caixa	1.044,30	1.044,30	Encargos trabalhistas	337,90	316,20
Bancos conta movimento	8.206,24	110.138,65	Obrigações tributárias	23.622,46	32.928,45
Aplicações financeiras	1.335,98	1.191,99	Fornecedores	750,00	-
Adiantamento a fornecedores	18.477,25	-	Contas a pagar	1.000,00	-
Tributos a recuperar/compensar	21.057,65	-	Não Circulante	4.203.090,18	886.090,18
Outros créditos	4.042,20	32.660,70	Adiant. para futuro aum. capital	4.203.090,18	886.090,18
Não Circulante	10.246.374,50	10.103.249,50	Patrimônio Líquido	6.073.737,58	9.328.950,31
Empréstimos e financiamentos	415.125,00	270.000,00	Capital social	8.894.500,00	8.894.500,00
Imobilizado	8.453.590,19	8.453.590,19	Reserva de lucros	-	434.450,31
Gastos a amortizar	1.379.659,31	1.379.659,31	Prejuízos acumulados	(2.820.762,42)	-
Total do Ativo	10.302.536,12	10.246.285,14	Total do Passivo	10.302.536,12	10.246.285,14
Demonstração do Resultado					
	2011	2010	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Receita operacional bruta	-	-	Capital social	Lucros/Prejuízos	Total
Imposto sobre receita operacional	-	-	Nacional	Acumulados	
Custos	-	-	Em 31/12/2010	8.894.500,00	434.450,31
Lucro bruto	-	-	Prejuízo do exercício	-	(3.255.212,73)
Outras receitas/(desp.) operacional	(3.255.212,73)	(863.270,87)	Em 31/12/2011	8.894.500,00	(2.820.762,42)
Despesas com pró-labore	(15.670,60)	(14.688,40)	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis		
Despesas administrativas	(644.288,27)	(562.424,00)	1 - Objeto: A instalação e exploração de potenciais energéticos, com ênfase na geração hidrelétrica; a produção e geração de energia elétrica; e a participação em outras sociedades. 2 - Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/77 e pela medida provisória nº 449/2008. 3 - Principais práticas contábeis: 3.1. Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência e considera: • Os rendimentos e encargos, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável; • Os efeitos de ajuste de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável; • A despesa de imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 0,9% e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. No exercício de 2011 foi apurado prejuízo sem valor nominal.		
Despesas tributárias	(41.782,71)	(40.663,64)	fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. 3.2. Aplicações financeiras: Referem-se à aplicação de renda fixa. As aplicações financeiras estão classificadas para negociação, demonstrados por seus valores de custo, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidos, ajustado ao valor de mercado ou realização. 3.3. Empréstimos e financiamentos: Incluem-se nesta categoria empréstimos concedido a empresa ligada Larossa & Santos Consultores Ltda, conforme contrato datado de 08/05/2008; e a empresa Excelência Energética Consultoria Empresarial Ltda, conforme contrato datado de 12/09/2011. 3.4. Imobilizado em andamento: É demonstrado pelo custo de aquisição. 3.5. Gastos a amortizar: É representado pelos gastos pré-operacionais contabilizados até 31/12/2008. 3.6. Capital social: Em 31/12/2011 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 8.894.500,00 representado por 8.894.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.		
Despesas financeiras	(4.186,47)	(3.511,13)			
Despesas inadotáveis	(255,39)	-			
Receitas financeiras	1.129,84	45.276,59			
Resultado operacional	(3.255.212,73)	(863.270,87)			
Perda de investimentos	-	-			
Custo venda imobilizado	-	-			
Receita venda imobilizado	-	-			
Resultado antes dos prov. tributárias	(3.255.212,73)	(863.270,87)			
Lucro líquido do exercício	(3.255.212,73)	(863.270,87)			
Lucro líquido por ação do capital social	(0,3660)	(0,0971)			
Diretoria:	Ricardo Ermirio Moraes	Diretor Presidente	Contador: Marcelo José Victor dos Anjos - CT CRC 15P 163.978/0-4		



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR) e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A EMPRESA

Somos uma empresa especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada principalmente aos setores de Energia Elétrica, Óleo & Gás, Mineração, Siderurgia e Transporte Metroferroviário.

Contamos com um dos maiores e mais bem equipados parques fabris da América Latina, localizado em Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, onde são fabricados nossos equipamentos pela controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e com uma equipe especializada em projetos na modalidade EPC através da IESA Óleo & Gás S.A.

O setor de energia elétrica continuará demandando grandes investimentos em infraestruturas, pois as taxas de consumo de energia elétrica apresentam índice de crescimento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. A expectativa é que entre 2010 e 2019 haja uma expansão hidrelétrica com acréscimo da potência instalada em 35 mil MW, o que faz a controlada IESA, em conjunto com a joint-venture AHI - Andritz Hydro INEPAR, vislumbrar a continuidade de grandes oportunidades de novos negócios, principalmente na área de hidrogeração.

No setor de Óleo & Gás, o cenário mercadológico mostra-se também muito promissor, devido ao plano de investimento anunciado pela Petrobras de US 236 bilhões para os anos de 2013 a 2017 em plataformas de exploração e de produção de petróleo, novas refinarias e novas plantas de processamento de gás, cuja expectativa entre 2010 e 2019 é a de que a produção anual da Petrobras passe de 2,2 milhões de barris/dia para 5,1 milhões de barris/dia e a capacidade de refino passe de 2 milhões de barris/dia para 3,3 milhões, o que demandará a contratação de muitos projetos na modalidade EPC e também a contratação para fabricação de equipamentos, sendo de até 70% o conteúdo produzido no Brasil, conforme orientação da ANP (Agência Nacional de Petróleo).

Em 2012 a joint venture TISA (Triunfo Iesa Infraestrutura S.A.), com participação equitativa entre as empresas IESA e TRIUNFO, consolidou-se como uma importante provedora de infraestrutura nas áreas de transporte ferroviário, para passageiros e cargas, e como fornecedora de projetos para área de saneamento, compreendidos entre sistemas de fornecimento de água e tratamento de esgoto e também em estruturas de drenagens fluviais e recuperação e desassoreamento de rios de grande porte.

A TISA em seu 4º ano de vida já consta como uma das mais importantes empresas em seu segmento de atuação, sendo reconhecida por seus clientes como uma empresa de excelente performance atuando sempre com qualidade e eficiência em todos os projetos em que participa. Damos ênfase também que neste exercício foi constituída uma sociedade para instalação da primeira fábrica licenciada para utilizar o sistema Inovatec System no Brasil, com a geração de pagamento de royalties. Esta operação de franchising está sendo realizada em associação com a THC - Triunfo Holding de Construções Ltda.

A Inepar Triunfo Sistemas Construtivos tem como objetivo a fabricação, industrialização e comercialização de casas populares através principalmente do Programa Minha Casa Minha Vida cujo déficit habitacional está estimado em 8 milhões de residências, principalmente na faixa 1 de renda.

A fabricação será através de painéis compostos estruturais especiais desenvolvidos a partir de fibra de vidro, resinas epóxicas, poliuretano e um exclusivo sistema de soldagem química a frio. A expectativa é que as máquinas que serão utilizadas na fabricação dos painéis cheguem a partir de julho/13 e a produção se inicie em janeiro de 2014.

CERTIFICAÇÕES

Para atender às exigências de mercado, a INEPAR e as suas empresas controladas e coligadas estão qualificadas com as seguintes certificações:

- Certificação na área nuclear
- Certificado ISO 9000
- Certificado Selo Asme
- Certificado Onip
- Certificado ISO 14.001 – Gestão ambiental
- Certificado OHSAS 18.001 – Gestão de segurança e saúde no trabalho
- Certificado ISO 29001

REESTRUTURAÇÃO

A Companhia vem evoluindo na conclusão de um pesado plano de reestruturação, que envolveu durante quase uma década, todas as áreas operacionais, desde a prospecção, comercialização, engenharia, industrialização, adequação fabril, pesquisa e desenvolvimento, associações, redução e regularização de passivo fiscal, financeiro e trabalhista, relacionamento com mercado de capitais, e principalmente recuperação do nosso posicionamento no mercado de infraestrutura em que atuamos.

No Comunicado ao Mercado de 16 de janeiro de 2012, destacamos as mais importantes conquistas de nosso Plano de Reestruturação, envolvendo a "Nova Estrutura de Negócios" e a "Estruturação Econômico - Financeira".

Com referência ao equacionamento das dívidas tributárias, a INEPAR e suas controladas e coligadas foram incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses.

Ainda, a Companhia, através da sua área de Planejamento Tributário, contratou profissionais especializados para a revisão de todos os seus débitos e de suas coligadas incluídos no parcelamento do Refis, existindo portanto neste trabalho de revisão perspectivas positivas quanto à redução destes débitos tributários já parcelados, uma vez que num primeiro levantamento foi solicitado pela Inepar S.A. Indústria e Construções o montante de R\$ 123.892.549,78.

Em complemento às nossas negociações em curso com o BNDES, destacamos que parte do endividamento já foi liquidado com a nossa participação na CELPA e o saldo remanescente estamos em processo de negociação para dação de pagamento de nossas ações no capital da CEMAT.

Efetivamos a transferência para a Companhia da participação detida pela Holding Inepar Administração e Participações S.A. na Companhia Brasileira de Diques (CBD) e TISA, mediante a dação em pagamento da aquisição da CBD com a devolução dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa (TDPs), conforme mencionado no Fato Relevante de 03.04.2012.

A Companhia vem ao longo dos últimos anos reestruturando suas operações visando criação de maior valor aos acionistas e focando recursos em seu "core business".

CVM - EXIGÊNCIAS FORMULADAS

Com relação às divergências de entendimentos havidas entre a Companhia e a CVM, decorrentes de processos administrativos, aos quais foram objetos de esclarecimentos ao Mercado através dos Comunicados de 16.01.2012 e 04.07.2012. Para tanto, a Companhia informa que já realizou parte das exigências e que está estudando medidas necessárias que permitam a solução definitiva dos temas objeto das determinações da CVM.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Passo importante no caminho da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia, foi a conclusão do processo de profissionalização da gestão da Companhia, passando os principais acionistas controladores a exercerem somente as funções de membros do Conselho de Administração, além da participação de 2 membros independentes no referido Conselho, representantes dos acionistas minoritários.

A Companhia reconhecendo a necessidade de uma relação mais efetiva e eficiente com o Mercado de Capitais criou em 2012 o Comitê de Relações com o Mercado de Capitais com autonomia para elaborar e implementar um plano de reestruturação abrangente que envolva todas as atividades de relacionamento da Companhia com o citado mercado.

DIVIDENDOS DECLARADOS

Os dividendos declarados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2011, no valor total de R\$ 10.492.620,07 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte e sete centavos), ainda estão pendentes de pagamento, tendo em vista determinações judiciais decorrentes de débitos tributários já incluídos no Refis, e que a Companhia está tomando todas as medidas judiciais cabíveis para liberação do pagamento, ressaltando, ainda, que as debêntures da 2ª emissão que inicialmente impediam o tal pagamento já foram liquidadas.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2012 a Companhia realizou "Investimentos de Capital" num total de R\$ 42 milhões em potencialização, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade fabril e a produtividade. Grande parte destes investimentos foi aplicada em projetos da IESA Óleo e Gás visando expandir e incrementar novos negócios relacionados à Petrobras.

Para 2013, está previsto um forte investimento da ordem de R\$ 80 milhões na construção da Unidade de Charqueadas - RS para atender ao contrato de fornecimento de módulos para plataformas do Pré-Sal.

A Companhia tem como objetivo a aplicação de aproximadamente 2% da receita bruta em investimentos para modernização da fábrica, processos industriais/administrativos e pesquisa.

DESEMPENHO COMERCIAL

A carteira de encomendas da Companhia atingiu o patamar de R\$ 4,5 bilhões superando o recorde de 2009. Através das ações do plano de reestruturação, a carteira de pedidos tem se mantido acima de R\$ 4,0 bilhões, em especial em função do desenvolvimento da IESA Óleo & Gás que hoje representa aproximadamente 60% do faturamento da Companhia. A manutenção da classificação nível A no cadastro da Petrobras (CRCC) aliado às cláusulas da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, a qual estabelece a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos de exploração e produção, coloca a IESA Óleo & Gás em posição de destaque no mercado, a fim de continuar participando do plano de investimentos da Petrobras de US\$ 236,7 Bilhões para os próximos 5 anos.

Durante o ano de 2012, a IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história da Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO2 para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobras, BG Group, Petrogal e Repsol Sinopec. Esses módulos são responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO2, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.

Para atender a este contrato de fornecimento de módulos e visando um mercado que deverá demandar 1.200 módulos para equipar 100 plataformas nos próximos 10 anos, a IESA Óleo & Gás está constituindo em Charqueadas/RS uma unidade industrial com capacidade de montagem simultânea de até 20 módulos para plataformas de petróleo.

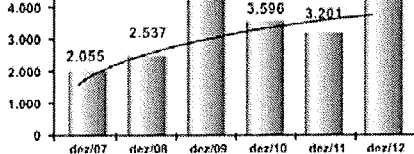
Esta unidade está sendo construída em uma área de 360 mil m2 e demandará investimentos de aproximadamente 80 milhões de reais. Está prevista a abertura de 1.200 novos empregos diretos e indiretos: serão treinados na região engenheiros, montadores, soldadores, eletricitas, encanadores etc. - para tanto, a empresa conta com a excelente estrutura das escolas técnicas existentes naquele município.

Outro destaque de 2012 foi a licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Baía de Campos (UO-BC) da Petrobras. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidade de Manutenção e Segurança (UMS).

Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobras, do qual a IESA sai na frente de seus concorrentes. Já na nossa controlada IESA Projetos atingimos um nível recorde de vendas no segmento de Óleo e Gás com vendas de R\$ 270 milhões principalmente em equipamentos para as plataformas do Pré-Sal.

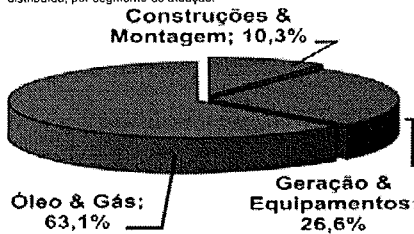
Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas e pedidos desde o ano de 2007, onde podemos verificar a evolução dos saldos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da INEPAR e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.

Carteira de Encomendas



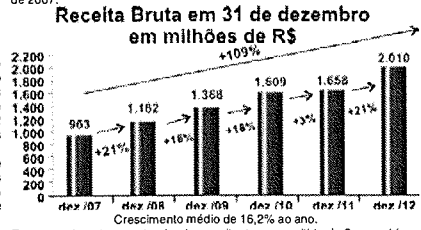
O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou as atividades da Companhia nos setores de atuação, demonstrando competência tecnológica para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado.

A carteira de encomendas ao final do exercício de 2012 estava assim distribuída, por segmento de atuação:



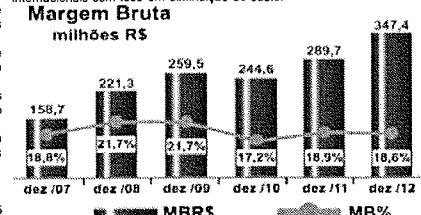
DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante recorde de R\$ 2.009,6 milhões contra R\$ 1.657,7 milhões no exercício de 2011, representando um crescimento de 21,2%. Apresentamos abaixo a evolução dos valores da receita bruta desde o ano de 2007:



Este crescimento acentuado da receita tem permitido à Companhia o crescimento da margem bruta nominal consolidada. Fechamos o período com RS 347,4 milhões de margem bruta ante RS 289,7 milhões em 2011.

Um dos fatores que tem contribuído para o crescimento da margem bruta nominal nos últimos anos, mesmo dentro de um ambiente de aumento da competitividade global, confirma demonstrado no quadro abaixo, são os constantes acréscimos da receita bruta operacional obtidos em função principalmente de: i) manutenção da carteira em níveis médios acima de RS 3,5 bilhões; ii) pelo fato de estarmos focados em segmentos de infraestrutura que tem demandado investimentos; iii) melhora da produtividade e da pontualidade no atendimento dos nossos contratos e iv) busca no desenvolvimento de parcerias com fornecedores nacionais e internacionais com foco em diminuição do custo:



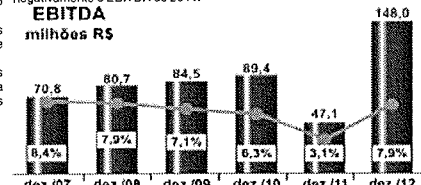
A geração de caixa operacional consolidado, medida pelo EBITDA, produziu RS 148,0 milhões com uma margem de 7,9% em relação ao faturamento líquido, conforme demonstrado no quadro abaixo voltando aos níveis históricos da Companhia.

DEMONSTRATIVO DOS AJUSTES AO CÁLCULO DO EBITDA

Lucro / Prejuízo do Exercício	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2012
Lucro / Prejuízo do Exercício	(8.993,0)	(16.148,0)
Provisão IR e CSLL	27.355,0	8.978,0
Resultado Financeiro Líquido	(59.179,0)	188.287,0
Participação de minoritários/funcionários	19.374,8	8.812,0
EBIT	(28.434,0)	111.909,0
Despesas de Depreciação	16.393,0	30.715,0
EBITDA	(12.041,0)	142.624,0
AJUSTES		
Provisões/Reversões p/ perdas (a)	17.835,0	6.839,0
Equivalência Patrimonial (b)	77.623,0	(1.868,0)
Resultado não operacional (c)	(36.168,0)	414,0
EBITDA AJUSTADA	(47.051,0)	148.019,0

(a) Provisões/Reversões p/ perdas no recebimento de créditos com clientes e provisões p/ contingências sobre processos judiciais.
(b) Resultado de equivalência patrimonial apurada no balanço de 2011 da Inepar Energia, cujas demonstrações não foram consolidadas no balanço da Companhia por terem sido incorporadas em 30 de novembro de 2011.
(c) Resultado decorrente de venda de imobilizações.

A melhora em relação a 2011 deve-se ao fato que no ano passado a Companhia, seguindo o critério conservador e as regras do IFRS, além da recente recomendação da CVM lançou para perdas no exercício recebíveis contabilizados referentes a pleitos em discussão judicial o que afetou negativamente o EBITDA de 2011.



Mesmo com o aumento significativo da receita em 21,2% em relação à 2011, as despesas com vendas, gerais e administrativas mantiveram-se no mesmo nível de 2011 de 11%, o que significa que os investimentos feitos na busca de oportunidades de crescimento, na busca por fornecedores e parceiros internacionais, na qualificação das equipes de propostas e principalmente nos investimentos em treinamento e desenvolvimento atingiram os resultados esperados.

O saldo líquido acumulado das despesas financeiras neste exercício ficou em R\$ 169,3 milhões. Esse valor reflete em grande parte um incremento no nível de avançamento e diminuição de receita financeira.

O principal fator que contribuiu para este aumento da despesa financeira líquida foi a aquisição pela Inepar das ações da Companhia Brasileira de Diques e pelo pagamento desta aquisição com os Títulos da Dívida Pública Externa, o que trouxe a consolidação da dívida existente na CBD para a INEPAR, dívidas estas contraídas principalmente quando da aquisição do mesmo e pelos investimentos que permitiram o arrendamento à Petrobras. No que se refere à diminuição da receita financeira, esta deveu-se ao pagamento pela aquisição do estaleiro com os TDP's que geravam receita financeira pela atualização dos mesmos.

O resultado líquido neste exercício acumulou prejuízo de R\$ 76,1 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 6 milhões no exercício de 2011, sendo que o principal fator para essa variação foi o resultado líquido financeiro explicado no parágrafo anterior.

Com o objetivo de promover uma significativa diminuição no nível de avançamento, a Companhia, vem adotando medidas que poderão no médio prazo contribuir significativamente para este objetivo. São elas:
1. Adesão ao Programa Progresso da Petrobras, cujo objetivo é financiar a cadeia de fornecedores, e com isso ter seus custos financeiros reduzidos significativamente.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



2. A 5ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 150 milhões, que permitirá o alongamento do perfil da dívida, bem como seu barateamento. A colocação está em andamento, tendo sido captado até o momento aproximadamente 60% do total.

3. A continuidade das negociações junto ao BNDES, visando o equacionamento total das dívidas através de alongamentos dos prazos de pagamentos, novas condições contratuais e com a permuta de ativos, principalmente CEMAT-Centralis Elétricas Matogrossenses onde detemos uma participação de 16,08%;

4. Securitização das receitas relativas ao arrendamento do Estaleiro pertencente à CBD à Petrobras que permitirá a liquidação do saldo devido pela aquisição do mesmo bem como do endividamento contratado para os investimentos necessários;

5. Venda da Briclog para a Wilson Sons pelo valor de R\$ 115 milhões, cujas condições precedentes para o fechamento do negócio estão em andamento; e

6. Na continuidade da busca de parceiros estratégicos através da venda de participação em nossas unidades operacionais.

RECURSOS HUMANOS
Na gestão de Recursos Humanos, a empresa tem adotado políticas de incentivo ao treinamento e ao desenvolvimento de carreira, principalmente junto ao seu pessoal de produção, facilitando o atendimento à forte demanda de produção, garantindo elevados padrões de qualidade e melhorando seus índices de produtividade. Ao final do exercício de 2012, a Companhia contava com 11.112 colaboradores diretos e indiretos, alocados na unidade fabril de Araraquara, nos escritórios, canteiros de obras e nas empresas coligadas e controladas, apresentando um aumento de 4.019 colaboradores em relação ao exercício anterior. O corpo funcional da Companhia é altamente qualificado e atende plenamente as mais exigentes normas e especificações de qualidade. Considerando os investimentos diretos com instrutores, hora/homem dos treinandos e mais os custos da estrutura da área de treinamento da Companhia, o investimento em 2012 foi superior a R\$ 2,0 milhões.

Diversos Prêmios foram conquistados pela IESA Óleo e Gás ao longo dos últimos anos, com destaque para o Prêmio de "Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil" e "Melhores empresas para se Trabalhar no Rio de Janeiro" em 2008, 2009 e 2011, prêmio este promovido pela Great Place to Work, além da 48ª colocação de melhor empresa para trabalhar na América Latina, dentre 3000 empresas participantes.

Destaque também para os Prêmios conquistados pela IESA Óleo e Gás em Qualidade e Segurança fornecidos pela Petrobras e vários prêmios concedidos pelo Sesi Qualidade no Trabalho, categorias educação e desenvolvimento.

A IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., foi eleita como a 8ª melhor empresa para se estagiar no Estado de São Paulo, de acordo com pesquisa feita pelo CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, sendo a única Indústria metalúrgica classificada entre os 10 primeiros.

Programas e Ações Sociais
Destacamos abaixo algumas ações sociais e programas internos desenvolvidos e implantados nas empresas controladas e coligadas:
PROBEIN – Programa de bolsa de estudos aos dependentes dos colaboradores;
• DTI – Desenvolvimento de talentos da empresa;
• Programa de estágios para filhos de funcionários ou terceiros;
• Pensar – Programa desenvolvido para atender filhos de funcionários que sejam portadores de necessidades especiais;
• Doações a entidades assistenciais;
• Convênios com escolas profissionalizantes;
• Doações a entidades que estimulam o desenvolvimento do esporte;
• Campanhas de doações de sangue, em convênio com diversos hospitais;
• Programa Sol – Criado para ser referência em segurança, organização e limpeza.

Apresentamos abaixo o balanço social de 2011 da nossa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2011
Empresa: IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

1 - Base de Cálculo			2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)			6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial					
									2011 Valor (Mil reais)					
									Metas 2012					
Receita líquida (RL)			330.831			388.756			74,99			75		
Resultado operacional (RO)			27.097			32.581			55			75		
Folha de pagamento bruta (FPB)			82.290			85.333								
2 - Indicadores Sociais Internos			Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção			
Alimentação			5.584	6,79%	1,69%	5.539	6,49%	1,42%	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências				
Encargos sociais compulsórios			27.148	32,99%	8,21%	26.721	31,31%	6,87%	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)				
Previdência privada			410	0,50%	0,12%	465	0,54%	0,12%	() direção e gerências	() direção e gerências				
Saúde			8.006	9,73%	2,42%	7.362	8,63%	1,89%	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)				
Segurança e saúde no trabalho			1.385	1,68%	0,42%	1.696	1,99%	0,44%	(x) todos(as) + Cipa	(x) todos(as) + Cipa				
Educação			767	0,93%	0,23%	717	0,84%	0,18%	() não se envolve	() não se envolverá				
Cultura			47	0,06%	0,01%	21	0,02%	0,01%	() segue as normas da OIT	() seguirá as normas da OIT				
Capacitação e desenvolvimento profissional			1.345	1,63%	0,41%	997	1,17%	0,26%	(x) incentiva e segue a OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT				
Cresches ou auxílio-creche			2	0,01%	0,01%	10	0,01%	0,00%	() direção	() direção				
Participação nos lucros ou resultados			2.555	3,10%	0,77%	1.338	1,57%	0,34%	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)				
Outros			5.824	7,08%	1,76%	5.551	6,51%	1,43%	() direção e gerências	() direção e gerências				
Total - Indicadores sociais internos			53.089	64,51%	16,05%	50.417	59,08%	12,97%	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)				
3 - Indicadores Sociais Externos			Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção			
Educação			403	1,49%	0,12%	418	1,28%	0,11%	() direção e gerências	() direção e gerências				
Cultura			2	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)				
Saúde e saneamento			3	0,01%	0,00%	3	0,01%	0,00%	() não são considerados	() não serão considerados				
Esporte			1	0,00%	0,00%	17	0,05%	0,00%	() são sugeridos	() serão sugeridos				
Combate à fome e segurança alimentar			71	0,26%	0,02%	55	0,17%	0,01%	(x) são exigidos	(x) serão exigidos				
Outros			7	0,03%	0,00%	7	0,02%	0,00%	() não se envolve	() não se envolverá				
Total das contribuições para a sociedade			487	1,80%	0,15%	494	1,52%	0,13%	() apoia	() apoiará				
Tributos (excluídos encargos sociais)			17.124	63,20%	5,18%	18.748	57,54%	4,82%	(x) organiza e incentiva	(x) organizará e incentivará				
Total - Indicadores sociais externos			17.611	64,99%	5,32%	19.242	59,06%	4,95%	Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0	na empresa 0			
4 - Indicadores Ambientais			Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	no Procon 0	no Procon 0				
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa			614	2,27%	0,19%	3.644	11,18%	0,94%	na Justiça 0	na Justiça 0				
Investimentos em programas e/ou projetos externos			0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	na empresa 0%			
Total dos investimentos em meio ambiente			614	2,27%	0,19%	3.644	11,18%	0,94%	no Procon 0%	no Procon 0%				
									na Justiça 0%	na Justiça 0%				
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa			() não possui metas			() não possui metas			Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 114.293	Em 2010: 124.118			
			() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%			Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	15,0% governo	17,6% governo			
			() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%				30,4% colaboradores(as)	26,3% colaboradores(as)			
			(x) cumpre de 76 a 100%			(x) cumpre de 76 a 100%				9,4% acionistas	12,7% acionistas			
										34,8% terceiros	29,3% terceiros			
										10,4% retido	14% retido			

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, e INEPAR informa que no exercício social encerrado em 31/12/2012 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	36.244	13.054	145.711	267.357	Fornecedores	7.827	5.383	190.586	174.342	
Cientes						Financiamentos e empréstimos	16	551.761	486.233	834.055	
Contas a receber de clientes faturados	6	11.704	9.586	255.692	208.101	Debêntures	17	43.497	42.323	115.131	
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	7.661	240.119	172.735	Salários e encargos sociais		3.016	1.354	117.703	
Títulos e valores mobiliários	7	63.529	50.764	93.575	74.674	Impostos e contribuições a recolher	18	60.020	40.395	167.192	
Estoques	8	7.585	7.752	300.589	295.367	Dividendos propostos		10.493	10.493	10.573	
Títulos a receber	9	16.688	15.424	51.143	161.402	Provisão de custos e encargos	19	-	9.034	51.573	
Investimentos/Bens destinados a venda	10	-	-	255.909	203.854	Adiantamentos de clientes	20	2.454	329.203	310.652	
Créditos de impostos	11	17.005	36.590	94.070	126.073	Títulos a pagar	21	24.200	99.959	29.444	
Olivíduos a receber		8.702	25.134	3.080	-	Outras contas a pagar		27.556	2.024	86.954	
Despesas antecipadas		193	194	3.501	4.740	Total do Passivo Circulante		728.370	699.652	1.932.414	
Outros créditos	12	3.409	8.226	142.834	96.985	Não Circulante				1.690.522	
Total do Ativo Circulante		165.059	174.385	1.586.405	1.611.288	Exigível a longo prazo					
Não Circulante						Financiamentos a empréstimos	16	227.545	245.338	380.045	
Realizável a longo prazo						Debêntures	17	68.074	2.169	339.110	
Cientes						Impostos e contribuições a recolher	18	366.777	360.606	592.122	
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	-	875	Partes relacionadas	23	438.618	11.933	71.196	
Contas a receber de clientes a faturar	6	155.405	107.587	202.517	157.919	Impostos diferidos	22,1	77.274	78.376	266.831	
Partes Relacionadas	23	126.965	108.613	96.995	85.824	Adiantamentos de clientes	20	2.093	-	4.777	
Títulos a receber	9	33.150	25.325	44.774	33.346	Títulos a pagar	21	141.595	66.451	60.753	
Títulos e valores mobiliários	7	173.051	377.034	604.896	1.038.531	Provisão de custos e encargos	19	6.942	-	14.193	
Créditos de impostos	11	68.449	54.189	130.634	91.625	Provisão para contingências	24	74.499	72.350	93.876	
Depósitos judiciais	12	13.425	13.059	24.396	25.688	Outras contas a pagar		1.235	1.805	27.920	
Outros créditos		-	-	31.622	104	Total do Passivo Não Circulante		1.3404.602	839.028	1.850.823	
Investimentos	13	1.373.555	1.125.398	287.616	275.153	Patrimônio Líquido					
Intangível	15	391.513	9.898	509.427	56.194	Participação dos minoritários				19.290	
Total do Ativo Não Circulante		2.497.067	1.979.460	2.745.276	2.148.771	Patrimônio líquido da controladora					
		2.662.126	2.153.845	4.331.681	3.760.059	Capital social	25	398.977	398.977	398.977	
						Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	
						Reserva de capital		4.621	4.621	4.621	
						Reserva de reavaliação		67.321	80.155	67.321	
						Prejuízos acumulados		(13.205)	52.510	(13.205)	
						Ajuste de avaliação patrimonial		74.513	81.975	74.513	
						Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		529.154	615.165	529.154	
								529.154	615.165	548.444	
								2.662.126	2.153.845	4.331.681	
										3.760.059	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	32.704	6.058	1.867.964	1.536.493
Custos dos produtos e serviços	(18.324)	(2.713)	(1.520.559)	(1.246.821)
Lucro bruto	14.380	3.345	347.405	289.672
Recargas [despesas] operacionais	(17.603)	(68.896)	(235.496)	(318.106)
Despesas com vendas	(1.550)	(1.419)	(24.116)	(30.173)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	3.391	(1.024)	(511)	(1.039)
Administrativas e gerais	(23.794)	(27.377)	(203.381)	(163.328)
Provisões de futuras perdas operacionais	(2.149)	(15.552)	(6.328)	(16.596)
Outras receitas e despesas operacionais	668	(31.228)	(3.028)	(29.347)
Resultado da equivalência patrimonial	5.831	7.704	1.858	(77.623)
Despesas financeiras	28	(173.172)	(136.607)	(390.561)
Receitas financeiras	28	100.558	190.947	211.294
Resultado antes do imposto de renda	(75.837)	(11.211)	(57.358)	40.736
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2	554	3.993	(12.985)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2	(865)	1.225	4.007
Participações administradores/funccionários	-	-	(7.369)	(14.795)
Participações acionistas minoritários	-	-	(2.443)	(4.579)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	39.892.065	37.164.791	-	-
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	63.136.159	58.495.139	-	-
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - RS	(623,44)	(59,04)	-	-
Lucro básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - RS	(685,79)	(64,35)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido do Exercício	-	(5.993)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	-	(4.894)	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	(1.257)	-	-
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	30	-	-
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	4	-	-
Participação dos Minoritários	-	4.579	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	-	(7.531)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	(76.148)	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	(3.108)	-	-
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	1.549	-	-
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	211	-	-
Participação dos Minoritários	-	2.443	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	-	(75.054)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS	38.706	17.033	1.994.090	1.678.034
Venda de mercadorias, produtos e serviços	36.037	6.450	1.989.373	1.632.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.391	(1.024)	1.174	(1.031)
Outras Receitas / Despesas	(722)	11.607	3.543	46.166
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(29.862)	(74.854)	(1.250.037)	(1.162.463)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.593)	(2.714)	(684.742)	(680.550)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.069)	(72.140)	(565.295)	(481.913)
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.044	(57.821)	744.053	515.571
Depreciação e Amortização	(7.145)	(4.844)	(27.897)	(20.293)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.899	(62.665)	716.156	495.278
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	106.389	198.651	213.164	283.988
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.831	7.704	1.868	(77.623)
Receitas Financeiras	100.558	190.947	211.296	361.611
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	108.288	135.986	929.320	779.266
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-	-	-	-
PERSONAL	-	-	-	-
Salários e encargos	5.533	4.586	395.420	318.385
Benefícios	3.646	3.709	296.958	252.907
FGTS	1.493	705	74.846	47.193
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	394	172	23.616	18.285
Federais	5.670	679	167.197	150.110
Estaduais	5.670	670	138.636	113.924
Municipais	-	9	18.719	19.866
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	-	-	-	-
Juros	173.233	136.714	9.842	16.320
Aluguéis	173.173	136.607	312.185	312.185
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	60	107	53.019	19.744
Prejuízos do exercício	(76.148)	(5.993)	(73.705)	(1.414)
Participação de acionistas minoritários	(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	108.288	135.986	929.320	779.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(76.148)	(5.993)	(76.148)	(5.993)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	7.145	4.576	27.897	20.025
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	3	-	6.230	27.191
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	(612)	(800)	-	-
Amortização de ágão	-	35	-	35
Equivalência patrimonial	(5.831)	(7.704)	(1.868)	-
Equivalência patrimonial não operacional	-	-	-	4.895
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.443)	(63.431)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.286
Variações monetárias e cambiais	70.612	(74.045)	91.088	(123.230)
Impostos diferidos	865	(1.225)	(4.007)	-
Provisões (Reversões)	(6.885)	15.444	2.108	11.762
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício ajustado	(10.851)	(69.712)	42.857	(127.460)
(Aumento) redução no ativo:	-	-	-	-
Clientes	(42.275)	19.256	(158.698)	19.686
Estoques	167	777	(5.222)	55.269
Títulos a receber	(9.089)	(19.512)	98.831	(10.298)
Dividendos a receber	(3.080)	-	(3.080)	-
Créditos de impostos	4.535	117.830	(7.006)	181.141
Despesas anticipadas	1	3.190	1.239	2.132
Outros créditos	4.451	(3.746)	(76.636)	(33.776)
	(45.290)	117.795	(150.572)	214.154
Aumento (redução) no passivo:	-	-	-	-
Fornecedores	2.444	897	16.244	64.302
Obrigações sociais	1.662	832	40.189	16.503
Impostos e contribuições a recolher	25.746	(37.045)	93.510	(103.453)
Provisão para impostos diferidos	(1.177)	(1.034)	110.409	12.682
Incorporação de empresa controlada	-	38.016	-	-
Dividendos a pagar	-	-	(2.652)	-
Adiantamentos de clientes	(361)	(10.716)	20.865	47.296
Títulos a pagar	(814)	116.884	4.675	41.610
Outras contas a pagar	31.904	2.460	57.332	10.836
	59.604	110.894	340.572	88.976

CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES OPERACIONAIS

3.463	158.177	232.857	175.670
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos de coligadas	-	21.335	-
Aquisições de novos investimentos	(229.761)	(276.750)	(24.811)
Baixas de investimentos	1	(29.395)	14.217
Bens Destinados a Venda	-	-	(52.055)
Ganho sobre participações	-	-	1.547
Títulos e Valores Mobiliários	512.137	2.105	505.105
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(448)	(233)	(524.175)
Incorporação de empresa controlada	-	(248.162)	-
Ágio na aquisição de investimentos	(391.513)	-	(391.513)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(10.333)	(24.815)	(11.171)
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(119.171)	(555.915)	(482.856)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	2.384
Captação de financiamentos e empréstimos	21.354	227.574	798.260
Incorporação de empresa controlada	-	287.168	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(48.466)	(46.343)	(627.065)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(13.308)	(8.860)	(65.028)
Operações de mútuos com empresas ligadas	132.203	(69.046)	30.489
Debêntures	56.164	-	-
Aumento de capital	-	9.924	-
Pagamento de dissidentes	(8.303)	-	(8.303)
Gastos com subscrição de ações	-	-	(1.463)
Antecipamento para futuro aumento de capital	-	(452)	-
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	139.644	399.965	128.353
Saldo inicial do caixa e equivalentes	23.190	2.227	(121.646)
Saldo final do caixa e equivalentes	13.054	10.827	267.357
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	36.244	13.054	145.711
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	23.190	2.227	(121.646)

CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES OPERACIONAIS

3.463	158.177	232.857	175.670
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos de coligadas	-	21.335	-
Aquisições de novos investimentos	(229.761)	(276.750)	(24.811)
Baixas de investimentos	1	(29.395)	14.217
Bens Destinados a Venda	-	-	(52.055)
Ganho sobre participações	-	-	1.547
Títulos e Valores Mobiliários	512.137	2.105	505.105
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(448)	(233)	(524.175)
Incorporação de empresa controlada	-	(248.162)	-
Ágio na aquisição de investimentos	(391.513)	-	(391.513)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(10.333)	(24.815)	(11.171)
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(119.171)	(555.915)	(482.856)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	2.384
Captação de financiamentos e empréstimos	21.354	227.574	798.260
Incorporação de empresa controlada	-	287.168	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(48.466)	(46.343)	(627.065)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(13.308)	(8.860)	(65.028)
Operações de mútuos com empresas ligadas	132.203	(69.046)	30.489
Debêntures	56.164	-	-
Aumento de capital	-	9.924	-
Pagamento de dissidentes	(8.303)	-	(8.303)
Gastos com subscrição de ações	-	-	(1.463)
Antecipamento para futuro aumento de capital	-	(452)	-
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	139.644	399.965	128.353
Saldo inicial do caixa e equivalentes	23.190	2.227	(121.646)
Saldo final do caixa e equivalentes	13.054	10.827	267.357
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	36.244	13.054	145.711
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	23.190	2.227	(121.646)

CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES OPERACIONAIS

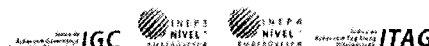
3.463	158.177	232.857	175.670
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos de coligadas	-	21.335	-
Aquisições de novos investimentos	(229.761)	(276.750)	(24.811)
Baixas de investimentos	1	(29.395)	14.217
Bens Destinados a Venda	-	-	(52.055)
Ganho sobre participações	-	-	1.547
Títulos e Valores Mobiliários	512.137	2.105	505.105
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(448)	(233)	(524.175)
Incorporação de empresa controlada	-	(248.162)	-
Ágio na aquisição de investimentos	(391.513)	-	(391.513)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(10.333)	(24.815)	(11.171)
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(119.171)	(555.915)	(482.856)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	2.384
Captação de financiamentos e empréstimos	21.354	227.574	798.260
Incorporação de empresa controlada	-	287.168	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(48.466)	(46.343)	(627.065)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(13.308)	(8.860)	(65.028)
Operações de mútuos com empresas ligadas	132.203	(69.046)	30.489
Debêntures	56.164	-	-
Aumento de capital	-	9.924	-
Pagamento de dissidentes	(8.303)	-	(8.303)
Gastos com subscrição de ações	-	-	(1,463)
Antecipamento para futuro aumento de capital	-	(452)	-
CAIXA GERADO PELA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	139.644	399.965	128.353
Saldo inicial do caixa e			



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3. Está sediada na cidade de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 465 - Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade principal a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metrôviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Com o objetivo de promover uma significativa diminuição no nível de alavancagem, a Companhia vem adotando medidas que poderão no médio prazo contribuir significativamente para este objetivo. São elas:

1. Através das empresas controladas estamos aderindo ao Programa Progresso da Petrobrás, cujo objetivo é financiar a cadeia de fornecedores, e com isso ter seus custos financeiros reduzidos significativamente.
2. A 5ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 150 milhões, que permitirá o alongamento do perfil da dívida, bem como seu barateamento. A colocação está em andamento, tendo sido captado até o momento aproximadamente 60% do total.
3. A continuidade das negociações junto ao BNDES, visando o equacionamento total das dívidas através de alongamento dos prazos de pagamentos, novas condições contratuais e permuta de ativos, principalmente o investimento na CEMAT-Centrais Elétricas Matogrossenses onde detemos uma participação de 16,08%;
4. Securitização de 13 anos das receitas de aluguel relativas ao arrendamento do Estaleiro pertencente à investida CBO para a Petrobrás que permitirá a liquidação do saldo devido pela aquisição do referido bem e do envolvimento contrato para os investimentos necessários;
5. Venda da Brício para a Wilson Sons pelo valor de R\$ 115 milhões, cujas condições precedentes para o fechamento do negócio estão em andamento; e
6. Busca de parceiros estratégicos através da venda de participação em nossas unidades operacionais.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- a) **Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.
- b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas**
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresa	Participação - %	
	31/12/2012	31/12/2011
Andritz Hydرو Inepar do Brasil S.A. (*)	50,00	50,00
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	74,60	74,60
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A. (*)	50,00	50,00

- (*) Companhia onde o controle é compartilhado, sendo a consolidação proporcional à participação no capital. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:
- a) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
 - b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
 - c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com a empresa incluída na consolidação.
 - d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado; e
 - e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Informações adicionais sobre Empresas controladas em conjunto

- 1) Andritz Hydرو Inepar do Brasil S.A.
O controle acionário é compartilhado com outros acionistas. Portanto, os componentes do balanço patrimonial e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Inepar.
De acordo com o estabelecido no acordo de acionistas, não há preponderância nas deliberações sociais por nenhum dos acionistas da Andritz Hydرو Inepar do Brasil S.A., tendo em vista que decisões envolvendo aspectos estratégicos para a Companhia apenas podem ser tomadas com a aprovação do Conselho de Administração mediante votos favoráveis de conselheiros que representem, pelo menos, 70% da participação societária no capital da controlada. Estas decisões estão relacionadas, principalmente, a alterações estatutárias, alterações na política de dividendos, associações e fusões, emissão de novas ações, transações não relacionadas à atividade operacional, emissão de títulos com prazo superior a 2 anos, dentre outras.
- 2) Companhia Brasileira de Diques S.A.
Constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social a exploração comercial de diques (secos ou flutuantes) e equipamentos, acessórios e seus periféricos, para o exercício de atividades de construção, reparação, reconstrução, conversão, e manutenção de navios, embarcações, plataformas e demais equipamentos flutuantes em geral.
Arrendamento de área
Em 21 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrobrás, arrendando área equivalente a 321.612 m² e respectivas benfeitorias de seu imóvel. Os recursos provenientes do arrendamento da área passaram a ingressar na Companhia no segundo semestre de 2011, após terem sido cumpridos o período de carência e as condições precedentes definidos no referido contrato.
Conforme requerido pelo artigo 33 da Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, estão apresentadas na nota explicativa nº 13.2 o balanço patrimonial e a demonstração de resultados da controlada em conjunto, para permitir melhor análise da situação econômica financeira dessa Companhia.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (RS) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda; e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Recebíveis
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da

Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

c) Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e às suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em suas avaliações destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao custo do investimento na data da demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").

d) Outros Ativos Financeiros
Neste valor estão incluídos os Títulos da Dívida Pública Federal Externa, recebidos da controladora para utilização na liquidação de impostos e tributos federais.

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no reconhecimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangíveis
Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver sofrido "impairment" de perda de valor econômico do ativo.

3.12 "Impairment" de Ativos Não Financeiros
Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que não tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre

receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos se a probabilidade de recuperação de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros
Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

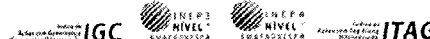
3.18 Apuração do Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimento, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) número 17 do IBRACON.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas
A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das deduções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando:



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
(iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho foi executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. - CPC 17.

3.20 Dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis
A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras": A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IFRS 7 e IAS 32 - "Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas": As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem suas informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares. As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras das Companhias são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados.

(ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida. A Companhia avaliou que sua adoção não terá impacto às suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em decasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção terá impacto às suas demonstrações financeiras, já que deve ser analisada em conjunto com a IFRS 11.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) - "Negócios em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção terá impacto às suas demonstrações financeiras, pois a partir de 1º de janeiro de 2013 não haverá a possibilidade de reconhecer controle compartilhado por meio de consolidação proporcional, cabendo o reconhecimento através da aplicação do método de equivalência patrimonial. De acordo com a avaliação da Administração referente aos CPC 36 (R3) (IFRS10) e CPC 19 (R2) (IFRS11) a Companhia possui influência significativa sobre as investidas Andritz Hydro Inepar do Brasil e Companhia Brasileira de Diques. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2013, a

Companhia passará a reconhecer esses investimentos pelo método de equivalência patrimonial e deixará de apresentar a participação nessas empresas nas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aproximar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e USGAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido por outras normas IFRS ou USGAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por serem de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) **Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários (FIDC), são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício.

d) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos. Existem contratos com instrumentos derivativos na sociedade controlada indiretamente IESA Óleo & Gás, denominados "Contratos de Swap de Fluxo de Caixa", e operações com derivativos na sociedade controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar para proteção de riscos relativos a moedas estrangeiras. Todos os ganhos ou perdas decorrentes destes instrumentos financeiros derivativos estão registrados no resultado financeiro como componente das receitas e despesas financeiras.

e) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.

f) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

g) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de crédito
A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são fixados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxa de juros
O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, rastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio
A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez
A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros
Exposição Cambial
A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Consolidado IIC

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	Consolidado IIC			
	31/12/2012 RS Mil	Cenário I RS Mil	Cenário II RS Mil	Cenário III RS Mil
Passivos				
Dívida Bancária	96.667	92.660	120.833	145.000
Exposição Líquida - RS Mil	96.667	92.660	120.833	145.000
Exposição Líquida - US\$ Mil	47.304	47.304	47.304	47.304
Taxa Dólar	2,04	1,96	2,55	3,07

Variação Cambial
A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 47,3 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro "Análise de Sensibilidade de Exposição Cambial".

Exposição a Juros
A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº 475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora					Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total	
Caixa e equivalentes (a)	11.477	1.577	-	-	13.054	Fornecedores (g)	5.383	5.383
Contas a receber (b)	-	17.247	-	-	17.247	Empréstimos e Financ. (h)	486.233	486.233
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.054	-	43.054	Debêntures (i)	42.323	42.323
Títulos valores mobiliários (d)	-	7.710	-	-	7.710	Títulos a pagar (j)	99.959	99.959
Títulos a receber (e)	-	15.424	-	-	15.424	Outras contas a pagar (k)	2.024	2.024
Outros créditos (f)	-	-	-	8.226	8.226	Total Circulante	635.922	635.922
Total Circulante	11.477	41.958	43.054	8.226	104.715			
Não Circulante								
Contas a receber (b)	-	107.587	-	-	107.587	Empréstimos e Financ. (h)	245.338	245.338
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.054	-	43.054	Debêntures (i)	2.169	2.169
Títulos valores mobiliários (d)	-	333.980	-	-	333.980	Títulos a pagar (j)	66.451	66.451
Títulos a receber (e)	-	25.325	-	-	25.325	Outras contas a pagar (k)	1.805	1.805
Total Não Circulante	-	466.892	43.054	-	509.946	Total Não Circulante	315.763	315.763
TOTAL GERAL	11.477	508.850	86.108	8.226	614.661	Total Geral	951.685	951.685

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora					Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total	
Caixa e equivalentes (a)	17.966	18.278	-	-	36.244	Fornecedores (g)	7.827	7.827
Contas a receber (b)	-	11.704	-	-	11.704	Empréstimos e Financ. (h)	551.761	551.761
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	56.058	-	56.058	Debêntures (i)	43.497	43.497
Títulos valores mobiliários (d)	-	7.471	-	-	7.471	Títulos a pagar (j)	24.200	24.200
Títulos a receber (e)	-	16.688	-	-	16.688	Outras contas a pagar (k)	27.556	27.556
Outros créditos (f)	-	-	-	3.409	3.409	Total Circulante	654.841	654.841
Total Circulante	17.966	54.141	56.058	3.409	131.574			
Não Circulante								
Contas a receber (b)	-	155.405	-	-	155.405	Empréstimos e Financ. (h)	227.545	227.545
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	28.029	-	28.029	Debêntures (i)	68.074	68.074
Títulos valores mobiliários (d)	-	145.022	-	-	145.022	Títulos a pagar (j)	141.595	141.595
Títulos a receber (e)	-	33.150	-	-	33.150	Outras contas a pagar	8.177	8.177
Total Não Circulante	-	333.577	28.029	-	361.606	Total Não Circulante	445.391	445.391
TOTAL GERAL	17.966	387.718	84.087	3.409	493.180	Total Geral	1.100.232	1.100.232



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial	Consolidado					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total		Circulante	Outros passivos financeiros
Circulante								
Caixa e equivalentes (a)	231.872	35.485	-	-	267.357	174.342	174.342	
Contas a receber (b)	-	380.836	-	-	380.836	758.546	758.546	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	66.164	-	66.164	92.937	92.937	
Títulos valores mobiliários (d)	-	8.510	-	-	8.510	26.412	26.412	
Títulos a receber (e)	-	161.402	-	-	161.402	51.543	51.543	
Outros créditos (f)	-	-	-	96.985	96.985	-	-	
Total Circulante	231.872	586.233	66.164	96.985	981.254	1.102.880	1.102.880	
Não Circulante								
Contas a receber (b)	-	158.794	-	-	158.794	360.728	360.728	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	66.164	-	66.164	166.114	166.114	
Títulos valores mobiliários (d)	-	124.019	-	848.348	972.367	59.112	59.112	
Títulos a receber (e)	-	33.346	-	-	33.346	24.569	24.569	
Títulos créditos (f)	-	316.159	66.164	848.348	1.230.671	610.523	610.523	
Total Não Circulante	-	404.118	132.328	848.348	1.230.671	1.173.403	1.173.403	
TOTAL GERAL	231.872	990.351	198.492	1.815.233	2.211.925	2.276.283	2.276.283	

(a) Caixa e equivalentes de caixa
As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber
As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço. As contas a receber classificadas no ativo não circulante referem-se, em sua maior parte, a cobranças junto a clientes fundamentadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (vide nota explicativa nº 6).

(c) Títulos e Valores Mobiliários-FIDC
Referem-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, descritos na nota explicativa nº 7, que a Companhia mantém classificado como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perda referentes ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

(d) Títulos e Valores Mobiliários
Os valores lançados como Outros Ativos Financeiros referem-se, principalmente, aos títulos vencidos da Dívida Externa Brasileira que estão registrados pelo valor de face atualizado com base em Laudo de Especialistas, sendo que o valor de mercado não há de determinar, podendo ser igual ao valor contábil, se houver decisão favorável à controladora para utilização na compensação de impostos e contribuições federais (vide nota explicativa nº 7a), e os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da (GFS Premium Administração e Participações S.A. Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira de Diques) e da Ibralem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 7 itens "c" e "d".

(e) Títulos a receber
Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos
O saldo no consolidado de R\$ 142.834, lançado em outros ativos financeiros no ativo circulante refere-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e a pagamentos efetuados pela Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. por conta a ordem da Sadefem aos fornecedores dos projetos em que a Andritz linha a Sadefem como consorciada ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e valores retidos da Ilesa Projetos pela Andritz Hydro Inepar S.A., por conta de débitos devidos pela Companhia Sadefem Equipamentos e Montagens S.A..

(g) Fornecedores
São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) Debêntures
O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(j) Títulos a pagar
São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP-M.

(k) Outras contas a pagar
Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	-	7	-	10
Bancos Conta Movimento	18.278	1.570	52.690	35.475
Aplicação Financeira	17.966	11.477	93.013	231.872
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	36.244	13.054	145.711	267.357

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

NOTA 6 - CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes Interno	167.109	124.834	706.393	547.558
Clientes Externo	-	-	3.117	2.824
Empresas Ligadas	-	-	2.425	-
PCLD (Provisão para Perdas)	(7)	(7)	(13.607)	(10.752)
Total	167.109	124.834	698.328	539.630
Circulante	11.704	17.247	495.611	380.836
Não circulante	155.405	107.587	202.717	158.794

A parcela não circulante das contas a receber de clientes é composta, em sua maior parte, por cobranças junto a clientes fundamentadas na manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos respectivos contratos. Devido à magnitude dos contratos, são em geral longos os prazos ajustados para a conclusão de projetos vinculados ao segmento de produtos de bens de capital e equipamentos de infraestrutura, no qual se desenvolve a maioria das operações da Companhia. Essa circunstância propicia desvios no decorrer da execução dos projetos, que obriga a Companhia a cobrar, junto a clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nesse sentido, a Companhia reconheceu como contas a receber, classificadas no não circulante, os montantes de R\$ 155.405 (R\$ 107.587 em 31/12/2011) na controladora e de R\$ 202.517 (R\$ 158.794 em 31/12/2011) no consolidado. A Companhia efetuou uma análise detalhada dos valores e baseado no andamento das negociações, possui uma expectativa favorável de recebimento desses valores no longo prazo.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Direitos sobre Títulos da Dívida Pública (a)	70.314	238.277	454.893	853.595
FIDC (b)	84.087	86.109	129.224	132.329
GFS Premium - Debêntures (c)	15.366	21.718	35.846	39.787
Debêntures Ibralem (d)	58.271	73.918	71.011	73.918
Outras Aplicações e Títulos	7.542	7.776	7.679	13.576
Total	235.580	427.798	698.653	1.113.205
Circulante	83.529	50.764	93.757	74.674
Não circulante	173.051	377.034	604.896	1.038.531

a) Referem-se a títulos da dívida pública federal externa e, no consolidado, está composto pelo valor de R\$ 240.128 pertencentes à controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A., cujos valores foram utilizados pela Inepar S.A. Indústria e Construções em operação de aumento de capital na Inepar Equipamentos e estes valores são utilizados pela controladora para a compensação de passivos tributários federais (notas explicativas 18 e 23); R\$ 70.314 pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, valor recebido da Inepar Administração e Participações S.A. e R\$ 144.451 pertencentes à controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., valor recebido da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções. Tais direitos estão registrados pelo valor de face atualizado dos correspondentes títulos, apurado com base em laudo de especialistas.

Estes títulos se encontram admitidos à negociação na Bloomberg, na Euroclear e na Bolsa de Valores de Londres. O Tesouro Nacional reconhece que estes títulos são pagáveis através do Ofício número 4929, datado de 04/11/2003 e ainda espelha no seu site na internet que a responsabilidade de liquidação cabe ao Banco HSBC.

A redução do saldo acumulado dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa de R\$ 853.595 em 31/12/2011 para R\$ 454.893 em 31/12/2012 ocorreu em função da utilização destes valores para liquidação da aquisição de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações de Outras Avenças assinado em 31 de março de 2012.

O total de direitos sobre os títulos da dívida pública federal externa na controladora é composto por dois itens: Direitos sobre os títulos de propriedade da Companhia no montante de R\$ 70.314.

Direitos sobre os títulos que foram recebidos da controladora Inepar Administração e Participações S.A, registrados contabilmente no Ativo (Títulos e Valores Mobiliários) e no Passivo (Mútuo sobre Direitos s/ Títulos da Dívida Pública) no montante de R\$ 1.394.081. Na apresentação do balanço, em função da possibilidade estipulada contratualmente de devolução dos títulos à controladora caso a compensação não seja efetivada, esses valores são eliminados.

b) O Fundo foi constituído em 30 de Abril de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços" e seu regulamento está registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo-SP, sob nº 1548524. A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 04 de agosto de 2008, sob o nº CVM/SER/FPD/2008/041 para as Quotas Seniores e sob o nº CVM/SER/FPD/2008/042 para as Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM nº 356/01, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução da CVM nº 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM nº 400/03, de 29 de dezembro de 2003.

Este fundo busca proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de créditos vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas ligadas.

Os títulos foram transferidos e passam a pertencer ao respectivo FUNDO, ficando o mesmo investido no direito de cobrar os respectivos valores, através dos Agentes de Cobrança.

O total de quotas é de 150, composta de 08 quotas Seniores e 152 quotas Subordinadas, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma.

A participação da Inepar Indústria no Fundo é de 59,84985147 quotas subordinadas.

O prazo de amortização das quotas é de 06 anos (com parcelas semestrais a partir de 28/12/09).

O montante amortizado das quotas pertencentes à Inepar S.A. Indústria até o período de 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.276.

Dados do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios são:

Fundo: Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços.

Administrador/Distribuidor: Consórcio S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

Custodiante: Deutsche Bank S.A.

Agentes de Cobrança: A Cedente Líder IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e MOC Assessoria Empresarial S.A.

Agência de Rating: Austin Rating

Banco Estruturador: BancoSchahin S.A.

Empresa de Auditoria: KPMG Auditores e Consultores S.A.

Total dos Direitos Creditórios em 31/12/2012: R\$ 137.319.360,12

c) Referem-se a 28.799 debêntures não conversíveis em ações, de emissão da (GFS Premium Administração e Participações S.A. Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira de Diques), emitidos em 30 de setembro de 2006, com vencimento final em 10 de fevereiro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 10 de julho de 2013 e a última em 10 de fevereiro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

d) Referem-se, principalmente, a 46.060 debêntures não conversíveis em ações, pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, de emissão da Ibralem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010. Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de debenturistas da 2ª emissão Particular de debêntures não conversíveis, emitida em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos em elaboração	-	-	98.949	68.641
Insumos e materiais	-	-	78.604	84.793
Adiantamentos a fornecedores	7.585	7.752	108.078	120.361
Importações em andamento	-	-	14.958	21.572
Total	7.585	7.752	300.589	295.367

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Equipamentos e Montagens S.A., conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Venda de Ativos e Investimentos (a)	62.767	26.034
Operações de participações (b)	22.648	15.102
Inepar Administração e Participações S.A. (c)	2.728	135.114
Outros valores (d)	7.774	18.498
Total	95.917	194.748
Circulante	51.143	161.402
Não circulante	44.774	33.346



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-05

Companhia Aberta



a) Valores a receber decorrentes, principalmente, da venda de participações em investimentos em segmentos de negócios fora da área estratégica da Companhia.
 b) Corresponde à parcela do valor da venda da participação na controlada Itaguai Energia S.A. para Emílio Mendes, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, e Outras Avenças, firmado em 24 de maio de 2011, acrescido de atualização monetária pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., instrumento este substituindo o anterior, decorrente do não cumprimento dos termos previstos em contrato pela Riviera Brasil Negócios e Participações Empresariais Ltda no que se refere à falta de liquidação do valor envolvido, a administração da Inepar, nos termos do contrato de compra e venda, tomou as medidas necessárias para reverter a venda. Sendo certo que tal instrumento veio a extinguir-se em razão da aplicação da condição resolúvel nele estabelecida.
 c) O saldo de RS 135.114, em 31.12.2011 refere-se, principalmente aos valores a receber decorrente da venda de 15% da participação que a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. detinha na Companhia Brasileira de Diques (CBD). No primeiro trimestre de 2012, conforme consta na nota explicativa n.º 36, a holding Inepar Administração e Participações S.A. transferiu para a Inepar S.A. Indústria e Construções a totalidade de sua participação na CBD, representado por 50%, mediante liquidação com títulos da dívida pública federal externa (TDP's).
 d) Outros valores referem-se, principalmente, a operações de aplicações em instituições não financeiras realizadas pela controlada IESA Óleo & Gás.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS/BENS DESTINADOS À VENDA

Classificados nos balanços das empresas controladas, discriminados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Penta Participações e Investimentos Ltda. (a)	203.854	203.854
Outros (b)	52.055	-
	<u>255.909</u>	<u>203.854</u>

a) Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de abril de 2004, o Conselho da controlada Inepar Energia S.A. (Companhia incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções) deliberou, por unanimidade de votos, destinar à venda os investimentos representativos da participação total da Companhia na Companhia Centrais Elétricas Matogrossense S.A. – CEMAT no montante de RS 122.779 (30/06/2004), autorizando a diretoria a tomar todas as providências necessárias para efetivar a operação de alienação deste ativo, recomendando a imediata reclassificação deste investimento do Ativo Permanente para o Ativo Circulante.
 Por conta desta deliberação, a Inepar Energia S.A. contratou a empresa especializada Moore Stephens SGR Consultores Associados Ltda para elaborar laudo de avaliação de seu investimento no capital da CEMAT, com o objetivo de se apurar o valor real do investimento para aporte de capital na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. Referido laudo foi colocado à disposição dos diretores no dia 25 de junho de 2004, expressando o valor avaliado no montante de RS 230.591. No dia 29 de junho de 2004, em reunião da diretoria, foram aprovados o Laudo de Avaliação e o consequente registro contábil do valor atribuído a este.
 Em 30 de junho de 2004, a Inepar Energia S.A. realizou o aumento de capital na sociedade controlada Penta Participações e Investimentos Ltda, mediante o aporte do valor atribuído ao Laudo de Avaliação relativo ao investimento CEMAT.
 Por ocasião das exigências previstas a partir da Lei 11.638/2007, a qual prevê o processo de adequação no Brasil das demonstrações financeiras às normas internacionais de contabilidade, os valores relativos ao investimento CEMAT, registrado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda no valor de RS 203.854 (RS 203.854 em 31/12/11) na conta de bens destinados à venda, passou a ser avaliada com base no valor justo ou custo contábil dos dois o menor, previsto no CPC 31.
 b) Refere-se ao contrato firmado entre a Wilson Sons Limited, por meio de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda, e a Companhia Brasileira de Diques S.A. (CBD), para a venda da totalidade das quotas representativas de sua participação no capital da Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. (Briclog), subsidiária integral da CBD. A conclusão da aquisição está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes. O valor de RS 52.055, corresponde a participação de 50% da INEPAR.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e cont. social diferido (a)	19.338	19.961	20.601	20.149
Impostos e contribuições a compensar ICMS a recuperar	6.487	10.812	58.339	21.690
IPI a recuperar	53	53	32.761	37.396
Pis/Colfin Lei 9.718/98	1.675	1.675	12.959	9.225
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	8.439	8.439	8.512	8.439
Impostos e contribuições retidos na fonte IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	15.569	15.565	17.396	17.392
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	154	154	11.639	38.199
Demais Créditos (c)	16.087	16.568	33.883	37.081
	5.791	6.000	12.198	13.349
	11.861	11.452	16.416	16.778
	<u>85.454</u>	<u>90.779</u>	<u>224.704</u>	<u>217.698</u>
Circulante	17.005	36.590	94.070	126.073
Não circulante	68.449	54.189	130.634	91.625

a) Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos na controladora referem-se aos créditos sobre prejuízos fiscais a base de cálculo negativa da contribuição social reconhecidos até o montante dos débitos da prestação de IRPJ e CSLL, constituída em 2004 sobre a Reserva de Reavaliação.
 b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.
 c) Corresponderem em sua maioria a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento a Empregados	83	93	4.326	4.415
Créditos com empresas constil. em SCP (a)	-	-	25.600	14.162
Conta Corrente TISA	-	-	5.384	4.747
Adiantamento a Fornecedores	251	251	20.585	12.460
Direitos Creditórios (b)	-	-	18.000	-
Contas Correntes	-	-	1.009	1.855
GFS Premium Administração Ltda	939	939	939	939
ND a Emitir / Receber	1.066	4.339	3.683	12.242
Contas a Receber Diversos (c)	-	-	45.136	18.307
Processo Multas de São Salvador	-	-	2.606	2.606
Dividendos a Receber	-	-	-	603
Prefeitura de Chapéco	-	-	16.650	-
Créditos AHL (c)	-	-	21.878	20.873
Outros	1.070	2.604	8.860	3.880
Total	<u>3.409</u>	<u>8.226</u>	<u>174.456</u>	<u>97.089</u>
Circulante	3.409	8.226	142.834	96.985
Não Circulante	-	-	31.622	104

a) O saldo corresponde aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Conserv/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanente para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).
 b) Refere-se ao valor de RS 18.000 contabilizado na coligada Triunfo Iesa Infra-estrutura S.A. referente ao processo transitado e julgado, em fase de execução, decorrente de realização de obra para a PRODECAP – Progresso e Desenvolvimento da Capital, órgão da Prefeitura de Curitiba, estado de Mato Grosso.
 c) Refere-se a pagamentos efetuados por conta e ordem da Sadelam em seus fornecedores nos projetos que a Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. linha a Sadelam como consorciado ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participação em controladas/coligadas (a)	1.115.505	879.887	434	16.994
Bens de ágio apurado em Investimento (b)	162.374	162.374	162.374	162.374
Bens não operacionais (c)	376	376	376	376
Propriedade para Investimentos (d)	80.143	80.143	80.143	80.143
Outros investimentos (e)	15.157	2.618	44.289	15.266
	<u>1.373.555</u>	<u>1.125.398</u>	<u>287.616</u>	<u>275.153</u>

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social		Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011
Controladas/Coligadas	-	-	-	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda.	230.601	219.674	3.896	3.896	219.674	215.777
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	386.788	19.994	19.994	382.040	349.941
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	352.270	2.465	1.840	247.529	245.228
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	146.174	133.702	(4.179)	(2.090)	66.851	68.941
Companhia Brasileira de Diques S.A. (iii)	1.651	399.273	(40.247)	(17.809)	199.411	-
					5.831	1.115.505

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital volante em %
	O.N.	P.N.		
Controladas/Coligadas	-	-	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	-	-	74,60
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	29.047	-	-	50,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	578	-	-	50,00

(i) IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
 A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante a transferência de base de ativos e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.
 (ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
 Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2008, os acionistas da GEH/GE Hydro Inepar do Brasil S.A.) aprovaram um aumento de capital de RS 42.802, elevando o montante do capital subscrito e integralizado de RS 23.007 para RS 65.809. O aumento foi efetulado com a emissão de 9.091.924 novas ações, nominativas e sem valor nominal.
 A acionista, General Electric do Brasil S.A, subscreveu e integralizou 2.845.093 ações no valor de RS 13.394, por meio de uma nota promissória de sua emissão, com vencimento em 15 de fevereiro de 2008. Esta nota promissória encontra-se totalmente liquidada.
 A acionista Inepar S.A. Indústria e Construções, subscreveu, e integralizou 6.246.331 ações, parte em bens devidamente avaliados no valor de RS 8.769 e parte em notas promissórias, estas no total de RS 20.638, vencendo a primeira nota promissória em 30/06/2008, no valor de RS 10.715, sendo que a mesma foi liquidada na mesma data do seu vencimento, sendo o saldo dividido em 10 notas promissórias, vencendo a primeira em 31/12/2008 e as demais nos anos seguintes.
 As notas promissórias vencidas em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011 e 31/12/2012 encontram-se quitadas.
 Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2010, os acionistas da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., decidiram, por unanimidade de votos, aprovar o aumento do capital social, de RS 65.809.525,74 para RS 105.809.525,74.
 A Inepar efetuou a integralização do capital no valor de RS 19.999.823,75, correspondente a quantia de 7.962.535 ações ordinárias, no dia 17 de fevereiro de 2011.
 Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2010, os acionistas da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., decidiram, por unanimidade de votos, aprovar o aumento do capital social, de RS 105.809.525,74 para RS 146.173.927,74.
 A Inepar efetuou a integralização do capital no valor de RS 20.182.016,04, perfazendo o total de 8.035.072 ações integralizadas.
 Após estas integralizações, a Inepar S.A., continua a deter participação de 50% sobre a referida Companhia.
 (iii) Companhia Brasileira de Diques S.A.
 Refere-se a aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de RS 608.734. O pagamento da presente aquisição foi efetuado através da transferência de RS 479.836 em títulos da Dívida Externa Federal e o saldo de RS 128.898, através de encontro de contas com crédito possuído pela Inepar junto à sua controladora Inepar Administração e Participação S.A..
 b) Saldo de ágio apurado em Investimento
 Refere-se ao ágio apurado sobre compra de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato de "put option". Este ágio está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações da Central Elétrica Matogrossense – CEMAT, principal operação da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., e foi apurado com base em laudo apresentado por empresa especializada.
 c) Bens não operacionais
 Refere-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.
 d) Propriedade para Investimentos
 Corresponde aos imóveis localizados nas cidades de Magé e Macaé no Estado do Rio de Janeiro e em São Vicente no Estado de São Paulo, que foram transferidos para controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A.. Esta operação faz parte do Plano Geral de Reestruturação de centralizar os imóveis das coligadas e controladas na Companhia, com o objetivo de buscar operações financeiras estruturadas.
 e) Outros investimentos
 O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos em Sociedades por Quotas de Participações (SCP) e participações consorciadas pertencentes à coligada Triunfo Iesa-Infraestrutura S.A.

13.1 Inepar Energia S.A. – Incorporação
 Em 21 de novembro de 2011, a Inepar S.A. Indústria e Construções incorporou a Inepar Energia S.A., tendo por objetivo convergir os recursos disponíveis, alcançar melhores ganhos de sinergia, simplificar a estrutura atual, com consequente ganho de transparência de informações e reduções de custos financeiros, operacionais e administrativos, bem como proporcionar aos acionistas da Inepar Energia S.A. receberem ações da Inepar S.A. Indústria e Construções, como resultado da incorporação, beneficiando-se, assim, de uma maior liquidez com a titularidade negociada no Nível 1 da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercados e Futuros.
 A incorporação ensejou o direito de resgate pelos acionistas dissidentes, que eram titulares de ações da Inepar Energia S.A. na data de publicação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou o Protocolo e Justificação. O pagamento do reembolso aos acionistas dissidentes ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2012, no montante de RS 8,3 milhões.
 Os acionistas não dissidentes da Inepar Energia S.A. receberam ações da Inepar S.A. Industrias e Construções com base na relação de substituição de 22 ações ordinárias ou preferências (da Inepar Energia S.A.) para cada ação ordinária ou preferencial da Inepar S.A. Indústria e Construções. Tal operação resultou em um aumento de capital na Inepar S.A. Indústria e Construções no valor de RS 9,9 milhões.
 13.2 Empresas controladas em conjunto
 Conforme requerido pelo artigo 33 da Instrução CVM n.º 247 de 27 de março de 1996, e já contemplando o que determina o CPC 19 – Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto, são apresentados a seguir o balanço patrimonial e a demonstração de resultados das controladas em conjunto, para permitir melhor análise da situação econômica financeira dessas empresas.

Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

	Consolidado	Total
Participação no capital em %	50%	100%
Ativo	295.677	591.353
Circulante	201.427	402.854
Realizável a Longo Prazo	56.257	112.514
Permanente	37.993	75.985
Passivo	295.677	591.353
Circulante	185.468	370.975
Exigível a Longo Prazo	43.338	86.676
Patrimônio Líquido	66.851	133.702
Demonstração de Resultado		
Receita Operacional Bruta	255.041	510.083
Deduções de Vendas	(20.222)	(40.444)
Receita Líquida	234.819	469.639
Custo dos Bens e Serviços	(204.401)	(408.803)
Resultado Bruto	30.418	60.836
Recursos/Despesas Operacionais	(34.408)	(68.814)
Resultado Operacional	(3.990)	(7.979)
Outras Receitas/Despesas	110	220
Resultado antes da Tributação	(3.880)	(7.759)
Provisão para I. Renda e C. Social	1.790	3.580
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	(2.090)	(4.179)

Companhia Brasileira de Diques S.A.

	Consolidado	Total
Participação no capital em %	50%	100%
Ativo	547.945	1.095.888
Circulante	55.573	111.146
Realizável a Longo Prazo	3.171	6.342
Permanente	489.201	978.400
Passivo	547.945	1.095.888
Circulante	64.749	129.497
Exigível a Longo Prazo	283.785	567.568
Patrimônio Líquido	199.411	398.823
Demonstração de Resultado		
Receita Operacional Bruta	30.677	61.354
Deduções de Vendas	(2.844)	(5.689)
Receita Líquida	27.833	55.665
Custo dos Bens e Serviços	-	-
Resultado Bruto	27.833	55.665
Recursos/Despesas Operacionais	(52.404)	(104.809)
Resultado Operacional	(24.571)	(49.144)
Outras Receitas/Despesas	28	57
Resultado antes da Tributação	(24.543)	(49.087)
Provisão para I. Renda e C. Social	4.420	8.840
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	(20.123)	(40.247)



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta

IGC

INEPAR NÍVEL 3

INEPAR NÍVEL 3

ITAG

NOTA 14 - IMOBILIZADO

CONTROLADORA	Edificações e		Máquinas e		Móveis e		Instalações e		Equipamentos		Outros	Total
	Terrenos	Benefetórias	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Ferramentas	de Informática					
Em 31 de Dezembro de 2011												
Custo	20.129	161.536	8.271	2.531	12	8.070	5.038	26.509	232.096			
Depreciação acumulada	-	(29.136)	(6.163)	(2.485)	(12)	(6.720)	(4.967)	(24.287)	(73.739)			
Valor contábil líquido	20.129	132.400	2.108	46	-	1.350	102	2.222	158.357			
Adições	-	423	18	-	-	-	-	-	441			
Reclassificação custo	-	44.564	-	-	-	-	-	-	44.564			
Transferências	-	(296)	22.489	(98)	-	429	(4)	(22.520)	-			
Baixas	-	(130)	(5.513)	(14)	-	-	(27)	-	(5.684)			
Depreciação	-	(4.165)	(22.711)	68	-	(321)	(56)	22.520	(4.665)			
Reclassificação depreciação	-	(37.140)	-	-	-	-	-	-	(37.140)			
Baixas da depreciação	-	130	5.513	13	-	-	25	-	5.684			
Saldo Final	20.129	135.786	1.904	15	-	1.458	40	2.222	161.554			
Em 31 de Dezembro de 2012												
Custo	20.129	206.097	25.265	2.419	12	8.499	5.007	3.989	271.417			
Depreciação acumulada	-	(70.311)	(23.361)	(2.404)	(12)	(7.041)	(4.967)	(1.767)	(109.863)			
Valor contábil líquido	20.129	135.786	1.904	15	-	1.458	40	2.222	161.554			
CONSOLIDADO												
	Terrenos	Edificações e	Máquinas e	Móveis e	Diques	Cais	Veículos	Instalações e	Equipamentos	Outras		Total
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	4%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%			
Em 31 de Dezembro de 2011												
Custo	20.129	181.029	267.369	15.647	-	-	12	7.589	12.160	51.958		556.093
Depreciação Acumulada	-	(36.302)	(84.048)	(7.499)	-	-	(12)	(7.589)	(12.160)	(24.951)		(172.561)
Valor contábil líquido	20.129	144.727	183.321	8.348	-	-	-	-	-	27.007		383.532
Adições	106.524	54.025	26.909	796	196.330	84.685	96	6.860	1.821	35.931		513.977
Reclassificação custo	-	44.564	-	-	-	-	-	-	-	-		44.564
Transferências	-	(3.128)	13.201	(362)	-	-	-	729	6.078	(16.518)		-
Baixas	-	(310)	(14.911)	(276)	-	-	-	(14)	(273)	(21.673)		(37.457)
Depreciação	-	(12.086)	(37.565)	(198)	(23.557)	(10.163)	(7)	(1.317)	(1.799)	22.514		(64.178)
Reclassificação depreciação	-	(37.140)	-	-	-	-	-	-	-	-		(37.140)
Depreciação Deemed Cost	-	(15)	(1.406)	-	-	-	-	-	-	-		(1.421)
Baixas da depreciação	-	223	9.385	101	-	-	-	1	272	-		9.982
Saldo Final	126.653	190.860	178.934	8.409	172.773	74.522	89	6.259	6.099	47.261		811.859
Em 31 de Dezembro de 2012												
Custo	126.653	276.180	292.568	16.005	196.330	84.685	108	15.164	19.786	49.698		1.077.177
Depreciação acumulada	-	(85.320)	(113.634)	(7.595)	(23.557)	(10.163)	(19)	(8.905)	(13.687)	(2.437)		(265.318)
Valor contábil líquido	126.653	190.860	178.934	8.409	172.773	74.522	89	6.259	6.099	47.261		811.859

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida e imobilizado, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;

* Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revisados no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

O acréscimo no grupo do imobilizado deve-se principalmente a aquisição em 31.03.2012 de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A.

Com essa aquisição, foram consolidados no imobilizado os seguintes valores de ativos (valores correspondentes a 50% da participação).

Terrenos	103.712
Instalações	451
Edificações	45.106
Móveis/ Utensílios	4
Diques	176.697
Cais	76.216
Benefetórias	5.988
Imobilizado em Andamento	17.500
	425.674

NOTA 15 - INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Concessão		Marcas e Patentes		Software		Inst. Imóveis 3º		Ágio sobre Investimentos		Total
	20%	20%	20%	20%	20%	10%	0%	0%			
Taxas anuais de amortização											
Em 31 de Dezembro de 2011											
Custo	-	44.568	-	247	-	-	-	-	-	-	44.815
Amortização acumulada	-	(34.670)	-	(247)	-	-	-	-	-	-	(34.917)
Valor contábil líquido	-	9.898	-	-	-	-	-	-	-	-	9.898
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	391.513	-	391.513
Reclassificação custo	-	(44.564)	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.564)
Baixas	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Amortização	-	(2.474)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.474)
Reclassificação amortização	-	37.140	-	-	-	-	-	-	-	-	37.140
Baixa amortização	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Saldo Final	-	-	-	-	-	-	-	-	391.513	-	391.513
Em 31 de Dezembro de 2012											
Custo	-	-	-	247	-	-	-	-	391.513	-	391.760
Amortização acumulada	-	-	-	(247)	-	-	-	-	-	-	(247)
Valor contábil líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	391.513	-	391.513
CONSOLIDADO											
	Concessão	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Software Transf. Inepar Ener.	Inst. Imóveis 3º Transf. Inepar Ener.	Goodwill	Ágio sobre Investimentos		Total
	20%	20%	0%	20%	20%	20%	10%	0%	0%		
Taxas anuais de amortização											
Em 31 de Dezembro de 2011											
Custo	44.568	247	1.493	937	11.625	-	-	-	33.972		92.842
Amortização acumulada	(34.670)	(247)	-	(224)	(1.507)	-	-	-	-		(36.648)
Valor contábil líquido	9.898	-	1.493	713	10.118	-	-	-	33.972		56.194
Adições	-	-	-	-	3.910	-	-	-	70.198	391.513	465.621
Reclassificação custo	-	-	-	-	-	-	-	(44.564)	-	-	(44.564)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Amortização	-	-	-	(87)	(2.407)	-	-	(2.474)	-	-	(4.968)
Reclassificação amortização	-	-	-	-	-	-	-	37.140	-	-	37.140
Baixa amortização	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	8
Saldo Final	9.898	-	1.493	626	11.625	-	-	(9.898)	70.198	425.485	509.427
Em 31 de Dezembro de 2012											
Custo	44.568	247	1.493	937	15.535	(4)	(44.564)	70.198	425.485		513.895
Amortização acumulada	(34.670)	(247)	-	(311)	(3.910)	-	34.666	-	-		(4.468)
Valor contábil líquido	9.898	-	1.493	626	11.625	-	(9.898)	70.198	425.485		509.427

O valor de R\$ 33.972, lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, refere-se a compra da participação, em 2011, na TIISA - Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. No exercício de 2012, foi feito trabalho para alocação do preço de compra pago na aquisição da TIISA, que identificou que o ágio pago devia-se integralmente à expectativa de rentabilidade futura. Conforme já comentado na nota explicativa nº 2, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a TIISA não será mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio na aquisição continuará sendo integralmente demonstrado no intangível.

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se a compra, em 2012, de 50% da participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Foram iniciados em 2012 e estão em desenvolvimento os trabalhos para identificação e alocação do preço de compra pago na aquisição da CBD. No entanto, conforme já comentado na nota explicativa nº 2, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a CBD não será mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio será integralmente classificado e apresentado no intangível.

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante

Table with columns: Modalidade, Taxa Média, Garantia, Controladora (31/12/2012, 31/12/2011), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011). Rows include Adiantamento de Câmbio, Arrendamentos Financeiros, Ativo Permanente, Capital de Giro, etc.

Não Circulante

Table with columns: Modalidade, Taxa Média, Garantia, Controladora (31/12/2012, 31/12/2011), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011). Rows include Arrendamentos Financeiros, Adiantamento de Câmbio, Ativo Permanente, Capital de Giro, etc.

Table with columns: Por Data de Vencimento, Controladora, Consolidado. Rows include Em renegociação, Em até 12 meses, De 1 a 2 anos, etc.

Table with columns: Por Tipo de Moeda, Controladora, Consolidado. Rows include Reais - R\$, Dólar Norte-Americano - US\$, etc.

Os empréstimos a financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,04 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1,87 em 31 de dezembro 2011).

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/CONSOLIDADO)

Na Controladora
Segunda emissão Inepar S.A. Indústria e Construções
A 4ª AGE de 9 de fevereiro de 1996 aprovou a emissão de 35.000 debêntures de série única, resgatáveis ou permutáveis por ações da Companhia Inepar Telecomunicações S.A., totalizando o montante de R\$ 35.000.

corresponde a um saldo devedor em 31/12/2012 de R\$ 2.289 em 31/12/2011.
Critério de Remuneração e Vencimento: Conforme Ata da 8ª Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures de 14 de maio de 2010 e sua continuação de 02 de junho de 2010, foi aprovada a proposta de reapetição e alteração das condições de pagamento do saldo devedor das debêntures, tendo o saldo devedor de ambas as séries atualizados até a data de 1º de maio de 2010, nos termos do "Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures da Inepar S.A. Indústria e Construções", ou seja, por IGP-M + 11% a.a. (juros compostos).



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

Companhia Aberta



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e acionistas
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções, identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Base para a opinião com ressalva

i) Títulos da Dívida Pública Federal

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 23, a Inepar S.A. Indústria e Construções recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre títulos da dívida pública federal externa no montante atualizado de R\$ 1.464.394 mil, sendo que parte foi registrada contra um passivo de mútuo a pagar no montante atualizado de R\$ 1.394.081 mil. A controladora Inepar Equipamentos e Montagens S.A. recebeu de sua controladora, no exercício de 2012, 2002 e 2003, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal externa no montante atualizado de R\$ 319.074 mil, sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 78.946 mil. A controladora IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal externa nos montantes atualizados de R\$ 207.746 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 221.857 mil em suas demonstrações contábeis consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 77.405 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões sobre as ações judiciais que estão em curso. Nas demonstrações contábeis, em função da possibilidade de devolução dos títulos recebidos através de mútuo para a controladora, caso não seja possível sua utilização, a Companhia, do montante atualizado, reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 70.313 mil (RS 238.277 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 454.893 mil (RS 858.595 mil em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas, registrados em Títulos e Valores Mobiliários, Ativo Não Circulante.

ii) Contas a Receber Pletios

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, estão registrados em Contas a Receber de Clientes, Ativo Não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 155.405 mil (RS 107.587 mil em 2011) na controladora e de R\$ 202.517 mil (RS 158.794 mil em 2011) no consolidado está condicionada a conclusões dos processos judiciais e administrativos que estão em curso. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2012 nas demonstrações contábeis e individuais, RS 29.915 mil já apresentam decisão judicial favorável em instâncias iniciais.

iii) Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição - Centrais Elétricas Matogrossenses

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (RS 203.854 mil em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos e Bens Destinados à Venda, Ativo Circulante, referente à participação de sua controladora Perla Participações e Investimentos Ltda, nas Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT, que, conforme deliberação do Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada à venda. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (RS 162.374 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente a ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT. Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem tampouco as perspectivas para sua realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.

iv) Reestruturação de dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Considerando o sucesso na negociação de parte deste passivo, que excluiria a aplicação de multa e mora sobre os valores devidos, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 o registro da redução no montante de R\$ 110.195 mil de sua dívida relativa ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Considerando as condições estabelecidas em contrato, a redução registrada, atualizada até 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 135.040 mil. Até o encerramento de nossos exames de auditoria sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, não nos foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES, que respaldem a conclusão da negociação e o registro da redução de dívida.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inepar S.A. Indústria e Construções em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

i) Títulos e Valores Mobiliários - FIDC

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2012 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no grupo do Ativo Circulante, saldos de R\$ 56.058 mil (RS 43.055 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 66.149 mil (RS 66.165 mil em 2011) nas demonstrações consolidadas. Na mesma rubrica, no grupo do Ativo Não Circulante, encontram-se registrados saldos de R\$ 28.029 mil (RS 43.054 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 43.074 mil (RS 66.164 mil em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas, todos referentes a cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC. Não foram comercializadas cotas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar Indústria e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das cotas é de 6 anos, em parcelas semestrais a partir de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente as cotas subordinadas. Os direitos creditórios do referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objetos de discussão judicial os quais encontram-se registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo deságio de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como ao seu valor de realização. Conseqüentemente, poderão ser seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2012.

ii) Classificação de obrigações tributárias e previdenciárias

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a controladora indireta IESA - Óleo e Gás S.A. requereu parcelamento de débitos de INSS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL que estão em processo de consolidação perante as repartições fiscais. Os saldos cujos parcelamentos foram requeridos, no montante de R\$ 22.916 mil, estão classificados, nas demonstrações contábeis consolidadas, no passivo não circulante, embora tais processos de parcelamento ainda não tenham sido deferidos.

iii) Integralização de capital na controladora em conjunto Andritz Hydro Inepar

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.

iv) Processo arbitral com terceiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo arbitral com terceiros relativo a contrato de construção da uma usina hidrelétrica, em que foi condenada à ressarcir a proprietária da usina por multas contratuais. No entanto, em razão de uma série de vícios no processo arbitral, a Inepar S.A. Indústria e Construções impetrou ação judicial de nulidade de sentença, obtendo decisão favorável na 1ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Paraná. Em função da opinião de seus consultores jurídicos sobre o êxito na ação judicial, a Inepar não contabilizou provisão específica para esta demanda.

v) Reestruturação financeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal

dos negócios da Companhia, as quais preveem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas atividades. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando uma significativa diminuição no nível de alavancagem, através da renegociação de prazos e condições de dívidas com credores financeiros e da venda e realização de ativos. Dependendo do êxito destas negociações a Companhia poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional. Todavia, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

vi) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar S.A. Indústria e Construções, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior - demonstrações contábeis de 2011

As demonstrações contábeis do exercício de 2011 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 30 de março de 2012, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir: Ressalvas

"Conforme mencionado nas notas explicativas 7, 18 e 23, a Empresa recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 1.642.885 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso. Nas demonstrações contábeis, a Empresa, do montante atualizado, reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 238.277 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 853.595 mil nas demonstrações contábeis consolidadas."

"Conforme descrito na nota explicativa 6, estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo Não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 107.587 mil na controladora e de R\$ 158.794 mil no consolidado está condicionada a conclusões dos processos judiciais e administrativos que estão em curso."

"Conforme descrito na nota explicativa 13, a empresa mantém saldo de ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada) no montante de R\$ 162.374 mil (controladora e consolidado). O laudo técnico apresentado para a formalização da manutenção deste ativo foi elaborado, baseada em informações fornecidas pela empresa Inepar S.A., por projeções de longo prazo elaboradas pelo Grupo Rede e por fontes públicas e disponíveis para acesso, não se responsabilizando a empresa responsável pela elaboração do laudo, pela precisão e acuracidade das informações recebidas. Adicionalmente, em verificação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 da empresa originária deste ágio (CEMAT), constatamos negativa de opinião no relatório dos auditores independentes. Dessa forma, em função das informações apresentadas no laudo e das demonstrações contábeis da CEMAT, concluímos pela inerteza da realização deste ativo."

"Conforme descrito na nota explicativa 16.1, a empresa vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Em decorrência do sucesso na negociação de parte deste passivo, sem que houvesse a aplicação de multa e mora, procedeu ao registro da redução no montante de R\$ 110.195 mil de sua dívida em 31 de dezembro de 2011 relativo ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Quando de nossos exames não nos foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES que respaldem a formalização da operação."

"A controladora INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. recebeu de sua controladora nos exercícios de 2001, 2002 e 2008, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 556.974 mil (409.072 mil em 2010), sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 67.944 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor de cada título e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso."

"A controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A., recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal nos montantes atualizados de R\$ 178.795 mil (RS 93.830 mil em 2010) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 192.906 mil (RS 105.692 mil em 2010) nas demonstrações contábeis consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 66.618 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso."

"Na controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo Não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 50.332 mil (RS 51.932 mil em 2010) na controladora e consolidado está condicionada a conclusões dos processos judiciais e administrativos que estão em curso."

"A controladora IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. mantém investimentos com controle compartilhado na empresa THISA - TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S.A., cujas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram disponibilizadas para nossos exames até esta data. Dessa forma, nossa opinião não abrange os valores dos investimentos e resultado líquido de equivalência patrimonial nessa empresa nos valores de R\$ 50.794 mil e R\$ 8.965 mil, respectivamente."

Ênfases

"Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 13(i), a Empresa, em 2003, integralizou capital na controladora IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados no valor de R\$ 33.042 mil e avaliação de acervo técnico em R\$ 20.610 mil."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 13(ii), a Empresa, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo em discussão judicial e, que diante de uma série de vícios no ato, impetrou ação de nulidade da sentença arbitral, obtendo decisão favorável na 10ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Paraná."

"O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da controladora Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2011 contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em coligada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) a Inepar Equipamentos e Montagens S.A., em 2003, integralizou capital na coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., detendo a participação de 23,5%. A integralização de capital foi efetuada mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados (RS 13.564 mil) e avaliação de acervo técnico (RS 6.568 mil), representado por passivo técnico transferido à coligada em 2004. Em 31.12.2011 a participação é de 25,40%."

"O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da controladora IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. de 31 de dezembro de 2011, contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) no exercício de 2005, foi constituída a empresa Controladora IESA Óleo & Gás S.A., cujo objetivo é a preparação da divisão de óleo e gás para busca de nova parceria/sócio tecnológica. A integralização de capital nessa controlada, ocorreu mediante a transferência de acervo técnico e aproveitamento de crédito de conta corrente de saldo de mútuo."

"Conforme mencionado na nota explicativa 36, a Empresa está negociando com as instituições contábeis e debenturistas a reestruturação de sua dívida objetivando o alongamento do perfil do seu endividamento, a redução de taxas de juros e a obtenção de carência para amortização. Está contemplada nestas negociações, a liquidação de dívidas por meio da cessão de ativos e investimentos de empresas controladas. Dependendo do êxito destas negociações e da geração de recursos advindos das operações, a Empresa poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional."

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-2SP016754/O-1

CELSO LUIZ DA COSTA LOBO
CONTADOR - CRC-15P251526/O-6

EDUARDO A. DE VASCONCELOS
CONTADOR - CRC-15P166001/O-3



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos Baker Tilly do Brasil Auditores Independentes S/S datado de 27 de março de 2013, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos, ênfases e ressalvas apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 27 de março de 2013

Adrian Monge JaraCamille Curi José Higinio Buzzenko Marcelo Alves Varejão
Pedro Adolpho Luiz Caldeira

Rudric ITH S.A.

CNPJ nº 67.569.061/0001-45
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 12 de Março de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2. (b)/3	987.889,29	40.500,10	Contas a pagar	2. (c)	28.994,72	18.018,70
Impostos a recuperar	2. (c)	49.114,60	9.910,86	Obrigações fiscais	2. (c)	24.093,06	3.682,67
Outros créditos	2. (c)	19.005,10	42.553,68	Provisões trabalhistas	2. (c)	84.772,96	67.089,72
				Provisões tributárias	2. (c)	55.888,67	--
Total do ativo circulante		1.056.008,99	92.964,64	Total do passivo circulante		193.749,41	88.791,09
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	4	558.465.270,00	507.397.042,00	Capital social	6	574.685.270,00	523.617.042,00
Imobilizado líquido	2. (e)/5	13.715.691,97	14.321.948,53	Prejuízo acumulado		(1.918.830,44)	(1.049.983,28)
				Resultado do exercício	2. (f)	276.781,99	(843.894,64)
Total do ativo não circulante		572.180.961,97	521.718.990,53	Total do patrimônio líquido		573.043.221,55	521.723.164,08
Total do ativo		573.236.970,96	521.811.955,17	Total do passivo + patrimônio líquido		573.236.970,96	521.811.955,17

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em Reais)

	Nota	2012	2011
Receita de aluguel		3.000.815,50	2.363.470,75
(-) Descontos incondicionais		(48.337,40)	(7.716,40)
(=) Resultado bruto		2.952.478,10	2.355.754,35
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas		(2.353.713,32)	(2.198.972,92)
Despesas tributárias		(320.833,22)	(984.895,98)
		(2.674.546,54)	(3.183.868,90)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		277.931,56	(828.114,55)
(+/-) Receitas (despesas) financeiras líquidas			
Receitas financeiras		55.143,83	38.809,40
(-) Despesas financeiras		(404,73)	(54.589,49)
		54.739,10	(15.780,09)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		332.670,66	(843.894,64)
Provisões tributárias		(55.888,67)	--
(-) IRPJ e CSLL		(55.888,67)	--
		276.781,99	(843.894,64)
(=) Lucro (prejuízo) do exercício ... 2. (f)		276.781,99	(843.894,64)
(=) Lucro (prejuízo) por ação no final do exercício - RS		0,0003	(0,003)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em Reais)

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Lucro (Prejuízo) do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.000.000,00	(58.810,31)	(991.172,97)	14.950.016,72
Absorção do prejuízo de 2010 conforme AGE realizada em 27 de abril de 2011...	--	(991.172,97)	991.172,97	--
Aumento de capital conforme AGE realizada em 19 de dezembro de 2011...	507.617.042,00	--	--	507.617.042,00
Prejuízo do exercício	--	--	(843.894,64)	(843.894,64)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	523.617.042,00	(1.049.983,28)	(843.894,64)	521.723.164,08
Absorção do prejuízo de 2011 conforme AGE realizada em 30 de abril de 2012...	--	(843.894,64)	843.894,64	--
Aumento de capital conforme AGE realizada em 17 de dezembro de 2012...	51.068.228,00	--	--	51.068.228,00
Ajustes de exercícios anteriores	--	(24.952,52)	--	(24.952,52)
Lucro do exercício	--	--	276.781,99	276.781,99
Saldos em 31 de dezembro de 2012	574.685.270,00	(1.918.830,44)	276.781,99	573.043.221,55

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	276.781,99	(843.894,64)
Ajustes:		
Depreciação	606.256,56	606.256,56
Ajustes de exercícios anteriores	(24.952,52)	--
	858.086,03	(237.638,08)
(Acréscimo) redução de impostos a recuperar	(39.203,74)	2.399,70
(Acréscimo) redução de outros créditos	23.548,58	(42.553,68)
Acréscimo (redução) no contas a pagar	10.976,02	18.018,70
Acréscimo (redução) nas obrigações fiscais	20.410,39	(14.929,99)
Acréscimo (redução) nas provisões trabalhistas	17.683,24	27.889,25
Acréscimo (redução) nas provisões tributárias	55.888,67	(36,78)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	947.389,19	(246.850,88)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(51.068.228,00)	(507.397.042,00)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(51.068.228,00)	(507.397.042,00)
Fluxo de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos		
Aumento de capital social	51.068.228,00	507.617.042,00
Caixa líquido usado nas atividades de empréstimos e financiamentos	51.068.228,00	507.617.042,00
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.500,10	67.350,98
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	987.889,29	40.500,10

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em Reais)

1. Contexto Operacional - A sociedade tem por objeto social a participação em outras sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis e/ou imóveis.

2. Principais Práticas Contábeis

a) **Demonstrações Contábeis** - Na preparação de suas demonstrações contábeis, a Empresa adotou os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

c) **Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) **Ajuste à Valor Presente de Ativos e Passivos** - A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2012 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou de capitalização, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

f) **Aprovação do Resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são computados mensalmente, de acordo com as alíquotas vigentes.

g) **Demonstração de Resultados Abrangentes** - Não houve transações no Patrimônio Líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Contas Bancárias	1.444,66	24.417,74
Aplicação Financeira - Operação Compromissada - Banco Itaú	986.444,63	16.082,36
	987.889,29	40.500,10

5. Imobilizado

	2012	2011	Taxa de Depreciação Anual
Imóveis	15.063.172,41	15.063.172,41	4%
Computadores e periféricos	18.648,34	18.648,34	20%
Total do Imobilizado	15.081.820,75	15.081.820,75	
Depreciação acumulada	(1.366.128,78)	(759.872,22)	
Imobilizado líquido	13.715.691,97	14.321.948,53	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da **RUDRIC ITH S.A.**, São Paulo - SP

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **RUDRIC ITH S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - A administração da **RUDRIC ITH S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis - Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RUDRIC ITH S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 07 de março de 2013.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/0-7

VICTOR DOMINGOS GALLORO
Sócio-Diretor
CT CRC - 1SP044278/0-0

DIRETORIA:
Maria de Lourdes Eglydio Villela
Diretora Presidente

Ronaldo Gonçalves
CT - CRC ISP191087/0-6

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES												
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06												
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS												
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)												
	Reservas de Lucros				Lucros ou prejuízos para o futuro (Prejuízo)	Adiamento de Capital - AFAC	Reservas de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Acionistas - Controladora	Participação dos Não Controladores no Patrimônio Líquido das Controladas	Patrimônio Líquido Total	
	Capital Social Subscrito	(-) Gastos com subscrição de ações	Reservas de Capital	Reserva Legal								Reserva de Ações em Tesouraria
Em 31 de dezembro de 2011 - Originalmente Apresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(3.721)	80.155	86.133	(4.158)	615.165	17.926	633.091
Ajuste dos Títulos da Dívida Pública	-	-	-	-	(391.570)	-	-	-	-	(391.570)	-	(391.570)
Ajuste REFIIS	-	-	-	-	324.262	-	-	-	-	324.262	-	324.262
Ajuste dos Prejuízos	-	-	-	-	(115.902)	-	-	-	-	(115.902)	-	(115.902)
Em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(186.931)	80.155	86.133	(4.158)	431.955	17.926	449.881
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(146.143)	-	-	-	-	(146.143)	2.443	(143.700)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.108)	1.548	-	(1.560)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211	211
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211	(1.349)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.654	(145.049)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.290)	(1.290)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)	(8.303)
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(8.303)	-	-	-	-	(8.303)	(1.290)	(9.593)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.290)	(1.290)
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	12.834	-	(12.834)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	5.902	-	(5.902)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(314.339)	67.321	80.231	(5.718)	275.949	19.290	295.239
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(187.618)	-	-	-	-	(187.618)	(4.115)	(191.733)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	498	498	-	498
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(690)	(690)	(50)	(690)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(192)	(282)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(187.810)	(4.205)	(192.015)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	5.732	-	(5.732)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	5.670	-	(5.670)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	398.977	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(490.554)	61.589	84.561	(5.910)	88.139	14.945	103.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012		
	Controladora		Consolidado		Resultado Abrangente	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Prejuízo do Exercício	(187.618)	(146.143)	(187.618)	(146.143)	Resultado Líquido do Exercício	(146.143)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes	-	-	-	-	Ajustes de Instrumentos Financeiros	(3.108)
Depreciações e amortizações	7.045	7.145	21.291	21.244	Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	1.548
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	2.710	3	7.627	6.116	Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	211
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	-	(612)	(201)	-	Participação dos Minoritários	2.443
Equivalência patrimonial	173.828	32.542	54.552	(53.585)	Resultado Abrangente do Exercício	(145.049)
Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC	-	-	5.480	-		
Participação de acionistas minoritários	-	-	4.114	(2.443)	Resultado Líquido do Exercício	(187.618)
Variações monetárias e cambiais	102.605	70.612	174.133	83.160	Ajustes de Instrumentos Financeiros	(3.108)
Impostos diferidos	(2.149)	864	(18.789)	258	Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	(690)
Provisões (Reversões)	5.083	(6.885)	129.355	3.629	Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	(90)
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício ajustado	101.512	(42.474)	189.944	(87.764)	Participação dos Minoritários	(4.115)
(Aumento) redução no ativo:					Resultado Abrangente do Exercício	(192.015)
Cientes	3.631	179	74.057	(71.927)		
Estoques	(568)	167	(183.503)	(40.699)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
Títulos a receber	(5.611)	(9.089)	(8.808)	(26.056)	a necessidade de aprofundar as análises pertinentes aos ajustes solicitados, bem como o tempo necessário a revisão especial pela auditoria independente dos demonstrativos a serem modificados, não foi possível realizar estes ajustes ainda no 3º trimestre de 2013, os quais serão efetivados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício em curso.	
Dividendos a receber	-	-	-	54.936	Desta forma, a empresa efetuou os ajustes solicitados, baseando na contabilidade os valores registrados no ativo dos Títulos da Dívida Federal Externa, bem como efetuou as baixas dos valores registrados em contas a receber de clientes de longo prazo dos ressarcimentos que estão sendo cobrados de diversos clientes.	
Creditos de impostos	1.845	4.535	(12.499)	13.033	Quanto no investimento na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - Cemat, utilizado para subscrição de capital na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., esclarecemos que, em 31/12/2010, a empresa efetuou a contabilização do impairment no valor de R\$ 136.631 mil.	
Despesas antecipadas	(80)	1	(4.095)	699	Demonstramos abaixo a movimentação dos saldos da conta de investimentos	
Outros créditos	(17.261)	4.451	(35.755)	(54.316)	Voz de aquisição do investimento em 2004	
	(17.170)	(2.836)	(170.603)	(124.342)	Ágio na aquisição do investimento	
Aumento (redução) no passivo					Total do investimento	
Fornecedores	10.651	2.444	73.489	17.470	Contabilização dos dividendos e equivalências patrimoniais, no período de 30/06/2004 a 31/12/2010	
Obrigações sociais	3.397	1.662	102.982	34.337	Amortização do ágio sobre os investimentos no período de 30/06/2004 a 31/12/2010	
Impostos e contribuições a receber	13.351	7.653	38.874	52.412	Contabilização da reserva de reavaliação	
Provisão para impostos diferidos	(1.971)	(1.177)	(8.658)	(9.582)	Saldo em 31/12/2010	
Dividendos a pagar	-	-	166	60.627	Contabilização do impairment em 31/12/2010	
Adiantamentos de clientes	25	(361)	108.251	207	Saldo atual (Investimentos/Bens destinados a venda)	
Títulos a pagar	(792)	(614)	(4.213)	207	Desta forma, em 2010, conforme determinação da Lei nº 11.638/2007, a empresa efetuou o impairment do investimento e reclassificou o saldo contabilmente para a conta de bens destinados a vendas, passando este investimento a ser avaliado com base no valor justo ou custo contábil dos dois o menor, de acordo com o CPC 31.	
Outras contas a pagar	(5.492)	31.904	(29.803)	50.483	REESTRUTURAÇÃO	
	(40.160)	41.511	281.078	205.954	A Companhia vem evoluindo na efetivação de um rígido plano de reestruturação, que envolveu durante quase uma década a área de pesquisa e desenvolvimento, associações, redução e regularização de passivo fiscal, financeiro e trabalhista, relacionamento com mercado de capitais, e principalmente recuperação do nosso posicionamento no mercado de infraestrutura em que atuamos.	
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	124.502	(3.799)	300.419	(6.152)	Em 23 de abril de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções ("Inepar S.A.") controladora da Inepar Telecomunicações S.A. ("Inepar Telecom") veiculou comunicado ao mercado informando que havia aprovado a realização de estudos de viabilidade e conveniência para a implantação de plano de reorganização societária envolvendo a sua controlada Inepar S.A. - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. ("Inepar Projetos"), empresa essa que desenvolveu e indiretamente as mais diversas atividades nas áreas de infraestrutura, voltada ao setor de energia elétrica, óleo e gás, mineração e siderurgia e transporte ferroviário, consolidando uma valiosa imagem de qualidade e performance.	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					Neste contexto, a administração da Inepar S.A. considerava que, pelo fato da Inepar S.A. - Projetos não ser uma sociedade independente, o mercado não a valorizava de forma integral e real no escopo de avaliação dos ativos da controladora. Além disso, a indústria de infraestrutura mecânica e óleo e gás costuma ter múltiplos ciclos de negociação superiores, sendo que a eliminação da eventual contaminação e a concentração de ativos e passivos da Inepar S.A. - Projetos à infraestrutura mecânica e óleo e gás em uma entidade independente da controladora fortalecerá seus balanços e acesso a crédito.	
Dividendos recebidos de coligadas	(874)	-	7.822	63.669	Por essas razões, foi proposta a segregação do segmento de infraestrutura e óleo e gás da Inepar S.A. na Inepar Telecom, por meio da aquisição da totalidade de ações da Inepar S.A. - Projetos pela Inepar Telecom, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes, por meio do qual a Inepar S.A. e a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. se comprometeram a alienar à Inepar Telecom a totalidade de suas participações detidas na Inepar S.A. - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. ("Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar S.A. - Projetos"), bem como o seu objeto social para incluir atividades relacionadas ao setor de óleo e gás, e de infraestrutura e projetos.	
Aquisições de novos investimentos	-	(229.761)	1.015	(38.018)	Toda a operação está em linha com os comunicados feitos nos dias 23 de abril de 2013, 3 de dezembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, e fato relevante publicado no dia 11 de fevereiro de 2014.	
Baixas de investimentos	-	-	-	765.7	Com referência ao equacionamento das nossas dívidas tributárias, a INEPAR e suas controladas e coligadas foram incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses, bem como através da Lei nº 12.865 de 9 de outubro de 2013 que reabriu os prazos estipulados pela Lei nº 11.941 - Novo Refis.	
Ganho sobre participações	-	-	(662)	(85.211)	Neste sentido, estamos concluindo, no primeiro semestre de 2014, nossa reestruturação fiscal que trará ganhos significativos nas atividades operacionais e na regularidade fiscal.	
Títulos e Valores Mobiliários	(43.649)	519.399	9.328	83.211	Este trabalho Divida sendo realizado por profissionais especializados para a revisão de todos os seus débitos e de suas coligadas incluídos no parcelamento do Refis.	
Aquisições imobilizadas e intangíveis	(159)	(448)	(124.181)	(25.843)	Em complemento às nossas negociações em curso com o BNDES, destacamos o avançado estágio dos entendimentos para conversão da dívida em participação nas nossas empresas operacionais, em consonância com os objetivos destacados nos comunicados ao Mercado relativos à reestruturação organizacional.	
Ágio na aquisição de investimentos	-	(391.513)	-	(5.569)	Em 04 de julho de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções comunicou aos seus acionistas e ao mercado	
Operações de mútuos com empresas ligadas	(36.054)	(10.333)	(54.387)	(5.569)		
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(80.736)	(112.655)	(161.065)	76.665		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(22.118)		
Captação de financiamentos e empréstimos	-	21.354	279.732	543.041		
Estorno de pagamento de empréstimos	2.033	-	-	-		
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(103.444)	(48.466)	(432.152)	(544.424)		
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(543)	(13.308)	(45.612)	(57.392)		
Operações de mútuos com empresas ligadas	90.030	132.203	80.800	(34.839)		
Debêntures	(33.622)	56.164	-	-		
Pagamento de dissidentes	-	(8.303)	-	(8.303)		
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(45.546)	139.644	(117.232)	(124.035)		
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(1.780)	23.190	22.122	(53.522)		
Saldo inicial do caixa e equivalentes	36.244	13.054	74.910	128.432		
Saldo final do caixa e equivalentes	34.464	36.244	97.032	74.910		
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(1.780)	23.190	22.122	(53.522)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 3530035-9/23. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 - Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas, transporte ferroviário e metrô; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação acionista e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

ATENDEMENTO AO OFÍCIO CVM

Em 23 de setembro de 2013, a Companhia recebeu o Ofício/CVM/SEP/GEA-1 Nº 534/2013, datado de 18 de setembro de 2013, por meio do qual era informada do indeferimento dos pedidos de reconsideração formulados, no âmbito dos Processos CVM nºs RJ/10849 e RJ/10850, respectivamente, pela Inepar Energia S.A. (empresa incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções em 2011) e pela Inepar S.A. Indústria e Construções, acerca dos ajustes a serem feitos nas rubricas de contas a receber, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

O Ofício determinou que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31.12.2012 fossem republicadas com os referidos ajustes bem como representadas nas Informações Trimestrais - ITRs posteriores a essa data.

A Companhia esclarece que, tendo em vista ter recebido o referido Ofício no final do 3º trimestre de 2013, dada



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/ME nº 76.627.504/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em geral que, através da sua controlada Companhia Brasileira de Diques, concluiu em 17.07.2013 a venda da totalidade das ações representativas do capital da empresa Eric Brazilian Intermodal Complex S.A. (BRICLOG), operação intermediada pela PortBank Consultoria e Serviços Financeiros Ltda. Em 17 de Outubro de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções comunicou ao mercado que concluiu com sucesso a estruturação financeira da Companhia Brasileira de Diques (CBDI), através da securitização de parte dos recebíveis com a Petróleo Brasileira S.A. (PETROBRAS), decorrentes do Contrato de Arrendamento do Estaleiro Inhama, intermediado pela RB Capital Securitizadora S.A., por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constam das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compiladas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2013	31/12/2012
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	74,60	74,60
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.042/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vencíveis ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente de operação em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis que a Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; no último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária).

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é mercantilmente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Uma parte do custo de desenvolvimento é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 "Impairment" de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofrem perdas por "impairment".

Esses testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado quando devido, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

As despesas fiscais do período compreendem os lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágio de execução dos projetos e com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NFC) número 17 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda;

(iv) pelo método de percentagem de conclusão, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado quando se relaciona - CPC 17.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas e no registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- o uso do valor residual dos ativos mobilizados e intangíveis;
- "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010 e substitui a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir do 1º de janeiro de 2015.

NOTA 4 - REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, que estão identificadas com a nomenclatura "Reapresentado". Esses ajustes e reclassificações impactaram os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, o resultado do exercício de 2012 e o resultado acumulado em 31 de dezembro de 2012.

4.1 Consolidação e investimentos em coligadas

A Deliberação CVM nº 698/13 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, equivalente ao IFRS 10, e a Deliberação CVM nº 694/12 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, cujas políticas contábeis são descritas à seguir:

O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigiram que a Administração exercesse julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27.

O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

c) Disponíveis para venda: Os títulos e valores mobiliários (FIDC), são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício.

d) Derivativos: A Companhia não mantém operações em derivativos. Existem contratos com instrumentos derivativos na sociedade controlada indiretamente IESA Óleo & Gás, denominados "Contratos de Swap de Fluxo de Caixa", e operações com derivativos na sociedade controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar para proteção de riscos relativos a moedas estrangeiras. Todos os ganhos ou perdas decorrentes destes instrumentos financeiros derivativos estão registrados no resultado financeiro como componente das receitas e despesas financeiras.

e) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.

f) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

g) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

*** Risco de crédito**
A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimento, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

*** Riscos de taxas de juros**
O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

*** Riscos de taxa de câmbio**
A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

*** Risco de liquidez**
A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com

liquidez imediata.

*** Gestão de risco de capital**
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Exposição Cambial
A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Consolidado IIC
Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	31/12/2013	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	24.278	22.539	30.357	36.428
Exposição Líquida - R\$ Mil	24.278	22.539	30.357	36.428
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.367	10.367	10.367	10.367
Taxa Dólar	2,34	2,17	2,93	3,51

Variação Cambial
A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro "Análise de Sensibilidade de Exposição Cambial".

Exposição a Juros
A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria
Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
						Circulante	Não Circulante		
Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes (a)	17.966	18.278	-	-	36.244	Fornecedores (g)	7.827	7.827	
Contas a receber (b)	-	11.704	-	-	11.704	Empréstimos e Financ. (h)	551.761	551.761	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	56.058	-	56.058	Debêntures (i)	43.497	43.497	
Títulos valores mobiliários (d)	-	7.471	-	-	7.471	Títulos a pagar (j)	24.200	24.200	
Títulos a receber (e)	-	16.688	-	-	16.688	Outras contas a pagar (k)	27.556	27.556	
Outros créditos (f)	-	-	-	3.409	3.409				
Total Circulante	17.966	54.141	56.058	3.409	131.574	Total Circulante	654.841	654.841	
Não Circulante						Não Circulante			
Contas a receber (b)	-	29.309	-	-	29.309	Empréstimos e Financ. (h)	227.545	227.545	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	28.029	-	28.029	Debêntures (i)	68.074	68.074	
Títulos valores mobiliários (d)	-	74.708	-	-	74.708	Títulos a pagar (j)	141.595	141.595	
Títulos a receber (e)	-	33.150	-	-	33.150	Outras contas a pagar (k)	1.235	1.235	
Outros créditos (f)	-	137.167	28.029	-	165.196	Total Não Circulante	438.449	438.449	
Total Não Circulante	17.966	191.309	84.087	3.409	296.772	TOTAL GERAL	1.093.290	1.093.290	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
						Circulante	Não Circulante		
Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes (a)	17.939	16.525	-	-	34.464	Fornecedores (g)	18.478	18.478	
Contas a receber (b)	-	11.029	-	-	11.029	Empréstimos e Financ. (h)	590.484	590.484	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	110.001	-	110.001	Debêntures (i)	28.343	28.343	
Títulos e valores mobiliários (d)	-	8.601	-	-	8.601	Títulos a pagar (j)	24.569	24.569	
Títulos a receber (e)	-	17.580	-	-	17.580	Outras contas a pagar (k)	28.536	28.536	
Outros créditos (f)	-	-	-	20.694	20.694				
Total Circulante	17.939	53.735	110.001	20.694	202.369	Total Circulante	680.410	680.410	
Não Circulante						Não Circulante			
Contas a receber (b)	-	26.353	-	-	26.353	Empréstimos e Financ. (h)	185.464	185.464	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	22.000	-	22.000	Debêntures (i)	66.532	66.532	
Títulos e valores mobiliários (d)	-	18.941	-	-	18.941	Títulos a pagar (j)	140.434	140.434	
Títulos a receber (e)	-	37.869	-	-	37.869	Outras contas a pagar (k)	15.665	15.665	
Outros créditos (f)	-	83.163	22.000	-	105.163	Total Não Circulante	408.095	408.095	
Total Não Circulante	17.939	136.899	132.001	20.694	307.532	TOTAL GERAL	1.088.505	1.088.505	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
						Circulante	Não Circulante		
Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes (a)	40.201	34.709	-	-	74.910	Fornecedores (g)	79.604	79.604	
Contas a receber (b)	-	377.263	-	-	377.263	Empréstimo e Financ. (h)	765.918	765.918	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	86.149	-	86.149	Debêntures (i)	104.199	104.199	
Títulos valores mobiliários (d)	-	7.608	-	-	7.608	Títulos a pagar (j)	30.361	30.361	
Títulos a receber (e)	-	51.143	-	-	51.143	Outras contas a pagar (k)	75.926	75.926	
Outros créditos (f)	-	-	-	88.669	88.669				
Total Circulante	40.201	470.723	86.149	88.669	685.742	Total Circulante	1.056.008	1.056.008	
Não Circulante						Não Circulante			
Contas a receber (a)	-	29.309	-	-	29.309	Empréstimos e Financ. (h)	346.891	346.891	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	43.074	-	43.074	Debêntures (i)	202.449	202.449	
Títulos valores mobiliários (d)	-	-	-	94.189	94.189	Títulos a pagar (j)	63.589	63.589	
Títulos a receber (e)	-	44.774	-	-	44.774	Outras contas a pagar (k)	27.690	27.690	
Outros créditos (f)	-	74.083	43.074	94.189	211.346	Total Não Circulante	640.619	640.619	
Total Não Circulante	40.201	544.806	129.223	182.858	897.088	TOTAL GERAL	1.696.627	1.696.627	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
						Circulante	Não Circulante		
Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes (a)	40.095	56.937	-	-	97.032	Fornecedores (g)	153.093	153.093	
Contas a receber (b)	-	306.162	-	-	306.162	Empréstimos e Financ. (h)	844.448	844.448	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	110.001	-	110.001	Debêntures (i)	70.785	70.785	
Títulos e valores mobiliários (d)	-	8.691	-	-	8.691	Títulos a pagar (j)	27.601	27.601	
Títulos a receber (e)	-	55.026	-	-	55.026	Outras contas a pagar (k)	50.435	50.435	
Outros créditos (f)	-	-	-	155.005	155.005				
Total Circulante	40.095	426.816	110.001	155.005	731.917	Total Circulante	1.146.362	1.146.362	
Não Circulante						Não Circulante			
Contas a receber (b)	-	26.353	-	-	26.353	Empréstimos e Financ. (h)	280.433	280.433	
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	22.000	-	22.000	Debêntures (i)	207.862	207.862	
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	-	83.963	83.963	Títulos a pagar (j)	62.136	62.136	
Títulos a receber (e)	-	49.699	-	-	49.699	Outras contas a pagar (k)	31.179	31.179	
Outros créditos (f)	-	76.052	22.000	68	104.112	Total Não Circulante	581.610	581.610	
Total Não Circulante	40.095	502.868	132.001	239.036	914.000	TOTAL GERAL	1.727.972	1.727.972	

(a) Caixa e equivalentes de caixa
As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber
As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

(c) Títulos e Valores Mobiliários - FIDC
Referem-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, descritas na nota explicativa nº 8, que a Companhia mantém classificado como disponível para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referentes ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

(d) Títulos e Valores Mobiliários
Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibratêm Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens "b" e "c".

(e) Títulos a receber
Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos
Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/ Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e a pagamentos efetuados pela Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. por conta e ordem da Sadelem aos fornecedores dos projetos em que a Andritz tinha a Sadelem como consorciada ou parceira

estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços e valores relativos da IESA - Projetos pela Andritz Hydro Inepar S.A., por conta de débitos devidos pela Companhia Sadelem Equipamentos e Montagens S.A.

(g) Fornecedores
São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) Debêntures
O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(j) Títulos a pagar
São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP-M.

(k) Outras contas a pagar
Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bancos Conta Movimento	17.939	18.278	40.095	34.709
Aplicação Financeira	16.525	17.966	56.937	40.201
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	34.464	36.244	97.032	74.910

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDB's remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

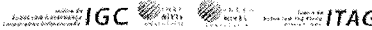
inepar		INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES		Companhia Brasileira de Diques S.A.					
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
TIISA - TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S.A.		Consolidado		Consolidado					
Participação no capital em %	50%	100%	50%	100%					
Ativo	133.748	267.496	370.890	741.777					
Circulante	34.313	68.626	38.513	77.025					
Realizável a Longo Prazo	51.166	102.332	4.155	8.309					
Permanente	48.269	96.538	328.222	656.443					
Passivo	133.748	267.496	370.890	741.777					
Circulante	22.212	44.425	38.117	76.233					
Exigível a Longo Prazo	19.445	38.890	156.894	313.787					
Patrimônio Líquido	92.091	184.181	175.878	351.757					
Demonstração de Resultado	50%	100%	Demonstração de Resultado						
Receita Operacional Bruta	150.242	300.483	65.927	131.853					
Deduções de Vendas	(11.892)	(23.784)	(2.477)	(4.954)					
Receita Líquida	138.350	276.699	63.450	126.899					
Custo dos Bens e Serviços	(113.327)	(226.654)	-	-					
Resultado Bruto	25.023	50.045	63.450	126.899					
Receitas/Despesas Operacionais	(5.867)	(11.734)	(59.392)	(118.784)					
Resultado Operacional	19.156	38.311	4.058	8.115					
Outras Receitas/Despesas	(28)	(56)	(30.338)	(60.675)					
Resultado antes da Tributação	19.128	38.255	(26.280)	(52.560)					
Provisão para I. Renda e C.Social	(5.691)	(11.382)	2.747	5.494					
Participação de Funcionários	(410)	(819)	-	-					
Lucro Líquido do Exercício	13.027	26.054	-	-					
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.			(23.533)	(47.066)					
Consolidado		Consolidado		Consolidado					
Participação no capital em %	50%	100%	50%	100%					
Ativo	233.710	467.421	233.710	467.421					
Circulante	150.843	301.686	99.178	198.355					
Realizável a Longo Prazo	48.141	96.284	102.868	205.736					
Permanente	34.726	69.451	31.664	63.330					
Passivo	233.710	467.421	233.710	467.421					
Circulante	99.178	198.355	99.178	198.355					
Exigível a Longo Prazo	102.868	205.736	102.868	205.736					
Patrimônio Líquido	31.664	63.330	31.664	63.330					
Demonstração de Resultado	50%	100%	Demonstração de Resultado						
Receita Operacional Bruta	168.898	337.795	168.898	337.795					
Deduções de Vendas	(2.537)	(5.074)	(2.537)	(5.074)					
Receita Líquida	166.361	332.722	166.361	332.722					
Custo dos Bens e Serviços	(164.736)	(329.471)	(164.736)	(329.471)					
Resultado Bruto	1.626	3.251	1.626	3.251					
Receitas/Despesas Operacionais	(18.762)	(37.523)	(18.762)	(37.523)					
Resultado Operacional	(17.136)	(34.272)	(17.136)	(34.272)					
Outras Receitas/Despesas	-	-	-	-					
Resultado antes da Tributação	(17.136)	(34.272)	(17.136)	(34.272)					
Provisão para I. Renda e C. Social	(18.050)	(36.100)	(18.050)	(36.100)					
Prejuízo Líquido do Exercício	(35.186)	(70.372)	(35.186)	(70.372)					
NOTA 15 - IMOBILIZADO									
Controladora									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%		
Em 31 de Dezembro de 2012									
Custo	20.129	206.097	25.265	2.419	12	8.499	5.007	3.989	271.417
Depreciação acumulada	-	(70.311)	(23.361)	(2.404)	(12)	(7.041)	(4.967)	(1.767)	(109.863)
Valor contábil líquido	20.129	135.786	1.904	15	-	1.458	40	2.222	161.554
Adições	-	-	-	21	-	138	-	-	159
Baixas	-	(3.336)	(156)	-	-	-	-	-	(3.492)
Depreciação	-	(6.542)	(214)	(8)	-	(239)	(22)	-	(7.045)
Baixas da Depreciação	-	624	150	-	-	-	-	-	774
Saldo Final	20.129	126.512	1.694	28	-	1.357	18	2.222	151.950
Em 31 de Dezembro de 2013									
Custo	20.129	202.761	25.109	2.440	12	8.637	5.007	3.989	268.084
Depreciação Acumulada	-	(76.249)	(23.425)	(2.412)	(12)	(7.280)	(4.989)	(1.767)	(116.134)
Valor contábil líquido	20.129	126.512	1.684	28	-	1.357	18	2.222	151.950
Consolidado									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2012									
REAPRESENTADO									
Custo	22.941	217.109	234.119	8.489	2.161	12.523	19.808	7.494	524.644
Depreciação Acumulada	-	(73.573)	(94.920)	(6.783)	(1.611)	(8.331)	(10.987)	(1.767)	(197.972)
Valor contábil líquido	22.941	143.536	139.199	1.706	550	4.192	8.821	5.727	326.672
Adições	-	1.839	19.962	1.378	-	292	2.502	72.601	97.574
Baixas	-	(3.336)	(10.398)	(91)	-	(137)	-	-	(13.968)
Depreciação	-	(6.983)	(9.895)	(336)	-	(448)	(1.584)	-	(19.246)
Baixas da Depreciação	-	624	5.542	49	-	-	125	-	6.341
Saldo Final	22.941	135.680	143.410	2.706	550	4.030	9.728	78.328	397.373
Em 31 de Dezembro de 2013									
Custo	22.941	215.612	242.683	9.776	2.161	12.909	22.173	80.095	608.250
Depreciação Acumulada	-	(79.932)	(99.273)	(7.070)	(1.611)	(8.779)	(12.445)	(1.767)	(210.877)
Valor contábil líquido	22.941	135.680	143.410	2.706	550	4.030	9.728	78.328	397.373
A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.									
Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.									
Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida e imobilizado, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment".									
Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação									
A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.									
<ul style="list-style-type: none"> • Política de renovação dos ativos; • Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; • Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial; • Especificações técnicas; • Conservação dos bens; • Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos. 									
Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.									
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.									
Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.									
NOTA 16 - INTANGÍVEL									
CONTROLADORA									
		Patentes	Investimentos	Ágio sobre		Programas de		Total	
		20%	0%	Ágio sobre		Programas de		Total	
Em 31 de Dezembro de 2012				Ágio sobre		Programas de		Total	
Custo	247	391.513	391.760	Ágio sobre		Programas de		Total	
Amortização acumulada	(247)	-	(242)	Ágio sobre		Programas de		Total	
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513	Ágio sobre		Programas de		Total	
Saldo Final	-	391.513	391.513	Ágio sobre		Programas de		Total	
Em 31 de Dezembro de 2013				Ágio sobre		Programas de		Total	
Custo	247	391.513	391.760	Ágio sobre		Programas de		Total	
Amortização acumulada	(247)	-	(242)	Ágio sobre		Programas de		Total	
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513	Ágio sobre		Programas de		Total	
CONSOLIDADO									
		Patentes	Investimentos	Ágio sobre		Programas de		Total	
		20%	0%	Ágio sobre		Programas de		Total	
Em 31 de Dezembro de 2012				Ágio sobre		Programas de		Total	
Custo	247	391.513	391.760	Ágio sobre		Programas de		Total	
Amortização acumulada	(247)	-	(242)	Ágio sobre		Programas de		Total	
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513	Ágio sobre		Programas de		Total	
Adições	-	625	9.928	Ágio sobre		Programas de		Total	
Amortização	-	5.000	21.609	Ágio sobre		Programas de		Total	
Saldo Final	-	5.000	(88)	Ágio sobre		Programas de		Total	
Em 31 de Dezembro 2013				Ágio sobre		Programas de		Total	
Custo	247	391.513	391.760	Ágio sobre		Programas de		Total	
Amortização Acumulada	(247)	-	(242)	Ágio sobre		Programas de		Total	
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513	Ágio sobre		Programas de		Total	
O valor de R\$ 33.972, lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, refere-se a compra da participação, em 2011, na TIISA - Triunfo Iesa Infraestruturas S.A., pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. No exercício de 2013, foi feito trabalho para alocação do preço de compra pago na aquisição da TIISA, que identificou que o ágio pago devia-se integralmente à expectativa de rentabilidade futura. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a TIISA não será mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio na aquisição continuará sendo integralmente demonstrado no intangível.									
O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se a compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a CBD não será mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio será integralmente classificado e apresentado no intangível.									
A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores a o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.									
Em 25 de março de 2014, foi realizado pela empresa M&CA Consultores de Empresas, laudo de avaliação econômico financeira, constatando-se que o investimento permanece com o mesmo valor de mercado.									



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/MF nº 76.927.504/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTA 17 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamento de Câmbio	VC + 5,625% a.a.	ACC	-	-	-	2.888
Adiantamento de Câmbio	Libor Trimestral + VC + 8,25% a.a.	ACC	-	-	11.890	10.442
Arrendamentos Financeiros	100% CDI	Alienação Fiduciária	-	-	6.682	644
Arrendamentos Financeiros	12,3710% a.a.	Próprio bem	-	-	16	27
Ativo Permanente	1,6% e 1,88% a.m.	Alienação Fiduciária	-	-	3.165	1.004
Ativo Permanente	TJLP 10,5% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	5.753	5.137	6.752	5.137
Ativo Permanente	CDI + 0,20% a.m. à 0,8% a.m.	Nota Promissória/Receíveis	-	-	-	251
Ativo Permanente	CDI + 15,6314% a.a.	Alienação Fiduciária	-	-	-	16
Ativo Permanente	IGPM 4% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	707	362	177.298	362
Ativo Permanente	TJLP 2% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	11.835	9.291	30.581	9.291
Ativo Permanente	TJLP 0,34% a.m. à 0,95% a.m.	Caução ações	375.760	346.450	380.395	346.450
Capital de Giro	150% do CDI	Nota Promissória/Receíveis	14.691	8.029	14.691	8.029
Capital de Giro	CDI + 0,200% a.m. à 1,361% a.m.	Nota Promissória/Receíveis	60.150	49.925	60.150	205.097
Capital de Giro	CDI + 0,200% a.m. à 2,5% a.m.	Avalista	-	-	-	52
Capital de Giro	CDI + 0,4074% a.m. à 0,75% a.m.	Alienação Fiduciária	-	-	3.564	9.889
Capital de Giro	CDI + 8,7311% a.a. à 8,750% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	-	-	39.513	21.906
Capital de Giro	1,29% a.m. à 4,03% a.m.	Nota Promissória/Receíveis	-	-	-	1.405
Capital de Giro	GARANTIDA	Receíveis	-	-	-	4.279
Capital de Giro	IPCA 0,84% a.m.	Nota Promissória/Receíveis	15.253	8.348	15.253	8.348
Capital de Giro	IPCA 12% a.a.	Receíveis	43.619	23.223	43.619	23.223
Capital de Giro	TJLP 0,9864% a.m.	Nota Promissória/Receíveis	18.047	13.962	18.047	13.962
Capital de Giro	TJLP 0,3274% a.m.	Alienação Fiduciária	-	-	-	5.103
Capital de Giro	US\$ 12% a.a. à 13% a.a.	Form Note	-	-	6.523	6.523
Capital de Giro	Libor Semestral US\$ 1% a.a.	Seguro de crédito	-	-	-	1.871
Capital de Giro	US\$ 9,90% a.a.	Form Note	-	-	67.040	67.040
Capital de Giro	TJLP 2,5% a.a.	Nota Promissória/Receíveis	35.362	15.549	35.362	15.548

Custos com trans. Financeiras (693) (2.078) (2.598) (2.884)

Total Circulante 580.484 551.761 844.448 765.918

Total Não Circulante

Por Data de Vencimento

Em renegociação 508.466 506.619 538.029 506.619

Em até 12 meses 72.018 45.142 306.419 259.298

De 1 a 2 anos 11.532 43.946 95.890 157.501

De 2 a 3 anos 11.163 9.679 17.657 13.928

De 3 a 4 anos 20.903 11.157 24.418 12.676

De 4 a 5 anos 25.140 20.898 25.742 20.923

Acima de 5 anos 116.726 141.865 116.726 141.865

Total de Empréstimos e Financiamentos 765.948 779.306 1.124.881 1.112.810

Por Tipo de Moeda

Reais - R\$ 765.948 705.743 1.000.603 1.016.144

Dólar Norte-Americano - US\$ - 73.563 24.278 96.666

Total de Empréstimos e Financiamentos 765.948 779.306 1.124.881 1.112.810

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,34 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2,04 em 31 de dezembro 2012).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

Os financiamentos e empréstimos vendidos encontram-se em processo de renegociação visando a redução dos encargos financeiros.

A Companhia está pleiteando em ação judicial contra alguns bancos credores, a revisão de taxas contratuais, afastando-se cláusulas abusivas e cobranças ilegais. Os registros contábeis destes contratos foram ajustados para refletir as condições contratuais pleiteadas nas ações judiciais, sendo a diferença em relação aos valores pretendidos pelos bancos credores, reclassificada para provisão para contingências.

17.1 - Reestruturação da Dívida BNDES

Em decorrência de propostas enviadas e discutidas com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para reestruturação e equacionamento do passivo financeiro e em virtude do sucesso de negociações já concluídas como as de "put option", do refinanciamento das debêntures da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.; e, da liquidação das debêntures da sociedade incorporada Inepar Ineparmat S.A.,

todas com desajustes de multa e mora, a Companhia, usando o mesmo critério das negociações já concluídas procedeu um ajuste nos cálculos de correção no contrato de financiamento de aquisição da participação acionária na Companhia Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. A Companhia espera concluir toda a negociação no decorrer do exercício de 2014.

NOTA 18 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/CONSOLIDADO)

Emissão	Empresa	Saldo		Variação Monetária	Saldo
		31/12/2013	31/12/2012		
2º	Inepar S.A. Indústria e Construções	23.678	(27.780)	-	4.102
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.307	(2.324)	-	17
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.229	(1.406)	-	177
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	84.357	-	-	10.518
1ª	Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	111.571	(31.510)	-	14.814
1ª	IESA Óleo & Gás	168.463	-	-	15.309
		26.614	(26.614)	-	183.772
	Saldo Consolidado	306.648	(58.124)	-	30.123

Na Controladora

Segunda emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 4ª AGE de 9 de fevereiro de 1996 aprovou a emissão de 35.000 debêntures de série única, resgatáveis por permutáveis por ações da Companhia Inepar Telecomunicações S.A., totalizando o montante de R\$ 35.000. Esta emissão foi registrada na CVM com nº SEP/GER/DEB-96/25 em 14 de março de 1996. As debêntures foram totalmente integralizadas, 19.784 foram permutadas por ações da Inepar Telecomunicações S.A. e 9.362 foram resgatadas. Em 23 de julho de 2010, conforme ata da 27ª Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a integralização do capital social através da utilização dos créditos provenientes das debêntures da segunda emissão. Desta forma, foram integralizados em ações créditos equivalentes a 1.838 debêntures. Em 22 de agosto de 2012, a Inepar, através de acordo com parte de debenturistas efetuou pagamento de R\$ 23.886 milhões, encerrando-se desta forma o processo judicial mantido pelos mesmos, restando ainda 1.929 debêntures. Em dezembro de 2013, o saldo devedor foi liquidado com a Controladora Inepar Administração através de Instrumento Particular de Cessão de Crédito, liquidando assim o saldo devedor em 31/12/2013. Em 31/12/2012 o saldo devedor era de R\$ 23.678.

Critério de Remuneração e Vencimento

O saldo devedor continua sendo corrigido pelo índice fixo de 9% a.a., acrescido de juros de 11% a.a. base 360 dias.

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 46ª AGE de 29 de dezembro de 1996 aprovou a emissão de 25.000 debêntures, sendo 20.000 da 1ª série, não conversíveis em ações, e 5.000 da 2ª série, conversível em ações preferenciais nominativas. Foram registradas na CVM sob nº SEP/GER/DEB-96/173 para a 1ª série e SEP/GER/DEB-96/202 para a 2ª série em 20 de dezembro de 1996. As debêntures foram totalmente integralizadas, sendo que 4.750 debêntures da 1ª série e 87 debêntures da 2ª série foram resgatadas e 3.168 debêntures da 2ª série foram convertidas em ações preferenciais nominativas da Inepar, restando 16.995 debêntures, onde 5.030 debêntures da 1ª série e 575 debêntures da 2ª série, que estavam em poder da controlada Inepar Emergia S.A., foram vendidas em 06 de abril de 2010, para a empresa Galileas Partners I FIA. Em 23 de julho de 2010, conforme ata da 27ª Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a integralização do capital social através da utilização dos créditos provenientes das debêntures da terceira emissão. Desta forma, foram integralizados em ações créditos equivalentes a 16.495 debêntures, sendo 15.250 debêntures da 1ª série e 1.245 debêntures da 2ª série, restando ainda 500 debêntures da 2ª série. Em dezembro de 2013, o saldo devedor foi liquidado com a Controladora Inepar Administração através de Instrumento Particular de Cessão de Crédito, liquidando assim o saldo devedor em 31/12/2013. Em 31/12/2012 o saldo devedor era de R\$ 23.678.

Critério de Remuneração e Vencimento

Conforme Ata da 8ª Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures de 14 de maio de 2010 e sua continuação de 02 de junho de 2010, foi aprovada a proposta de repactuação e alteração das condições de pagamento do saldo devedor das debêntures, tendo o saldo devedor de ambas as séries atualizados até a data de 1º de outubro de 2010, nos termos do "Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures da Inepar S.A. Indústria e Construções", ou seja, por (IGPM + 11% a.a. (juros compostos)). Após essa data, o saldo devedor será amortizado em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, a primeira com vencimento para 1º de outubro de 2010, sendo que a última para 1º de outubro de 2020, todas atualizadas mensalmente pela variação da TR - Taxa Referencial, acrescido de juros remuneratórios de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a.a.

Quarta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 5ª AGE, de 12 de janeiro de 2001, aprovou a emissão de 270.000 debêntures, sendo 135.000 da 1ª série, conversíveis em ações ordinárias e 135.000 da 2ª série, conversíveis em ações preferenciais, as quais registradas na CVM sob nº SEP/CVM/DC/2001/002 em 23 de abril de 2001. Foram subscritas 15.810 debêntures da 1ª série e 14.204 da 2ª série, totalizando 30.014 debêntures. A Inepar, em 12 de novembro de 2005, com a consequente emissão de 11.204,514 (onze mil e duzentos e quatro mil, seiscentas e quatorze) ações ordinárias.

Critério de Remuneração e Vencimento

De acordo com a Ata da 11ª Assembleia Geral de debenturistas realizada em 03 de maio de 2010, foram aprovadas as alterações das condições e características das debêntures da 4ª emissão a seguir discriminadas:

Prorrogação e reprogramação do prazo de pagamento da amortização programada das debêntures da 4ª emissão, passando de duas para uma parcela, com vencimento em 02/05/2011.

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 90ª AGE de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 totalizando o montante de R\$ 150.000,00. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e correspondentes a um período de 12 meses contados da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 28/03/2013), conforme abaixo:

(i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;

(ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A.;

(iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e

(iv) fiança em favor da Inepar, em nome de seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A., pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e pela IESA Óleo & Gás S.A., as quais se obrigaram solidariamente à Companhia como fadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos os quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus a remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 28/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços no Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual de ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18ª AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarentis e oito) meses contados da data de emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais da amortização programada serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Não haverá resgate antecipado total ou parcial.

Em 31/12/2013 apresentava o saldo de R\$ 183.772 (RS 168.463 em 31/12/2012).

No Consolidado

Primeira emissão Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (subsidiária integral)

Em novembro de 1998, foram emitidas e totalmente subscritas 48.571 debêntures de série única, conversíveis em ações preferenciais, com garantia fluante, no montante de R\$ 36.810.

A emissão das debêntures foi aprovada nas 4ª e 5ª AGE de 19 de agosto e de 09 de outubro de 1998, respectivamente, registrada na CVM sob o nº SEP/GER-2DCA-98/043, em 19 de novembro de 1998.

Ativadas pela Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, a Inepar Equipamentos aprovou o rescaldo dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidas de juros de 4% a.a. acima da TJLP.

Em 31/12/2013 apresentava o saldo de R\$ 183.772 (RS 168.463 em 31/12/2012).



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS




b) Reserva de Reavaliação
Ativos Próprios - constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.
Sociedades Controladas e Coligadas - composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.
A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.
A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

c) Destinação Lucro
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO
O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Numerador	31/12/2013		31/12/2012	
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia				
Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(119.168)		(92.824)	
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(68.450)		(53.319)	
	(187.618)		(146.143)	
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136		63.136	
Quantidade de ações ordinárias emitidas	39.892		39.892	
Total	103.028		103.028	
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(1.887)		(1.470)	
Ação ordinária	(1.716)		(1.337)	

NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas Mercado Interno	49.809	36.037	914.452	1.194.695
Vendas Mercado Externo	-	-	237.925	122.092
(-) Devoluções e Abatimentos	(939)	-	(8.100)	(5.107)
(-) Impostos sobre as Vendas	(4.633)	(3.333)	(75.213)	(105.815)
Receita de Vendas	44.237	32.704	1.069.064	1.205.865

NOTA 29 - FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas Financeiras				
Juros s/Impostos e contribuições	(10.550)	(12.785)	(32.671)	(39.323)
Juros/Despesas bancárias	(96.559)	(97.690)	(200.746)	(198.538)
Fianças bancárias	(249)	(291)	(249)	(114)
Variações monetárias passiva	(21.371)	(19.986)	(22.853)	(21.232)
Atualizações de débitos passivos	(9.076)	(8.483)	(1.521)	(1.617)
Outras despesas financeiras	(4.377)	(1.187)	(18.208)	(9.233)
Variações cambiais	(20.282)	(14.657)	(30.606)	(20.685)
	(163.064)	(155.079)	(306.934)	(306.738)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	5.037	1.126	11.180	21.598
Receitas atualização de débitos	2.173	9.991	6.506	9.991
Juros auferidos	953	1.384	976	1.617
Variações monetárias ativas	4.463	5.963	4.542	5.983
Atualizações de débitos ativos	11.475	7.477	15.284	15.333
Outras receitas financeiras	137.146	16.145	137.976	39.565
Variações cambiais	9.241	8.736	18.344	11.866
	170.488	50.842	194.808	105.953
	7.424	(104.237)	(112.126)	(200.785)

Estão incluídos nas despesas financeiras os valores referentes, principalmente a:
a) Atualização dos empréstimos e financiamentos;
b) Atualização das debêntures;
c) Atualização monetária dos impostos e contribuições vencidos, bem como sobre os valores dos impostos parcelados;
Os valores de receitas financeiras referem-se às atualizações sobre títulos e valores mobiliários, rendimento sobre aplicação financeira e descontos obtidos.

NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)
Os valores segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.
As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.
A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araçuaia-SP atualmente utilizada pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu "seguros performance", que garantem o ressarcimento de até R\$ 134.939 de eventuais multas contratuais. Principais coberturas/limites máximos de indenização válidas para todos os ativos da unidade de Araçuaia-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Máquinas, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	176.000	De 05/10/2012 a 05/10/2013

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 176.000

NOTA 31 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários	3.770	2.802	284.587	242.912
Gastos Previdenciários	1.436	1.205	79.213	84.543
Participação nos resultados	143	187	8.814	11.771
Total	5.349	4.194	372.614	339.226
Número de Empregados	95	42	6.012	4.744

NOTA 32 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO
Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para 2012 foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração Conselho	276	273	344	334
Remuneração de Diretores	2.051	1.927	13.364	12.564
Previdência Privada	-	-	302	-
Total	2.327	2.200	14.010	12.898

NOTA 33 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO
As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração & Constr. de		Comp. IESA Oleo & Gás	Total
	Ativos	Montagens		
Receita bruta total	237.429	52.617	22.207	843.712
Impostos/Deuções	(25.270)	(5.693)	(5.148)	(47.202)
Custos dos Produtos e Serviços	(194.080)	(19.730)	(12.449)	(691.048)
Margem Bruta	18.079	27.194	4.610	105.462

NOTA 34 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Clientes	38.325	167.109
AVP s/ Clientes	(38)	(14)
SALDO CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	38.327	167.095
Fornecedores	20.448	7.827
AVP s/ Fornecedores	(699)	(221)
Saldo de Fornecedores	19.750	7.606
Demonstração do Resultado		
Receita Bruta - Ajuste	(187.618)	(146.143)
Receita Bruta - Ajuste	(38)	(14)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	698	221
Receitas Financeiras		
AVP Clientes	36	14
Despesas Financeiras	(164)	(57)
AVP Fornecedores	(224)	(70)
Ajuste de Impostos Diferidos	(224)	(70)
Realização do Ajuste	44	51
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	(187.266)	(145.993)

DIRETORIA EXECUTIVA:
Cesar Romeu Fiedler - Diretor Presidente
Marco Antonio Bernardi - Diretor Adm.-Financeiro
Ricardo Woitowicz - Diretor Comercial
Dionísio Leles da Silva Filho - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Atilano de Oms Sobrinho - PRESIDENTE
Di Marco Pozzo - Valdir Lima Carreiro - Cesar Romeu Fiedler - Irajá Galliano Andrade - Jauneval de Oms - Carlos Alberto Del Claro Gloger

CONTADOR
Jair Malpica - CPF 667.583.768-53 - CRC-1SP1004170/0-6

PARER DO CONSELHO FISCAL

INDEPENDENTES S/S, datado de 28 de março de 2014, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos, ênfases e as referências apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 28 de março de 2014
Pedro Adolpho Luiz Calkreia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

divida junto ao BNDES. Considerando o sucesso na negociação de parte deste passivo, que excluiria a aplicação de multa e mora sobre os valores devidos, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 os efeitos da redução, no montante de R\$ 110.195 mil, de sua dívida relativa ao contrato de financiamento para aquisição de ativos, no âmbito das Centrais Elétricas Malgossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Considerando as condições estipuladas em contrato, o valor da redução registrada, atualizada até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 165.851 mil. Até o encerramento de nossos exames sobre as demonstrações contábeis da 31 de dezembro de 2013, não nos foi apresentada documentação que formalize a conclusão da negociação.

ii) Parcelamento especial - Lei nº 12.865/13
Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, amparada pela Lei de Parcelamento Especial (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou nova inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, dos quais R\$ 259.357 mil nas demonstrações individuais e R\$ 324.263 nas demonstrações contábeis consolidadas foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos incluídos no parcelamento original. Até o momento de emissão deste relatório de opinião, referida solicitação não havia sido lida deferida e homologada pela Receita Federal do Brasil, dessa forma não temos como concluir sobre a adequação da reversão de passivos efetuada.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inepar S.A. Indústria e Construções em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
i) Títulos e Valores Mobiliários - FIDC
Conforme descrito na nota explicativa nº 8, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2013 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no grupo do Ativo Circulante, saldos de R\$ 110.001 mil (R\$ 86.058 mil em 2012) e de R\$ 110.001 mil (R\$ 86.058 mil em 2012) nos grupos de Ativo Não Circulante, excetuando-se saldos de R\$ 22.000 mil (R\$ 22.029 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 22.000 mil (R\$ 43.074 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas, todos referentes a colas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC. Não foram comercializadas colas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar Indústria e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das colas é de 6 anos, em parcelas semestrais a partir de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente às colas subordinadas. Os direitos creditórios do referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objetos de discussão judicial os quais encontram-se

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções, identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB - e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para a opinião com ressalva
i) Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição - Centrais Elétricas Malgossenses S.A. - CEMAT
Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (R\$ 203.854 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos / Bens Destinados à Venda, Ativo Circulante, referente a participação de sua controlada Penta Participações e Investimentos Ltda, na Centrais Elétricas Malgossenses - CEMAT que, conforme deliberado pelo Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada à venda.
Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (R\$ 162.374 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente a ágio aplicado em investimento na Companhia Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais Elétricas Malgossenses S.A. - CEMAT. Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem, tampouco, sobre suas perspectivas de realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.

ii) Reestruturação de dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia vem negociando proposta de reestruturação de sua

Adrian Monge Jara Camille Curi José Higinio Buczenko Marcelo Alves Varejão

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	
CNPJ/MF nº 76.627.904/0001-06	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo desajuste de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como ao seu valor de realização. Consequentemente, poderão ter seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2013.</p>	
<p>ii) Reestruturação financeira As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. Assim, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando significativa diminuição no nível de avançamento, através da renegociação de prazos e condições de dívidas com instituições financeiras e da venda e realização de ativos, como os mencionados nas notas explicativas nºs 6 e 13. O êxito deste processo de reestruturação permitirá à Companhia fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro e realizar novos investimentos.</p>	
<p>iii) Evento subsequente - venda de participação em controlada Conforme descrito na nota explicativa nº 27, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 11 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação de 74,6% no capital social da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., à INEPAR Telecomunicações S.A., pelo valor de R\$ 451.541 mil, que, conforme Contrato de Compra e Venda, deverá ser utilizado para futuro aumento de capital pela Companhia na Inepar Telecomunicações S.A.</p>	
<p>iv) Integração de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreu ações ordinárias nominativas na controlada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integração ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.</p>	
<p>v) Processo arbitral com terceiros Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Empresa é parte de processo arbitral com terceiros relativo a contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em que foi condenada a ressarcir a proprietária da usina por multas contratuais. No entanto, em razão de uma série de vícios no processo arbitral, à Inepar S.A. Indústria e Construções impetrou ação judicial anulatória da sentença, obtendo decisão favorável na 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Em função da opinião de seus consultores jurídicos sobre o êxito na ação judicial, a Inepar não contabilizou provisão específica para esta demanda.</p>	
<p>vi) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar S.A. Indústria e Construções, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.</p>	
<p>Demonstrações do valor adicionado Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>	
<p>Outros assuntos a) Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012 originalmente apresentadas As demonstrações contábeis de exercício de 2012 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 27 de março de 2013, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:</p>	
<p>• Títulos da Dívida Pública Federal Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 23, a Inepar S.A. Indústria e Construções recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre Títulos da Dívida Pública Federal Externa no montante atualizado de R\$ 1.464.394 mil, sendo que parte foi registrada contra um passivo de mútuo a pagar no montante atualizado de R\$ 1.394.081 mil. A controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. recebeu de sua controladora nos exercícios de 2001, 2002 e 2003, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre Títulos da Dívida Pública Federal Externa no montante atualizado de R\$ 319.074 mil, sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 78.946 mil. A controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre Títulos da Dívida Pública Federal Externa nos montantes atualizados de R\$ 207.746 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 221.857 mil em suas demonstrações contábeis consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 77.406 mil. Está sendo pleiteado em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes Títulos na forma de crédito. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões sobre as ações judiciais que estão em curso. Nas demonstrações contábeis, em função da possibilidade de devolução dos Títulos recebidos através de mútuo para a controladora, caso não seja possível sua utilização, o montante atualizado, reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 70.313 mil (R\$ 238.277 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 454.893 mil (R\$ 858.595 mil em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas, registrados em Títulos e Valores Mobiliários, Ativo Não Circulante.</p>	
<p>A ressalva foi registrada em relação à baixa dos Títulos e representação das demonstrações contábeis de 2012 mencionada na nota explicativa nº 4.</p>	
<p>• Contas a Receber Pleitos Conforme descrito na nota explicativa nº 6, estão registrados em Contas a Receber de Clientes, Ativo Não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 155.405 mil (R\$ 107.587 mil em 2011) na controladora e de R\$ 202.517 mil (R\$ 158.794 mil em 2011) no consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos em curso. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2012 nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 29.915 mil já apresentamos decisão judicial favorável em instâncias iniciais.</p>	
<p>A ressalva foi resolvida mediante a baixa dos Títulos e representação das demonstrações contábeis de 2012 mencionada na nota explicativa nº 4.</p>	
<p>• Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (R\$ 203.854 mil em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos / Bens Destinados à Venda, Ativo Não Circulante, referente à participação em investimentos em Investimentos Ltda. e Investimentos em Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, que, conforme deliberação do Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada a venda. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (R\$ 162.374 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente à ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais</p>	
<p>Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem tampouco as perspectivas para sua realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.</p>	
<p>A ressalva permaneceu inalterada para 2013.</p>	
<p>• Reestruturação de dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Considerando o sucesso na negociação de parte deste passivo, que excluiria a aplicação de multa e mora sobre os valores devidos, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 o registro da redução no montante de R\$ 110.195 mil de sua dívida relativa ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Considerando as condições estipuladas em contrato, o valor da redução registrada, atualizada até 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 135.040 mil. Até o encerramento de nossos exames de auditoria sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, não nos foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES, que respaldem a conclusão da negociação e o registro da redução de dívida.</p>	
<p>A ressalva permaneceu inalterada para 2013.</p>	
<p>Ênfases • Títulos e Valores Mobiliários - FIDC Conforme descrito na nota explicativa nº 7, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2012 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no grupo do Ativo Circulante, saldos de R\$ 56.058 mil (R\$ 43.055 mil em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 86.149 mil (R\$ 66.165 mil em 2011) nas demonstrações consolidadas. Na mesma rubrica, no grupo do Ativo Não Circulante, encontram-se registrados saldos de R\$ 28.029 mil (R\$ 43.054 em 2011) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 43.074 mil (R\$ 66.164 em 2011) nas demonstrações contábeis consolidadas, todos referentes a cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC. Não foram comercializadas cotas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar Indústria e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das obrigações tributárias e previdenciárias é de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente às cotas subordinadas. Os direitos creditórios do referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objeto de discussão judicial os quais encontram-se registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo desajuste de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como ao seu valor de realização. Consequentemente, poderão ter seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2012.</p>	
<p>• Reestruturação de dívidas tributárias e previdenciárias Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a controlada indireta IESA - Óleo & Gás S.A. requereu parcelamento de débitos de INSS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL que estão em processo de consolidação perante as repartições fiscais. Os saldos cujos parcelamentos foram requeridos, no montante de R\$ 22.916 mil, estão classificados, nas demonstrações contábeis consolidadas, no passivo não circulante, embora tais processos de parcelamento ainda não tenham sido deferidos.</p>	
<p>• Integração de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreu ações ordinárias nominativas na controlada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integração ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.</p>	
<p>• Processo arbitral com terceiros Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo arbitral com terceiros relativo a contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em que foi condenada a ressarcir a proprietária da usina por multas contratuais. No entanto, em razão de uma série de vícios no processo arbitral, à Inepar S.A. Indústria e Construções impetrou ação judicial anulatória da sentença, obtendo decisão favorável na 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Em função da opinião de seus consultores jurídicos sobre o êxito na ação judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções não contabilizou provisão específica para esta demanda.</p>	
<p>• Reestruturação financeira As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas atividades. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando uma significativa diminuição no nível de avançamento, através da renegociação de prazos e condições de dívidas com instituições financeiras e de venda e realização de ativos. Dependendo do êxito destas negociações a Companhia poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional. Todavia, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.</p>	
<p>• Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar S.A. Indústria e Construções, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.</p>	
<p>• Representação das demonstrações contábeis de 2012 Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas, incorporando, os seguintes aspectos:</p>	
<p>• Baixa dos Títulos da Dívida Pública Federal e contas a receber pleitos, cujos registros haviam sido objeto de ressalva em nosso relatório sobre as demonstrações contábeis de 2012 originalmente apresentadas. Auditamos e concordamos com esses ajustes.</p>	
<p>• Consolidação e investimentos em coligadas A Deliberação CVM nº 688/11 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas equivalente ao IFRS 10, e a Deliberação CVM nº 694/12 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, que alteraram a contabilização de negócios em conjunto detidos pela Companhia. Auditamos e concordamos com esses ajustes.</p>	
<p>• Redução do passivo referente ao parcelamento especial da Lei nº 12.865/13. Em função da inexistência de homologação da Secretaria da Receita Federal sobre a referida renegociação, tal registro esta sendo objeto de ressalva sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.</p>	
<p>São Paulo, 10 de março de 2014. Eduardo Alfonso de Vasconcelos Contador - CRC-1SP166001/O-3 Celso Luiz da Costa Lobo Contador - CRC-1SP251526/O-6</p>	
<p>Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S - CRC-2SP016754/O-1</p>	


Amata Investimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 10.491.378/0001-89 - NIRE: 35.300.387.520
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Data, Hora e Local: 26/11/2013, às 09hs, na sede, R. Funchal, 263, 18º and., SP/SP. **Presença:** Totalidade do conselho. **Mesa:** Presidente, Dario Ferreira Guarita Neto; Secretário, Alessandro Martins Holanda. **Deliberações Aprovadas:** Ordinária: (i) as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2010 publicada em 26/06/2012, 31/12/2011 publicada em 26/06/2012, e 31/12/2012 publicada em 22/05/2013, respectivamente, no DOESP e no Jornal O Dia SP; (ii) a ratificação da inexistência de qualquer resultado relativo aos exercícios de 31/12/2010, 31/12/2011 e 31/12/2012. Extraordinária: (i) a ratificação do número de ações emitidas por força do aumento de capital ocorrido na AGE de 20/12/2011, de R\$ 3.109.615,00, para R\$ 3.151.629,00, para fazer conexão de forma emitidas, subscritas e integralizadas pelo acionista Luciano Budani Schaal 9.329 novas ações ON e sem valor nominal, pelo preço unitário de R\$ 4.506 e não 42.014 ações conforme equivocadamente mencionado na ata ora ratificada, foi aprovada, também, a emissão de um novo Boletem de Subscrição, com o cancelamento daquele emitido e assinado em 20/12/2011. Os Acionistas, ratificaram os demais termos constantes da AGE em 20/12/2011 e que aqui não foram corrigidos. (ii) homologação do aumento de capital ocorrido em 20/12/2011, no valor de R\$ 42.014,00, resultante da subscricao e integralização pelo acionista Luciano Budani Schaal de 9.329 ações ON e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 3.109.615,00 para R\$ 3.151.629,00, alterando o art. 5º do do Estatuto Social: "O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 3.151.629,00, dividido em 3.118.944 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal"; (iii) aumento do capital social, de R\$ 3.151.629,00, para R\$ 4.151.626,53, um aumento R\$ 999.999,53, mediante a emissão de 323.009 novas ações ON e sem valor nominal e Participações Ltda. de R\$ 3.095,56, que serão integralmente subscritas pela acionista AIX Investimentos e Participações Ltda., e integralizadas através de aporte de capital, em moeda corrente nacional, da 28/11/2013, tendo os demais acionistas renunciado ao direito de preferência na subscricao. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** AIX Investimentos e Participações Ltda., por Dario Ferreira Guarita Neto; Pangea - Assessoria Técnica S/S Ltda., por Roberto Silva Waack; Etel Florestal Empreendimentos e Participações Ltda., Eitelvina Aparecida Almeida Carron; Gilmar Bertolini; Luciano Budani Schaal; e Alessandro Martins Holanda. JUCESP 136.755/14-8 em 10.04.14. Gisela Simiema Ceschin - Sec. Geral.

Brazilian Securities
Companhia de Securitização
CNPJ/MF nº 03.767.538/0001-14, NIRE: 35.300.177.401
Edital de Convocação
Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª Série, da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização
Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11.2 do Termo de Securitização dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, a reunirem-se em 1º convocação para Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a se realizar no dia 14 de maio de 2014, às 10:30 horas, em 2ª convocação no dia 20 de maio de 2014, às 10:30 horas, no endereço da Securitizadora, na Avenida Paulista, nº 1.374, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a solicitação da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("QODI") e da Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda. ("QGE", em conjunto com a QODI, as "Cedentes") para que: (i) as Cedentes sejam liberadas da obrigação de manter a garantia de cessão fiduciária dos Direitos Creditórios correspondente a 10% (dez por cento) do saldo devedor das CDBs ("Índice de Cobertura Mínimo" e "Garantia"), e atendimento dos Critérios de Elegibilidade dos recebíveis cedidos por meio do Contrato de Cessão Fiduciária. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, nas instalações do Agente Fiduciário, a Penúltimo S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia ou no momento da referida assembleia. São Paulo, 11 de abril de 2014.
Brazilian Securities Companhia de Securitização


Nova PontoCom
Comércio Eletrônico S.A.
Companhia de Capital Fechado
CNPJ/MF 09.358.108/0001-25 - NIRE 35.300.386.540
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/09/2013
1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de setembro de 2013, às 10h00, na sede social da Nova PontoCom Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1609, 3º ao 7º andares, Edifício Olimpia Top Office, na Capital do Estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2013, páginas 17, 22 e 21, respectivamente, e no jornal "O Dia" nas edições dos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2013, páginas 9, 4 e 6, respectivamente. Presentes os acionistas representando 95% do capital social da Companhia. 3. Composição da Mesa: Presidente: Fernanda Suganelli Bertolini; Secretária: Elizabeth Mendes. 4. Ordem do Dia: deliberar sobre a destituição de membro do Conselho de Administração. 5. Deliberações: Dando início aos trabalhos, os acionistas examinaram os itens constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade de votos, o seguinte: 5.1. Destituir o Sr. Antonio Ramalho Fernandes Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.899.254-3, inscrito no CPF/MF sob nº 050.761.388-03 do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. 5.2. Em razão da destituição acima mencionada, ratificaram e consolidaram a composição do Conselho de Administração da Companhia, a saber: **Enéas César Pestana Neto** como Presidente do Conselho de Administração; **Raphael Oscar Klein** como Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Eduardo Khair Chaita**; **Vitor Fagá de Almeida**, **Paulo Guatieri** e **Roberto Fulcherberg**. 6 - Documentos Arquivados na Sede Social: (a) Edital de Convocação. 7 - Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, que lida e achada conforme é assinada pelos acionistas presentes: (i) Companhia Brasileira de Distribuição, (ii) EQOD Participações Ltda., (iii) German Pasquale Quiroga Vitrore, e (iv) Via Varejo S.A. Cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de setembro de 2013. Mesa: **Fernanda Suganelli Bertolini** - Presidente; **Elizabeth Mendes** - Secretária. JUCESP nº 440.499/13-6, em 12/11/2013. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013



Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR) e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.636/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CFC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

industrialização, adequação fabril, pesquisa e desenvolvimento, associações, redução e regularização de passivo fiscal, financeiro e trabalhista, relacionamento com mercado de capitais, e principalmente recuperação do nosso posicionamento no mercado de infraestrutura em que atuamos.

Em 23 de abril de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções ("Inepar S.A.") controladora da Inepar Telecomunicações S.A. ("Inepar Telecom") veiculou comunicado ao mercado informando que havia aprovado a realização de estudos de viabilidade e conveniência para a implantação de plano de reorganização societária envolvendo a sua controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. ("Iesa Projetos"), empresa essa que desenvolve direta e indiretamente as mais diversas atividades nas áreas de infraestrutura, voltada ao setor de energia elétrica, óleo e gás, mineração e siderurgia e transporte ferroviário, consolidando uma valiosa imagem de qualidade e performance.

Neste contexto, a administração da Inepar S.A. considerava que, pelo fato da Iesa Projetos não ser uma sociedade independente, o mercado não a valorizava de forma integral e real no escopo de avaliação dos ativos da controladora. Além disso, a indústria de infraestrutura mecânica e óleo e gás costuma ter múltiplos de negociações superiores, sendo que a eliminação de eventuais contaminações e a concentração de ativos e passivos relacionados à infraestrutura mecânica e óleo e gás em uma entidade independente da controladora fortaleceria seus balanços e acesso a crédito.

Por essas razões, foi proposta a segregação do segmento de infraestrutura e óleo e gás da Inepar S.A. à Inepar Telecom, por meio da aquisição da totalidade de ações da Iesa Projetos pela Inepar Telecom, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes, por meio do qual a Inepar S.A. e a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. se comprometeram a alienar à Inepar Telecom a totalidade de suas participações detidas na Iesa Projetos pelo valor total de R\$505.284.000,00, com base no laudo de avaliação preparado pela Moore Stephens M&P Consultoria Ltda., venda esta sujeita a determinadas condições suspensivas, dentre as quais: (a) o consentimento de terceiros, e (b) aprovação dos acionistas da Inepar Telecom em assembleia geral extraordinária, nos termos do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

Dessa forma, no dia 28 de fevereiro de 2014, a Inepar Telecom, em conjunto com a Inepar S.A., disponibilizaram o Comunicado ao Mercado, informando aos seus acionistas e ao mercado que os acionistas da Inepar Telecom reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, naquela mesma data, para deliberar sobre a aquisição das ações da Iesa Projetos, tendo a acionista controladora Inepar S.A. renunciado ao seu direito de voto, em observância ao parágrafo 1º do artigo 115 da Lei nº 6.404/76. No entanto, os acionistas minoritários da Inepar Telecom decidiram suspender as deliberações das matérias constantes da pauta de forma a permitir às empresas o tempo necessário para demonstrar aos credores que a operação não trará prejuízo algum, tendo em vista as garantias existentes sobre as ações da Iesa Projetos, tendo sido deliberado, ainda, que após os esclarecimentos devidos, nova Assembleia será convocada para tratar do andamento da operação. Uma vez aprovada a operação pretendida, será alterada a denominação da Inepar Telecomunicações S.A. para IESA S.A. Infraestrutura e Participações, bem como o seu objeto social para incluir atividades relacionadas ao setor de óleo e gás, e de infraestrutura e projetos.

AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2013, a exemplo de 2012, o cenário macroeconômico brasileiro continuou difícil. Com o objetivo de conter os crescentes índices de inflação, o governo brasileiro adotou uma política contractionista e elevou a taxa de juros básica da economia de 7,25% no final de 2012 para 10,0% ao final de 2013, continuando sua escalada nos primeiros meses de 2014. O PIB de 2013 de 2,3%, acima do 1% de 2012, ainda é considerado abaixo do esperado, o que, aliado à recuperação das economias americana e europeia, contribuiu para depreciação do Real frente ao Dólar. O Ano de 2014 continuará sendo desafiador, porém a Companhia acredita numa melhora dos fundamentos macroeconômicos e institucionais do país, suportados por investimentos produtivos e por um aumento de concessões públicas na área de infraestrutura, bem como num crescimento do volume de crédito, necessário ao financiamento da nossa atividade.

A EMPRESA

Somos uma organização empresarial especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada principalmente aos setores de Energia Elétrica, Óleo & Gás, Mineração, Siderurgia e Transporte Metroferroviário.

Para realização das nossas atividades operacionais focadas em infraestrutura e na busca de crescimento através dos vetores definidos como estratégias, apresentamos abaixo nossa capacidade instalada para o desenvolvimento dos negócios:

IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. Com sede em Araraquara, SP, a empresa é o maior centro industrial e empresarial da América Latina, com área total de 825.000 m² e área construída de 145.000 m². A empresa fabrica e monta principalmente máquinas e equipamentos utilizados para usinas hidroelétricas, turbinas, geradores e condutas. Atua majoritariamente na fabricação de equipamentos para a indústria de óleo e gás, geração de energia hidrelétrica, bem como para os setores de mineração, siderurgia, química e petroquímica e truques para transportes metro ferroviários.

IESA Óleo & Gás S.A. foi constituída como uma subsidiária da IESA - PROJETOS. Com base no Rio de Janeiro e com outras instalações em todo o Brasil, a empresa atua no fornecimento de suporte completo em Engenharia, Procurement and Construction - EPC, e serviços de manutenção para a indústria de petróleo e gás. A IESA Óleo & Gás é considerada uma das principais fornecedoras de soluções integradas EPC no Brasil, com cadastro nível A na Petrobras. Na continuidade do crescimento realizou em 2013 investimento de R\$ 80 milhões na construção de uma fábrica de módulos para plataformas de petróleo em Charqueadas-RS.

ANDRITZ HYDRO INEPAR DO BRASIL S.A. (AHH) Foi constituída após a aquisição pela ANDRITZ dos negócios da GE Brasil na GE Hydro Inepar do Brasil S.A. em 1997. A Andritz Hydro é uma referência mundial na geração de energia hidrelétrica e é um dos líderes mundiais em fornecimento de equipamentos e serviços para usinas hidrelétricas.

TIISA - TRIUNFO IESA Infraestrutura S.A. - Foi constituída em associação com a Construtora Triunfo S.A.. A empresa está no setor de construção civil, especializada em infraestrutura para transporte metroferroviário (de carga e passageiros), de saneamento em projetos de sistemas de tratamento de água e tratamento de esgoto e também em estruturas de drenagens fluviais e recuperação e reassoreamento de rios de grande porte. Também atua no setor de infraestrutura aeroportuária.

CBD - Companhia Brasileira de Diques S.A. - A Inepar detém uma participação de 50% na empresa, que é proprietária do Estaleiro Inhamituru, localizado na Baía de Guanabara, inserido na área urbana da cidade do Rio de Janeiro. Em 2010, a Petrobras arrendou o estaleiro por um período de 20 anos.

IESA TRANSPORTES S.A. - Em consórcio com a Hyundai Rotem venceu uma licitação para fornecer 30 novos trens para a CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, São Paulo, compreendendo 240 carros novos. Conquistou também um contrato para fornecimento à CCR de 112 novos carros para o Metrô de Salvador, tornando-se desta forma um importante player no mercado brasileiro. Os trens serão fabricados na fábrica da IESA em Araraquara, SP.

INEPAR CAPACITORES S.A. - Foi constituída como uma subsidiária integral da IESA PROJETOS e tem como objetivo oferecer ao mercado produtos, serviços e soluções para melhorar a eficiência no aproveitamento da energia elétrica, seja na transmissão, na distribuição ou nos pontos consumidores.

INEPAR TRIUNFO SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. - Em 2012 foi constituída uma sociedade para instalação da primeira fábrica em linha contínua licenciada para utilizar o Sistema Constructivo Inovatec System no Brasil, com a geração do pagamento de royalties. Esta operação de franchising está sendo realizada em associação com a THC - Triunfo Holding de Construções Ltda..

A Inepar Triunfo Sistemas Construtivos tem como objetivo a fabricação, industrialização e comercialização de Painéis Compositos Estruturais, voltado para construção civil e para construção de casas populares através principalmente do Programa do Governo Federal - Minha Casa Minha Vida, cujo déficit habitacional está estimado em 8 milhões de residências, principalmente na faixa 1 de renda.

A expectativa é que as máquinas que serão utilizadas na fabricação dos painéis cheguem a partir de Janeiro/14 e a fábrica esteja pronta para produção em meados de julho de 2014.

A produção anual prevista é de 2.100.000 m² de painéis compostos ou o equivalente a 12.000 casas populares ao ano.

CERTIFICAÇÕES

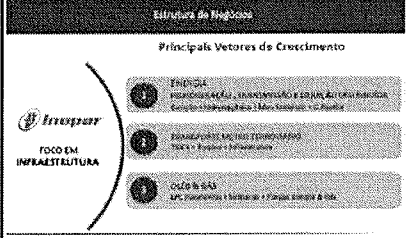
Para atender às exigências de mercado, a INEPAR e as suas empresas controladas e coligadas estão qualificadas com as seguintes certificações:

- Certificação na área nuclear
- Certificado ISO 9005 de julho de 2014
- Certificado Selo Asne
- Certificado Onip
- Certificado ISO 14.001 - Gestão ambiental
- Certificado OHSAS 18.001 - Gestão de segurança e saúde no trabalho
- Certificado ISO 29001

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL

A Companhia vem evoluindo na conclusão de um plano pleno de reestruturação, que envolveu durante quase uma década, todas as áreas operacionais, desde a prospecção, comercialização, engenharia,

Principais Vetores de Crescimento



receptor de clientes no longo prazo relativos aos claims em discussão com os clientes no valor consolidado de R\$ 173 milhões.

Desta forma a companhia atendeu integralmente às diretrizes da CVM.

Ademais, a INEPAR Administração e Participações S.A. ("INEPAR"), controladora da Companhia, buscando receber os valores relativos aos TDP's, propôs ação declaratória de existência de relação jurídica em face da União Federal e do Estado do Rio de Janeiro, em trâmite perante a 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, processo número 18890-55.2010.4.01.3400, a qual busca o delimitamento de jurisdição, como i) data de resgate, ii) valor atualizado (aplicação de juros moratórios de 6% a.a. e correção monetária), iii) local de resgate, iv) modo, v) forma de pagamento dos títulos, bem como os respectivos cupons de juros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Passo importante no caminho da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia, foi a conclusão do processo de profissionalização da gestão da Companhia, passando os principais acionistas controladores a exercerem somente as funções de membros do Conselho de Administração, além da participação de 2 membros independentes no referido Conselho, representantes dos acionistas minoritários.

A Companhia reconhecendo a necessidade de uma relação mais efetiva e eficiente com o Mercado de Capitais criou em 2012 o Comitê de Relações com o Mercado de Capitais com autonomia para elaborar e implementar um plano de reestruturação abrangente para melhorar todas as atividades de relacionamento da Companhia com o citado mercado.

DIVIDENDOS DECLARADOS

Os dividendos declarados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2011, no valor total de R\$ 10.492.620,07 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos), ainda estão pendentes de pagamento devido a problemas operacionais na disponibilidade de recursos. Vale ainda esclarecer a existência de bloqueios judiciais decorrentes de execuções fiscais sobre o montante a ser distribuído como dividendos aos acionistas. Portanto, a definição da data para o pagamento somente se dará com a disponibilidade financeira, bem como quando da regularização de todas as pendências judiciais anteriormente mencionadas.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2013 a Companhia realizou "Investimentos de Capital" num total de R\$ 92 milhões em potencialização, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade fabril e a produtividade.

Grande parte destes investimentos foi aplicada em projetos da IESA Óleo & Gás na nova planta de Charqueadas, visando expandir e incrementar novos negócios relacionados à Petrobras.

DESEMPENHO COMERCIAL

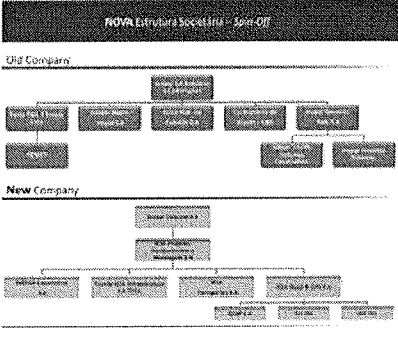
A carteira de encomendas da Companhia ao final de 2013 somava R\$ 5,162 bilhões com prazo médio de 2 anos, representando um crescimento de 14,7% em relação a 2012 o que demonstra um enorme reconhecimento dos nossos clientes da grande capacidade instalada na Companhia e suas coligadas.

Importantes contratos na área de Óleo e Gás e Metroviária contribuíram para o sucesso em 2013.

Durante o ano de 2013 e até a publicação deste balanço, a IESA Óleo & Gás assinou aproximadamente R\$ 1,84 bilhões e a área metroviária assinou aproximadamente R\$ 1 bilhão em novos contratos, sempre considerando nosso percentual de participação nos Consórcios.

Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas desde 2007. Onde poderemos verificar a evolução dos saídos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da INEPAR e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.

PROVA Escritura Societária - Spin-Off



Toda a operação está em linha com os comunicados feitos nos dias 23 de abril de 2013, 3 de dezembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, e fato relevante publicado no dia 11 de fevereiro de 2014.

Em complemento às nossas negociações e análises em curso com o BNDES, destacamos o avançado estágio dos entendimentos para conversão de percentual da dívida em participação nas nossas empresas operacionais, em consonância com os objetivos traçados na reestruturação organizacional.

Com referência ao equacionamento das nossas dívidas tributárias, a INEPAR e suas coligadas e coligadas foram indicados no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses, bem como através da Lei 11.865 de 9 de outubro de 2013 que reabriu os prazos estipulados pela Lei 11.941 - "Novo Refis".

Neste sentido, estamos concluindo no primeiro semestre de 2014 nossa reestruturação fiscal que trará ganhos significativos nas atividades operacionais e em função da regularidade fiscal.

Este trabalho está sendo realizado por profissionais especializados para a revisão de todos os seus débitos e de suas coligadas incluídos no parcelamento do Refis.

Ressaltamos que até o momento da publicação dos balanços da Companhia e suas coligadas, as parcelas deste refinanciamento, iniciado em novembro/13, encerraram-se absolutamente em dia.

CVM - EXIGÊNCIAS FORMULADAS

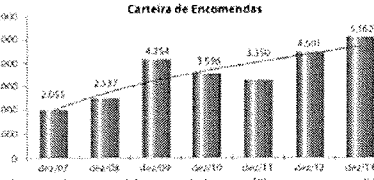
Com relação às divergências de entendimentos havidas entre a Companhia e a CVM, decorrentes de processos administrativos, aos quais foram objetos de esclarecimentos ao Mercado através dos Comunicados de 16.01.2012 e 04.07.2012. Para tanto, a Companhia em 23.09.2013 recebeu o Ofício/CVM/SEP/GEA-1 nº 834/2013, datado de 18 de dezembro de 2013, por meio do qual era informada do indeferimento dos pedidos de reconstrução formulados, no âmbito dos processos CVM nº RJ/10849 e RJ/10850, respectivamente, pela Inepar Energia S.A. (empresa incorporada em 2011 pela Inepar S.A. Indústria e Construções) e pela Inepar S.A. Indústria e Construções, acerca dos ajustes a serem feitos nas rubricas de contas a receber de clientes a futuro, no valores dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa e nos valores da integralização do aumento de capital efetuado em 08 de outubro de 2004 na sociedade Planta Participações e Investimentos Ltda., com a utilização do investimento representativo de 18,11% do capital social da Centrais Elétricas Matogrossenses - Cemat.

O Ofício determinou que fossem, com os referidos ajustes, republicadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31/12/2012, bem como a representação das Informações Trimestrais - ITR's posteriores a essa data.

A Companhia esclareceu que, tendo em vista ter recebido o referido Ofício no final do 3º trimestre de 2013, dada a necessidade de aprofundar as análises pertinentes aos ajustes solicitados, bem como o tempo necessário à revisão especial pela auditoria independente dos demonstrativos a serem modificados, não foi possível realizar estes ajustes ainda no 3º trimestre de 2013, os quais seriam elevados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício em curso.

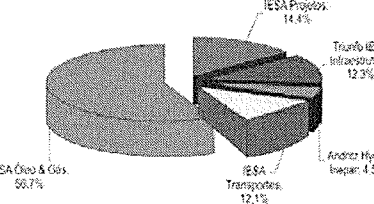
Para tanto, a Companhia, em atendimento a determinação da CVM, procedeu aos ajustes necessários, buscando (i) os valores registrados no alvo relativo aos Títulos da Dívida Pública Federal Externa, no valor consolidado de R\$ 511 milhões; e (ii) os valores registrados em contas a

Carteira de Encomendas



O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou as atividades da Companhia nos setores de atuação, demonstrando competência tecnológica para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado.

A carteira de encomendas ao final do exercício de 2013 estava assim distribuída, por segmento de atuação:

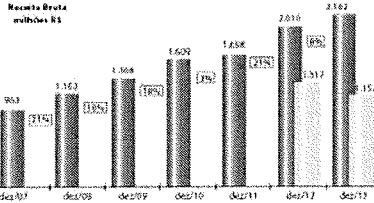


DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante recorde de R\$ 2.162 milhões contra R\$ 2.010 milhões no exercício de 2012, representando um crescimento de 8%. Pelos novos critérios do IFRS a Companhia apresentou um decréscimo na sua receita de 13% passando de R\$ 1.317 em 2012 para R\$ 1.152 em 2013. Os motivos deste decréscimo referem-se às dificuldades de financiamento do capital de giro enfrentadas pelas empresas do Setor, com diminuição drástica dos volumes de crédito frente ao cenário macroeconômico brasileiro de inflação econômica abaixo do esperado, aumento da inflação, das taxas de juros e da desvalorização do Real frente ao Dólar.

A Companhia e suas coligadas tem hoje um grande volume de discussão de pleitos e adicionais contábeis junto aos clientes e, a grande dificuldade na recomposição da receita através do recebimento destes pleitos e adicionais, considerando que já houve a contabilização dos custos já incorridos relativamente a estes pleitos, fez com que, tanto a margem bruta quanto o EBITDA, sofram decréscimos em relação a 2012 conforme demonstramos nos gráficos abaixo.

As regras do IFRS impedem a Companhia de provisionar estas receitas, mesmo quando já contabilizados os custos incorridos relativos a estes pleitos e adicionais:



(ii) Exercício 2014 –
demonstração contábil
elaborada especialmente
para instruir o pedido de
recuperação judicial

Inepar S.A. Indústria e Construções

C.N.P.J. M.F - N° 76.627.504/0001-06

Balancos Patrimoniais

Período findo em 30 de junho de 2014.

(Em milhares de reais)

ATIVO	30/06/2014
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.814
Clientes	
Contas a receber de clientes faturados	11.109
Títulos e valores mobiliários	5.168
Estoques	6.750
Títulos a receber	18.292
Créditos de impostos	15.831
Dividendos a receber	3.080
Despesas antecipadas	136
Outros créditos	6.498
Total do Ativo Circulante	69.678
Não Circulante	
Realizável a longo prazo	
Clientes	
Contas a receber de clientes a faturar	26.353
Partes relacionadas	198.067
Títulos a receber	37.199
Títulos e valores mobiliários	10.735
Créditos de impostos	70.298
Depósitos judiciais	13.211
Outros créditos	44.591
Investimentos	752.423
Imobilizado	148.531
Intangível	391.513
Total do Ativo Não Circulante	1.692.921
Total do Ativo	1.762.599


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Jair Melpica
Contador
CRC - 100.417/0-6
CPF/MF sob n° 667.583.788-53


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Marco Antonio Bernardi
Diretor Administrativo- Financeiro
CPF/MF sob n° 046.529.158-96

Inepar S.A. Indústria e Construções

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balancos Patrimoniais

Período findo em 30 de junho de 2014.

(Em milhares de reais)

PASSIVO	30/06/2014
Circulante	
Fornecedores	10.064
Financiamentos e empréstimos	509.635
Debêntures	49.906
Salários e encargos sociais	9.949
Impostos e contribuições a recolher	46.429
Dividendos propostos	10.493
Provisão de custos e encargos	736
Títulos a pagar	26.098
Outras contas a pagar	7.058
Total do Passivo Circulante	670.368
Não Circulante	
Exigível a longo prazo	
Financiamentos e empréstimos	178.100
Debêntures	46.528
Impostos e contribuições a recolher	124.245
Partes Relacionadas	462.007
Impostos diferidos	74.760
Adiantamentos de clientes	2.118
Títulos a pagar	140.755
Provisão de custos e encargos	7.031
Provisão para contingências	78.846
Outras contas a pagar	15.380
Total do Passivo Não Circulante	1.129.770
Patrimônio Líquido	
Participação dos minoritários	-
Patrimônio líquido da controladora	
Capital social	398.977
Gasto com subscrição de ações	(3.073)
Reserva de capital	4.621
Reserva de reavaliação	60.984
Prejuízos Acumulados	(575.093)
Ajuste de avaliação patrimonial	76.045
	(37.539)
Total do Patrimônio Líquido	-37.539
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.762.599


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Jair Majolica
Contador
CRC - 100.417/0-6
CPF/MF sob nº 667.583.788-53


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Marco Antonio Bernardi
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF/MF sob nº 046.529.156-96

Inepar S.A. Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06


Demonstrações de Resultados


Períodos findos em 30 de junho de 2014.

(Em milhares de reais)

30/06/2014

Receita operacional líquida	18.798
Custos dos produtos e serviços	(9.063)
Lucro bruto	9.735
Receitas [despesas] operacionais	(132.548)
Despesas com vendas	(688)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	875
Administrativas e gerais	(9.239)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.718)
Resultado da equivalência patrimonial	(121.778)
Resultado operacional	(122.813)
Despesas financeiras	(119.795)
Receitas financeiras	107.139
Resultado antes do imposto de renda	(135.469)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	284
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	552
Participações administradores/funcionários	(90)
Prejuízo do Período	(134.723)
Quantidade de ações ordinárias ao final do período	39.892.065
Quantidade de ações preferenciais ao final do período	63.136.159


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Jair Malpica
Contador
CRC - 100.417/0-8
CPF/MF sob nº 667.683.788-53


Inepar S/A. Indústria e Construções
Assinado eletronicamente por
Marco Antonio Bernardi
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF/MF sob nº 046.529.158-96

(iii) Fluxo de caixa –
agosto/2014 – janeiro/2015

PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - 6 MESES "AS IS"

Inepar Indústria e Construções S.A

(R\$)

	Vencido	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15
Entradas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-
Entradas Não Operacionais	-	521.150	521.150	521.150	521.150	521.150	521.150
Custos Diretos	(16.159.595)	(117.100)	(75.500)	(500)	(500)	(6.868)	(6.868)
Margem Bruta		404.050	445.650	520.650	520.650	514.282	514.282
Despesas	(70.027.121)	(1.983.658)	(3.839.661)	(3.753.578)	(3.808.978)	(5.524.477)	(5.692.546)
Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Inicial		263.858	(1.315.751)	(4.709.762)	(7.942.690)	(11.231.019)	(16.241.214)
Saldo Final		(1.315.751)	(4.709.762)	(7.942.690)	(11.231.019)	(16.241.214)	(21.419.477)